

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA LUCIA MATHIAS

RELAÇÕES RACIAIS EM LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS

CURITIBA
2011

ANA LUCIA MATHIAS

RELAÇÕES RACIAIS EM LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS

Dissertação apresentada ao setor de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, para avaliação da banca como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Paulo Vinicius Baptista da Silva

CURITIBA
2011



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Dissertação de **Ana Lucia Mathias** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados DR. PAULO VINÍCIUS BAPTISTA DA SILVA (Presidente), DR^a IONE DA SILVA JOVINO (via Skype) e DR^a MARIA TEREZA CARNEIRO SOARES, arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“RELAÇÕES RACIAIS EM LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIAÇÃO
DR. PAULO VINÍCIUS BAPTISTA DA SILVA		Aprovado
DR ^a IONE DA SILVA JOVINO (via Skype)		Aprovado
DR ^a MARIA TEREZA CARNEIRO SOARES		Aprovada

Curitiba, 28 de dezembro de 2011.

Prof^a Dr^a Tânia Maria Figueiredo Braga Garcia
Decana do Programa de Pós-Graduação em Educação

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa à minha mãe Maria Francisco Mathias, pela sua astúcia de como educar um filho (a), mesmo sendo analfabeta, à minha amiga Vivian Villa, que me fez acreditar na minha capacidade enquanto mulher negra, e à minha filha Thainá Mathias Fernandes pelos momentos de fraqueza, eu ouvia: você vai conseguir, mamãe.

AGRADECIMENTOS

Ufa! Cheguei, achei que isto não fosse acontecer, mas Deus foi tão presente nesta trajetória que não me deixou desistir. Tenho que confessar uma coisa que de todas as páginas desta pesquisa, esta é mais gratificante. Mesmo sem as pessoas, cujos nomes que escrevo e ainda outras que, apesar de não estarem listadas, fazem parte dessa conquista, porque as demais páginas dessa pesquisa, talvez não existissem, assim como eu não me achava capacitada para realizar tal pesquisa.

Além dessa conquista maravilhosa, o que mais valorizo é o momento e o tempo vivido de sofrimento, choros, vontade de desistir, coragem, insatisfação e a melhor de todas é a descoberta de um aprendizado, da convivência com as pessoas que estiveram ao meu redor. Algumas muito diferentes de mim, e exatamente por isso mesmo que me “empurraram” para que eu pudesse me encontrar e acreditar em mim mesma. Outras pessoas parecidas comigo, enfrentando momentos de dificuldades e dolorosos como os meus.

Minha imensa gratidão à minha mãe, Maria Francisco Mathias, pelos últimos momentos que passou comigo, mesmo doente, não me deixou fracassar e sempre me incentivando pela sua fé, coragem, perseverança, pelo amor e desafio de vencer. Obrigada mãe, pelos valores que trago hoje, valores que me permitiram entender como é importante ser honesta, humilde e vencedora como mulher negra, pobre, mas com perseverança e sem medo de viver.

Agradeço ao Professor Dr. Paulo Vinicius Baptista Silva, por ser, pra mim de fato um professor, orientador e um amigo nos momentos mais difíceis da minha vida. Momentos que eu não gostaria de lembrá-los e sim gostaria que ficasse apenas em minha memória, porque não tem como apagá-los. Obrigada professor pela paciência, pela maneira de conduzir as minhas dificuldades que eram muitas, e mais uma vez obrigada por me oportunizar a encontrar outros horizontes e me incentivar a buscá-los de uma maneira passiva e ao mesmo tempo construtiva.

Agradeço as professoras da UFPR: Andréia Gouveia, Tânia Braga, Rose Trojan e em especial a Taís Tavares, pelas vezes que durante suas aulas, me abraçou como uma amiga, mãe, nos momentos mais difíceis da minha vida e me fez acreditar que eu era capaz de vencer todas as barreiras que estava enfrentando no momento.

Ao professor Ângelo de Souza, que tanto eu temia. Professor você não imagina como eu tinha medo de abrir a boca em suas aulas, mas tudo isso, não passou de uma fraqueza minha, até te conhecer e me deparar como um grande profissional, competente, que muito contribuiu para meu aprendizado e me fez abrir os olhos em relação à política da educação, políticas essas que passam despercebidos no olhar dos professores das escolas públicas do Brasil.

Aos professores da Escola Estadual Ernani Vidal que sempre me apoiaram e acreditaram em mim, especialmente as grandes colegas Marli, Viviane, Márcia, Linda Kátia, Jeana, Iran entre outros e meu carinho imenso pela minha diretora Neila D'al Pra, por várias vezes me dispensou para orientação, para fazer trabalhos externos e por facilitar meu horário.

Aos colegas que foram parceiros (as) durante os seminários, Márcia, Gisele, Marilza, Juliana, obrigada pelos dias cinzentos e alegres que passamos juntos .

As minhas queridas colegas que trabalhavam no PPGE e que muito me ajudaram a acreditar em mim, beijos a Francisca, que se aposentou com louvor e com toda sua paciência de “mãezona”, a Irene com sua memória fantástica e sua dedicação comigo e com muito carinho não poderia esquecer da Cris que, mesmo passando muito rápido pelo PPGE, deixou marcas inesquecíveis e que muito me ajudou na construção dos gráficos na primeira parte da pesquisa.

Aos queridos (as) Sérgio Nascimento, que a partir de sua dissertação, fez com que nossa batalha nos tornasse mais íntegros e capacitados, para a nossa caminhada em relação a nossa etnia. A Neli, meus parabéns, “Que mulher retada sô”, que não parou nem com a chegada do José Abdias (nosso brigadeiro) e o Willian, com toda sua gentileza de nos ajudar e sendo prestativo com seus pertences pessoais.

A Cíntia, nossa menina “Veridiana”, com toda sua delicadeza, humildade e grande esforço para enfrentar sua batalha que também não foi fácil. Tânia Pacífico, sempre me puxando a orelha, perto de quem fosse, chamava minha atenção, com altivez e segurança daquilo que estava fazendo. Obrigada pelos momentos de felicidades, tristezas, e pela sua insistência comigo. Te gosto muito.

A Iyá Gunan agradeço mesmo com seu olhar distante, mas profundo e querendo dizer, mais uma filha a resgatar.

A Lucilene Soares, muito obrigada, pelo apoio, pela coragem que me passava e a segurança que me fazia sentir, nos momentos mais sofridos da minha vida. Gosto muito você menina...

Aos grandes pesquisadores (as) negros (as) que são dignos de fazerem parte da equipe que compõem as pesquisas das relações raciais da UFPR e meus idealizadores, é com muito carinho, orgulho e com muita honra que digo a vocês muito obrigada. Débora Araújo e José Antônio Marçal por vocês existirem e fazerem parte da minha vida. E ao Wellington, muito obrigada pela ajuda.

E para concluir não posso deixar de agradecer a Professora Yone, grande exemplo de mulher negra e pesquisadora, e mesmo grávida de gêmeos, não deixou de ser dedicada e carinhosa, fazendo seus apontamentos com muita eficácia sobre minha pesquisa, assim tornando meu estudo com mais altivez e mais segurança. E também não posso me esquecer da “Nina Baptista”, desculpe das vezes que atrapalhei suas trocas de fraldas e jantares que seu pai fazia rapidamente para me orientar, e mesmo assim você sorria no carrinho, ao ninar do Dr. Paulo Vinicius balançando com os pés. E Murilo Baptista, você é demais, muitos beijos pra você.

E a Thainá, obrigada filha por você existir na minha vida. E me desculpe de todas as vezes que não pude levá-la ao parque ou pedia para brincar com você. Te amo muito.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1.1 Desigualdade racial, branqueamento e mito da democracia racial	23
1.2 Educação e relações raciais.....	26
1.3 Movimentos sociais negros e a mudança no artigo 26ª da LDB pela lei 10.639/03	31
1.4 Imagens de negros e brancos no Brasil contemporâneo	36
 2 RELAÇÕES RACIAS EM LIVROS DIDÁTICOS.....	41
2.1 Editais do PNLD e relações raciais em livros didáticos de ciências	49
 3 NEGROS E BRANCOS EM AMOSTRA DE LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS	58
3.1 Procedimentos utilizados para levantamento dos livros didáticos de ciências	59
3.2 Procedimentos de análise de conteúdo	62
3.3 Caracterização dos livros e unidades de leitura	67
 4 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS LIVROS SELECIONADOS PELO PNLD.....	72
4.1 Caracterização geral dos personagens nas ilustrações em relação à cor-etnia	73
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
 REFERÊNCIAS.....	98

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - SÍNTESE DE RESULTADOS DE PESQUISAS SOBRE NEGROS (AS) E BRANCOS (AS) EM LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS	46
QUADRO 2 – LIVROS DISTRIBUÍDOS PELO MEC PARA O ANO DE 2007.....	50
QUADRO 3 – RELAÇÃO DAS COLEÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS NATURAIS APROVADOS PELOS PNLDs DE 2008 E 2011 PARA 7ª SÉRIE (8º ANO) DO ENSINO FUNDAMENTAL	61
QUADRO 4 – LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS ANALISADOS, DISTRIBUÍDOS PELO PNLD/ 2008 E 2011.....	63
QUADRO 5 – CATEGORIAS PARA CODIFICAÇÃO DOS DADOS CATALOGRAFÍCOS AS UNIDADES DE LEITURA	65
QUADRO 6 – ATRIBUTOS UTILIZADOS PARA DESCREVER PERSONAGENS NA ILUSTRAÇÃO	66
FIGURA 1 – A ILUSTRAÇÃO DEMONSTRA QUE A COR DA ÍRIS DOS OLHOS DEPENDE DA MELANINA, SUBSTÂNCIA ESSA RESPONSÁVEL PELA COR DA PELE QUE A PESSOA POSSUI. A QUANTIDADE DE PIGMENTO É HEREDITÁRIO, OU SEJA, É DETERMINADA PELOS GENES.....	76
FIGURA 2 – ILUSTRAÇÃO DE UM PERSONAGEM NEGRO ADOLESCENTE DEMONSTRANDO COMO SE PROPAGA O SOM E COMO ELE É PRODUZIDO NAS CORDAS DE UM VIOLÃO	84
FIGURA 3 – ESTA ILUSTRAÇÃO ENCONTRA-SE EM VÁRIOS LIVROS DE DIFERENTES AUTORES POIS A FIGURA REPRESENTA UMA FORMA TÍPICA DE UMA SOCIEDADE DE DESIGUALDADE SOCIAL.....	85
FIGURA 4 – A ILUSTRAÇÃO DE UM ADOLESCENTE NEGRO EM SITUAÇÃO DE DESTAQUE SOCIAL	86
FIGURA 5 – NA ILUSTRAÇÃO DE ADOLESCENTES DE VÁRIAS ETNIAS E GÊNERO. O CONTEÚDO EM SI RESGATA A SEXUALIDADE SEM TABU.....	86
FIGURA 6 – A ILUSTRAÇÃO DO TEXTO DE LEITURA DE UMA PERSONAGEM DE UMA MULHER NEGRA (ADULTA), REPRESENTANDO OS PRINCIPAIS ÓRGÃOS DO SISTEMA GENITAL FEMININO E DAS RELAÇÕES COM OS ÓRGÃOS DO SISTEMA URINÁRIO. ESTRUTURAS ESSAS REPRESENTADAS EM TAMANHO REAL E AS CORES ARTIFICIAIS	87
FIGURA 7 – CRIANÇAS NEGRAS DANÇANDO ENTRETENIMENTO POR UMA IGUALDADE SOCIAL.....	88

FIGURA 8 – A ILUSTRAÇÃO RETRATA DO MAIS ANTIGO FÓSSIL HUMANO JÁ ENCONTRADO NAS AMÉRICAS	89
FIGURA 9 – A ILUSTRAÇÃO REPRESENTA UMA MÃE NEGRA NUM CONSULTÓRIO MÉDICO, FAZENDO UMA CONSULTA DE ROTINA EM SUA FILHA (NEGRA) COM UM MÉDICO NEGRO.....	90
FIGURA 10 - O CONTEÚDO RELACIONADO A FIGURA ACIMA REFERE-SE AS MUDANÇAS QUE OCORREM NOS ÓRGÃOS SEXUAIS DOS ADOLESCENTES, QUE SÃO DETERMINADOS GENETICAMENTE E QUE ESTÃO PRESENTES DESDE O NASCIMENTO TANTO NO HOMEM COMO NA MULHER	91
FIGURA 11 – A ILUSTRAÇÃO RETRATA DE CULTURA NA SOCIEDADE E APRESENTA A IMAGEM DE UMA ADOLESCENTE NEGRA PARA REPRESENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	92
FIGURA 12 – ILUSTRAÇÃO DE UMA MULHER NEGRA AMAMENTANDO SEU FILHO COMO QUALIDADE DE VIDA A IMPORTÂNCIA DA AMAMENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA, ALÉM DE FORNECER NUTRIENTES, CRIA UM VÍNCULO AFETIVO ENTRE MÃE E FILHO.....	93

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES DOS DADOS CATALOGRÁFICOS.....	68
TABELA 2 – CARACTERÍSTICAS DOS PROFISSIONAIS PARTICIPANTES DA PRODUÇÃO DOS 09 LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS ANALISADOS PARA A 7ª SÉRIE OU 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	73
TABELA 3 – ATRIBUTOS PREDOMINANTES NA CARACTERIZAÇÃO DE PERSONAGENS NA ILUSTRAÇÃO DE COR/ETNIA.....	82
TABELA 4 – ATRIBUTOS PREDOMINANTES PARA PERSONAGENS BRANCOS E NEGROS NAS ILUSTRAÇÕES.....	83

RESUMO

Na presente pesquisa foram analisadas relações raciais em amostra de livros didáticos de Ciências voltados para as séries finais do ensino fundamental, distribuídos pelo PNLD de 2008 e 2011. Considerando as pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, sobre livros didáticos como instrumentos curriculares e documentos oficiais sobre o Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), a pesquisa buscou responder ao seguinte problema: que formas de hierarquização racial, especialmente entre brancos (as) e negros (as), são observadas em amostra de livros didáticos de ciências distribuídos pelo PNLD nos anos de 2008 e 2011? As pesquisas sobre o tema centram-se principalmente em livros de História e Língua Portuguesa e apontam que as mudanças nos discursos racistas foram relativamente tênues na última década. Por outro lado os editais do PNLD de 2008 e de 2011 incorporaram as prescrições legais do artigo 26ª da LDB, da Resolução 01/04 e do Parecer 03/04 do CNE, podendo ter repercutido em mudanças nos livros didáticos. Foram submetidos à análise de conteúdo as ilustrações de 11 livros didáticos de ciências, distribuídos pelo PNLD de 2008 e 2011. Definimos trabalhar com os livros destinados à 7ª série (8º ano) em função do conteúdo, via de regra abordando o corpo humano. Foram identificados 410 personagens brancos e 89 personagens negros nas ilustrações dos livros. Apesar da sub-representação de personagens negros foram identificadas diversas formas de valorização de tais personagens nas ilustrações, associando negros a contextos e atividades diversas, apresentando personagens em situação favorável e em relações familiares e apresentando personagens negros como representantes da espécie humana, rompendo com a branquidade normativa.

Palavras chaves: livros didáticos; relações raciais, Programa Nacional do Livro Didático; racismo; ensino de ciências.

ABSTRACT

In the present study were examined race relations in a sample of Science textbooks aimed at the upper grades of elementary school, distributed by PNLD 2008 and 2011. Considering the research on race relations in Brazil on textbooks and curriculum instruments and official documents and on the Programa Nacional do Livro Didático (PNLB), the research sought to answer the following problem: what forms of racial hierarchy, especially among white (s) and black (s) are observed in a sample of science textbooks distributed by the PNLB in the years 2008 and 2011? The research on the topic mainly focus on history books and Portuguese Language and indicate that changes in racist discourses were relatively thin in the last decade. On the other hand the edicts of the PNLB, 2008 and 2011 to incorporate the legal requirements of Article 26th of the LDB, Resolution 01/04 and Parecer 03/04 of the CNE, which may have influenced changes in textbooks. Were subjected to content analysis of 11 illustrations of science textbooks distributed by PNLD 2008 and 2011. We set to work with the books for the 7th grade (8 years) depending on the content, as a rule addressing the human body. We identified 410 white characters and 89 black characters in the illustrations of books.

Despite the under-representation of black characters were identified different forms of recovery of such characters in the illustrations, linking blacks to different contexts and activities, featuring characters in a favorable situation and family relationships and featuring black characters as representatives of the human species, disrupting the normative whiteness.

Keywords: textbooks, race relations, Programa Nacional do Livro Didático; racism; science education.

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas que já têm a forma de nossos corpos e esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia. E se não ousarmos fazê-la teremos ficado para sempre à margem de nós mesmos”.

Fernando Pessoa

INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos esta pesquisa, saúdo os estudos realizados por estudiosos e pesquisadores que idealizaram a luta da população negra pela igualdade racial e social. Ainda estamos caminhando com passos curtos, mas em relação ao passado, cada passo é um avanço da população negra e das mobilizações dos militantes.

Eu, como iniciante pesquisadora, ainda tenho muito que aprender e me dedicar ainda mais para com a população negra, ao passo que essa dissertação faz parte de um processo também de auto-conhecimento, pois, como tantas negras(os)¹ nesse país, massacrados pela ideologia do “racismo à brasileira”, cresci sem ao menos perceber que éramos tão inferiorizados e naturalizando formas de discriminação. Hoje consigo analisar que realmente havia uma venda nos meus olhos. Cresci no interior do Paraná, em Santo Antônio da Platina, Norte Pioneiro. Foi onde vivi minha infância e adolescência, filha de bóias fria que trabalhavam no cultivo de café e cana de açúcar, cresci com grandes dificuldades tanto para estudar, quanto para alimentar e inclusive para frequentar a sociedade que estava ao nosso redor e não conseguia analisar com criticidade o preconceito em torno à nossa situação. Meu pai se foi quando tinha 7 anos e minha mãe ficou com quatro filhos, sem carteira assinada ou qualquer pensão alimentícia. Paralelo às agruras, a dedicação e esforço para sobreviver, especialmente da minha mãe que nos fez, indivíduos pobres e humildes, negros de caráter. Também com orgulho em possuir uma história vivida por mim associada com a história de vida vivida pelos meus pais para sua sobrevivência. A luta pela dignidade não fez perder nosso brilho e dignidade em sermos cidadãs negras brasileiras. Hoje me vejo vencedora frente ao que idealizei em relação a um passado do qual não sinto saudades, mas também não sinto dores e nem arrependimentos por pertencer a ele. Sinto-me mais orgulhosa por vencer esse passado e buscar meu hoje, seguindo passos conquistados por aqueles que lutaram por mim sem saber da conquista que teríamos no futuro. Como ponto de partida de uma história que é da população negra, nada melhor de que começar pelos meus ideais, tanto quanto pela saudação aos estudiosos e pesquisadores.

1 A partir de agora, será utilizado o gênero masculino.

Esta pesquisa teve origem em um processo de formação pessoal e profissional, aliando experiências profissionais como professora da rede pública, atuação na equipe de ciências da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, com o estudo sistemático de desigualdades raciais na educação brasileira. Tanto na atuação como professora, quanto como orientadora pedagógica, observava a presença constante de formas de discriminação racial em relação às pessoas negras, implícitas grande parte das vezes e nem tão implícitas outras tantas, que via de regra não eram alvo de qualquer questionamento, “passavam batido”, como se diz no cotidiano.

Em 2003 foi aprovada a modificação no Artigo 26º da LDB, pela Lei 10.639/03, que determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (a Lei 11.645/08 posteriormente alterou o mesmo artigo, mantendo a redação no que diz respeito a história e cultura afro e acrescentando história e cultura indígenas). Logo a seguir o Conselho Nacional de Educação normatizou o referido artigo da LDB, aprovando a Resolução 01 de 2004, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana o Parecer 03 de 2004, do Conselho Pleno, foi apresentada a justificativa e fundamentação para a referida Resolução e ampliou a interpretação relativa à nova redação do artigo 26º da LDB, compreendendo sua aplicação, além da Educação Básica, na Educação Infantil e Ensino Superior, esse em especial nas licenciaturas, como também nas modalidades de EJA e Educação Especial.

Por um lado a repercussão dessa legislação no ambiente escolar ainda é pequena. Por outro, as redes de ensino passaram a ser cobradas e a se movimentar na implementação dessas normatizações. O processo da autora dessa dissertação foi de tomada de contato mais sistemático com essa temática a partir dessa movimentação social. Por um lado, a experiência como mulher e como educadora negra era de contato cotidiano com as ambiguidades do “racismo à brasileira” (MUNANGA, 2008) que motivavam o interesse pela temática. Por outro, justamente pela condição racial, passava a ser instada, na escola e na rede de ensino, a comentar e tomar posições sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e sobre relações raciais na educação. Esse duplo processo de motivação pessoal e profissional fizeram com que o foco de estudos se modificasse, passando do ensino de ciências para a educação das relações étnico-raciais, buscando então leituras e

processos de formação continuada que dessem respostas às questões vivenciadas e na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e efetivar políticas de ações afirmativas na área da educação.

Em nossa leitura do Parecer 03/04 do CNE apreendemos uma proposição bastante ampla, que destina-se aos profissionais de Educação dos sistemas de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Também poderão participar todas as famílias dos alunos e alunas, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática. O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população negra, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater ao racismo e a discriminações que atingem particularmente os negros.

Nos processos de formação continuada algumas peças foram se juntando. Um ponto de partida para a pesquisa foi a vinculação das observações empíricas que motivou-nos a querer entender e pesquisar melhor que processos intra-escolares são prejudiciais ao alunado negro, que dificultam identificar-se enquanto sujeitos na escola, tais como salientado por Rosemberg (1987). A histórica persistência da população negra na procura de níveis melhores de escolaridade é reconhecida, apesar de o sistema escolar impor ao alunado negro uma trajetória escolar mais difícil em relação àquela que impõe ao alunado branco. Vale lembrar ainda que, de acordo com Rosemberg (1987), em estudo sobre atraso escolar e a participação do negro no mercado de trabalho, estudantes negros apresentaram uma trajetória escolar com frequentes interrupções, temporárias ou definitivas, para trabalhar. Entretanto, a pesquisadora salienta que tais dados parecem sugerir que

não seria a participação no mercado de trabalho que determinaria o atraso escolar de alunos negros, mas sim alguns processos intra-escolares que não permitem uma identificação do alunado negro com a sua história.

Outra questão que veio à tona foram, a partir dos estudos sobre currículo, a discussão de um instrumento muito presente no currículo e na cultura escolar e livro didático. De forma paralela ao acesso a essa discussão curricular, o contato com pesquisas que apresentam falhas e dificuldades em contemplar nos conteúdos dos livros didáticos elementos das diferentes culturas e grupos étnico-raciais que compõem nosso país. No caso específico o interesse sobre a população negra.

O acesso ao trabalho de Silva (2005) sobre *Relações Raciais em Livros Didáticos de Língua Portuguesa* foi importante nesse processo, pois possibilitou contato a um campo de estudo sobre livros didáticos no Brasil e suas implicações que revelam que os livros didáticos brasileiros eram marcados por discursos racistas. Além disso, ele afirma que é relevante que mais pesquisas nesse campo apontem nos livros didáticos os seus equívocos, lacunas, disparidades, desproporções, para além da palavra de ordem genérica que diz ser necessário mudá-los (ROSEMBERG, BAZILLI e SILVA, 2003, p.130-131).

Nesta direção Fúlvia Rosemberg, Paulo Vinícius Baptista da Silva, Célia Maria Escanfella, Chirley Bazilli, Sérgio Luís do Nascimento, Ana Carolina Lopes Venâncio, Débora Cristina de Araújo, José Antônio Marçal, Veridiana Cíntia e Tânia Mara Pacífico realizam uma série de trabalhos em que descrevem e apreendem processos de discriminação racial, em particular no campo da Educação. Eles integram grupo de pesquisadoras (es) que são contrárias (os) à ideologia assimilacionista, a qual tem bloqueado o debate político sobre as relações raciais brasileiras. Assumem que as relações raciais brasileiras caracterizam-se pela dominação de brancos sobre negros, dominação esta que não é totalmente explicada pela herança escravista, mas é atualizada por meio de práticas racistas cotidianas e estruturais (BAZILLI, 1999, p.7).

Minha preocupação como profissional da educação, foi contribuir para que pudesse ser evitada a circulação de livros didáticos com informações que possam ser consideradas preconceituosas, racistas e plenas de estereótipos. Considerei que a resposta estava na necessidade de garantir e privilegiar a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular das escolas para que

contemplassem, obrigatoriamente, ao longo do ano letivo, estudos das Relações Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Nesta perspectiva coloquei-me ao lado dos que defendem como proposição geral a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos - para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos e todas tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. Entendo que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprio, manifestar com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário, portanto, sublinhar que tais políticas têm também como meta o direito dos negros, assim como todos os cidadãos brasileiros, cursarem todos os níveis de ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e o povos indígenas. E são estas condições materiais das escolas e de formação de professores que considera ser indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, com o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africano. (Art. 208. IV. ARRUDA, 2007, p.9).

Assim, alinho-me aos que defendem que a consolidação de uma sociedade mais justa e democrática, tão almejada neste novo século, passa necessariamente pelo combate ao racismo, pelo esforço urgente e consistente no reconhecimento de suas implicações e pela tentativa de sua superação. No entanto, atitudes racistas e preconceituosas ainda permeiam com naturalidade o cotidiano de várias pessoas, de todas as classes, de todos os grupos étnicos e condições sociais, o que leva a não perceber como nem quanto o racismo étnico tornou-se uma prática culturalmente incorporada e da extensão dos danos que provocaram especialmente na população negra.

Dadas às relações raciais que se estabeleceram no Brasil, não é possível implementar políticas públicas preferências para os negros, em particular, sem levar em conta os aspectos histórico-culturais destas relações. A supremacia branca, em nossa sociedade, foi construída historicamente através da combinação de

mecanismos objetivos e subjetivos. A elite brasileira além de impedir o acesso dos negros à educação, à terra e ao trabalho, promoveu a difusão de ideologias, preconceitos e estereótipos que provocam reais danos à construção da identidade positiva dos negros (MUNANGA,2008).

Essas proposições gerais sobre modificações necessárias no sistema de ensino em direção a uma educação anti-racista repercutiram de forma intensa em nossa trajetória profissional e foi à busca de formação acadêmica nesta área que levou ao nosso ingresso no mestrado.

A escolha do ensino de Ciências, como foco das nossas atenções e estudos, vincula-se com as discussões sobre relações raciais na educação brasileira, em específico em livros didáticos que vem desenvolvendo como formadora de professores. Definido o tema de pesquisa, relações raciais em livros didáticos de ciências, passamos a tratar de forma sistemática em nossos estudos questões vinculadas a esse. O trabalho de Silva (2005) já apontava para essa possibilidade, assim e o projeto escrito para a linha de pesquisa sobre Políticas Educacionais já direcionava para o estudo das relações raciais em livros de ciências distribuídos pelo Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD).

Pois o livro didático representa um papel muito importante na educação brasileira. Na maioria das vezes ele é visto por alguns professores como um material que faz parte do currículo, tendo com isso o papel de selecionar os conhecimentos a serem ensinados aos alunos (as), além de exercer influência sobre o “currículo em ação”. Segundo Leão (2003), “o livro didático ainda hoje é o material mais utilizado pelo professor em suas aulas, seja como fonte de pesquisa bibliográfica, como fonte de consulta para o aluno e o professor, como proposta de exercícios ou até mesmo como único material didático utilizado em sala de aula” (p. 6).

No Brasil atualmente existem três programas governamentais voltados ao livro didático: o (PNLD), Programa Nacional do Livro Didático para o ensino Fundamental, o (PNLEM), Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio e o (PNLA), Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos. Segundo o FNDE (2008), só para o ano de 2007, “o orçamento total dos três programas foi de R\$ 850 milhões, sendo R\$ 620 milhões para o PNLD, R\$ 220 milhões para o PNLEM e R\$ 10 milhões para o PNLA”. Então de acordo com FNDE, o PNLD, absorve a maior parte dos recursos investidos em livros didáticos no Brasil e assim abrangendo todo ensino fundamental, como observado a grande

participação do PNLD, só vem afirmar que o livro didático é um material mais pesquisado para os estudos da educação do nosso país, a partir daí as pesquisas na área do ensino de ciências naturais também tiveram o livro como objeto de investigação.

Segundo Leão (2003), as Ciências Naturais passaram a acontecer de maneira mais sistematizada a partir dos anos 70. Na década de 80, mais de oitenta trabalhos que contemplavam o livro didático foram produzidos posteriormente, esses trabalhos subsidiaram estudos sobre o “estado da arte” da pesquisa sobre os livros didáticos de ciências da natureza (FRACALANZA e MEGID NETO, 2006).

A presente pesquisa para defesa de dissertação está estruturada a uma investigação documental qualitativa e quantitativa, para o desenvolvimento desta pesquisa utilizamos as coleções dos livros didáticos de ciências, de 7ª série (8º ano) voltadas ao ensino fundamental, e aprovadas nas duas últimas edições do programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Desta forma, considerando as pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, as pesquisas sobre livros didáticos como instrumentos curriculares, os documentos oficiais e as pesquisas sobre o Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), chegamos à formulação do seguinte problema de pesquisa para qual buscamos resposta nessa dissertação: que formas de hierarquização racial, especialmente entre brancos (as) e negros (as), são observadas em amostra de livros didáticos de ciências distribuídos pelo PNLD nos anos de 2008 e 2011, de acordo com a disponibilidade distribuída pelo programa.

Para, além da Introdução, a pesquisa está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresentamos uma discussão sobre relações raciais no Brasil, em especial a relação entre brancos e negros. Em síntese buscamos respostas para a desigualdade racial em nosso País, sendo que segundo o censo 2011, a metade da população é de etnia negra.

O segundo capítulo trata de algumas pesquisas brasileiras analisadas sobre relações raciais em livros didáticos de ciências, língua portuguesa, ensino religioso e livro didático público Folhas e nos Editais do PNLD de 2008 e 2011. No terceiro capítulo apresentamos os procedimentos utilizados para a análise dos livros didáticos e que proporcionou que chegasse aos resultados apresentados no capítulo de pesquisa e os resultados analisados até o momento que o sucede.

O quarto capítulo consiste na análise formal e discursiva do livro didático de ciências, a partir da identificação da caracterização geral dos personagens nas ilustrações, em relação à Etnia Negra. Buscam-se também as considerações em relação aos dados da pesquisa, tendo como base as questões e referenciais teóricos. E no último capítulo são realizadas as considerações finais, com intuito de apresentar se a análise dos (LDC) livro didático de ciências do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) contempla as definições legais da Lei 10.639/03, o Parecer 03/2004 e a Resolução 01/2004 do CNE. Apresentam-se ainda respostas e estratégias em relação às discussões das Relações étnico-raciais nas políticas públicas e nos livros didáticos de ciências.

1 RELAÇÕES RACIAIS ENTRE BRANCOS E NEGROS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

Quando se fala em relações raciais no Brasil, parece algo que está muito distante para algumas pessoas, pois em pleno século XXI, ainda ouvimos que não existe diferença social ou racial em nosso país. Ainda buscamos respostas nas nossas indagações em relação à desigualdade racial no Brasil. Algumas respostas encontram-se no âmbito escolar da educação brasileira. Existe uma tendência, relacionada com o “racismo à brasileira”, de fazer de conta que nada está acontecendo, e que o ensino brasileiro está dentro de um contexto social de igualdade para todos os indivíduos, sejam “brancos ou negros”. E que isto permite participar e vivenciar políticas educacionais igualitárias. Ao mesmo tempo e de forma contraditória, professores da escola pública, tanto municipal quanto estadual, deparam-se frequentemente com situações graves relacionadas ao racismo no ambiente escolar brasileiro.

Na experiência de profissional da educação observam-se exemplos múltiplos, especialmente em reuniões ou conselhos de classe, das dificuldades que professores tem de se relacionar com aqueles alunos que “apresentam maior dificuldade de aprendizagem”. Muitas vezes esta dificuldade está relacionada, segundo estes educadores, a outros “comprometimentos sociais” dos alunos. Nesses casos, via de regra, o discurso relaciona as supostas dificuldades do aluno à sua condição sócio-econômica, sendo comum escutarmos a seguinte frase: “Ai coitadinho, ele é pobre, tímido e a família não dá muita bola”. E, geralmente, tais afirmações estão relacionadas com a cor da pele desses mesmos alunos. Uma solução fácil é “fechar os olhos e fingir que nada está acontecendo”, imaginando “que a educação brasileira está de vento em popa” como os argumentos que nossos gestores insistem em transmitir. Os discursos oficiais, via de regra, não destacam que a qualidade de ensino no Brasil ainda necessita de profundas melhorias, principalmente em relação às nossas Políticas Públicas para que viabilizem direitos que favoreçam uma igualdade racial e social para todos os alunos.

Consideramos ser necessário destacar em nosso contexto escolar que a educação brasileira não pode ser entendida ou compreendida sem levar em conta as relações entre os diversos grupos étnico-raciais que formaram nossa nação. E

que a formação do Brasil foi pautada em concepções do pensamento escravocrata e, após nas acepções do “racismo que se dizia científico”, tendo como resultante o surgimento de concepções e práticas racistas que, muitas vezes, perduram até os dias de hoje (MOURA, 1983, p. 124). Algumas das especificidades do denominado “racismo à brasileira” foram desenvolvidas ao longo dos séculos XIX e XX, permanecendo evidente à atualidade. Alguns autores relacionam as formas de discriminação que se sucederam na história do país ao domínio de estruturas específicas de poder, particularmente econômico, pela elite brasileira (ORTIZ, 1994). As preocupações de grupos de elite relacionam-se com a tentativa de “solucionar” o “problema do negro” com duas ideologias marcantes: a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial (ORTIZ, 1994). Trataremos desses temas, pela sua relevância, com maiores detalhes, a seguir.

1.1 Desigualdade racial, branqueamento e mito da democracia racial

No final do século XIX e início do século XX os intelectuais estavam totalmente convencidos que “negros e mulatos” eram inferiores em relação aos brancos. As crenças na existência biológica de “raças” e na hierarquia entre elas eram lugar comum, especialmente entre os letrados da época. Muitos, nessa perspectiva, defendiam o branqueamento como a solução para o “problema das raças” no Brasil (TELLES, 2003).

Nas teses propostas pelos cientistas e intelectuais de então, imaginava-se que a mistura dos brancos e não-brancos, devido a taxa da fecundação entre os brancos terem maior eficácia, levaria inexoravelmente a um aumento da população branca e diminuição da negra, o que era considerado benéfico ao país. A hipótese dos cientistas era a de que quanto mais se misturassem as raças, menos chances tinha a população negra de aumentar e a população branca seria cada vez mais pura (TELLES, 2003, p. 46).

O discurso racista predominante nessa época, era o de que o negro não tinha lugar nas sociedades “civilizadas”, o que, na visão de intelectuais, definia como somente possível ocupar espaços sociais relevantes se as marcas raciais fossem negadas, pelo branqueamento. O desejo dos idealizadores da ideologia do

branqueamento era o de fazer desaparecer totalmente ou apagar a presença do negro na sociedade brasileira, tendo sido as políticas de imigração do final do século XIX e início do XX relacionadas com esses pontos de vista. As propostas de embranquecer a população brasileira realizada então por intelectuais e gestores públicos da época determinaram que o Estado investisse muito em programas de imigração europeus.

As ideias sobre mestiçagem tinham defensores de um ponto de vista contrário, que a mesma permitiria “estragar a raça” ou um serviria de meio para amenizar os traços acentuados do afro-brasileiro. O entanto as teses defensoras da mestiçagem como alternativa brasileira acabaram predominando (MUNANGA, 2004, p.53).

Paralela e continuamente a memória da história do povo africano e a herança cultural africana eram sistematicamente apagadas. A história ocultada relacionava-se com o fato de cientistas e intelectuais brasileiros supervalorizarem o referencial teórico dos cientistas europeus e norte-americanos.

As ideias sobre a mestiçagem foram base para uma interpretação do Brasil como um país cujo povo se estrutura a partir de um “caldeamento das raças”. Nessas interpretações a mestiçagem passou a ser considerada como característica inerente a “brasilidade”.

As interpretações de um “país mestiço” possibilitaram a eclosão de um ideário de uma nação de convivência harmoniosa entre as raças. Segundo Munanga (2005), uma primeira proposição de estudos sobre “a questão do negro” era compreender o Brasil como um lugar de harmonia e ideário baseado em crenças numa convivência cordial entre raças/etnias que fazem parte da sociedade brasileira, tendo tal interpretação uma presença marcante na obra de Gilberto Freyre.

Numa segunda proposição, Munanga (2005) se refere a uma crítica ao imaginário de vivência em uma democracia racial. Ao contrário das ideias de que não existe racismo no Brasil, em que as relações raciais no Brasil seriam cordiais e amigáveis, relacionadas à miscigenação racial, passou-se a considerar a distância social muito grande entre brancos(as) e negros(as). A desigualdade racial no Brasil foi considerada estampada diante de uma sociedade racista e o principal teórico dessas proposições, Florestan Fernandes, argumentou que a suposta democracia racial era na verdade um mito que não encontrava respaldo na realidade.

Como argumenta Munanga (2005) esse mito da democracia racial foi tão difundido que está impregnado em nossos pensamentos. A maioria da população brasileira ainda considera, segundo o autor, que não existe preconceito étnico-racial e que também não existem barreiras sociais para os negros(as) no país.

No período pós Segunda Guerra Mundial, a UNESCO organizou uma série de pesquisas sobre o racismo, sendo o Brasil escolhido como um dos países para acolher a mesma. Nos anos 1950 ocorreram as pesquisas e em especial a equipe de São Paulo, com intelectuais como Florestan Fernandes, Roger Bastide e Oracy Nogueira, apresentaram resultados que afirmam a grande desigualdade entre brancos(as) e negros(as) existente no país. Relacionando estas pesquisas com as análises sobre a existência da desigualdade racial no país, alguns grupos de militantes que fazem parte do movimento social negro denunciam este racismo e buscam apresentar para a própria sociedade o ponto de vista da população negra, pelo qual seriam resgatados o pertencimento à matriz africana e a luta constante contra a discriminação reconhecida.

Uma terceira proposição sobre as relações raciais no Brasil ressalta uma manifestação coletiva do Movimento Negro e de cientistas sociais que procuram evidenciar uma crítica de que o racismo é constitutivo de desigualdades raciais e sociais, ou seja, tais desigualdades são estruturantes na sociedade brasileira (BAZILLI, 1999, p. 21).

Atualmente nos deparamos com várias pesquisas recentes sobre relações raciais no Brasil, realizadas no meio acadêmico, realizadas com a participação do Movimento Social Negro e que são de fundamentais importância como via de intervenção em relação à exclusão e a discriminação racial. No entanto o preconceito ainda se mantém enraizado, relacionado em especial à cor da pele, aos traços da face e cabelos e está mais direcionado a características do fenótipo do negro(a) do que à origem familiar.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, realiza pesquisas por uma classificação de cor. Ao longo de décadas de pesquisa construiu-se a compreensão que entre os pretos(as) e pardos(as) a proximidade é muito grande, podendo agrupar os dois grupos de cor que passam a ser chamados de “negros” (correspondente ao que a Sociologia pode denominar de negros, afro-brasileiros ou afro-descendentes), o que permite comparações estatisticamente mais confiáveis com os “brancos”.

Os resultados das pesquisas que comparam índices de brancos(as) e negros(as) apontam que a desigualdade racial no Brasil é muito evidente e, por exemplo, segundo os indicadores sociais de 2000 sobre a situação socioeconômica do Brasil, os negros(as) são maioria entre os pobres (65%) e maioria entre os indigentes (70%). Em uma série histórica bastante estável, verifica-se uma ligeira tendência de aumento da proporção de negros em tais condições. Além disso, os mais de 72 milhões de brasileiros pretos e pardos fazem com que o país apresente a maior população afro-descendente do mundo, atrás apenas da Nigéria, país localizado na África ocidental (BORGES, D'ADESKY e MEDEIROS 2002, p.29).

A desigualdade racial, o racismo dirigido aos negros, não se deve apenas pela diferença de origem racial ou pela dificuldade de ascensão social após abolição da escravidão no Brasil. Silva (2005) destaca que o baixo poder aquisitivo do negro realmente é um dos fatores de grande relevância, que afeta a família negra em seu desempenho social perante a sociedade brasileira. As comparações entre indivíduos brancos(as) e indivíduos negros(as) nas hierarquias do país é amplamente favorável aos brancos. Também não é novidade que as desigualdades são transparentes em diversas áreas, como saúde, educação, moradia, emprego e renda familiar. Mas também não podemos esquecer a citação de Silva (2005) que não é só a pobreza que afeta as famílias negras na sociedade brasileira, mas o plano simbólico também é espaço de importantes desigualdades.

1.2 Educação e relações raciais

De acordo com Rosenberg (1997) as desigualdades nas relações raciais na escola iniciam-se já a partir da Educação Infantil. Os estudos conduzidos por Rosenberg (1997) e Silva (2005) denunciam “que a rotina de espera e subalternidade inicia-se nos berçários e nas classes de educação infantil, onde as crianças negras e pobres; recebem baixo investimento governamental”.

Resultados que são muito expressivos no estudo das relações raciais conduzido por Telles (SILVA, 2005), a comparação de desempenho educacional entre irmãos de mesma família e classe social, em que irmãos brancos foram comparados com seus irmãos pretos ou pardos. As tabulações realizadas pelo autor

apontam que os irmãos brancos tiveram melhor rendimento escolar e maior progressão em relação aos irmãos negros, estudando com maior frequência na série apropriada para sua idade. Entre as irmãs, as brancas apresentaram uma diferença de desempenho para mais em relação as irmãs negras. O autor analisa que os resultados são evidências da influência da raça no desempenho escolar, tendo em vista as condições de similaridade entre os irmãos em outras variáveis.

As escolas brasileiras, via de regra, ocultam as desigualdades raciais nos currículos escolares e pedagógicos. Na escola, segundo a literatura especializada, são frequentes as situações de preconceito racial. A educação brasileira silencia, via de regra, sobre as formas de discriminação, tanto as explícitas quanto as implícitas (SILVA, 2005).

Além disso, geralmente os planejamentos realizados periodicamente pelos pedagogos e professores das escolas públicas não oferecem subsídios didáticos para o desenvolvimento de soluções. Mantêm-se hegemônica uma perspectiva eurocêntrica, valorizando aspectos culturais, históricos e artísticos da Europa exclusivamente e relegando outros grupos étnico-raciais da sociedade brasileira. A escola, de forma geral, permanece valorizando as elites de classe e raça e rotulando com o fracasso escolar aqueles alunos que não conseguem se adaptar ao processo administrativo e à proposta curricular da instituição de ensino. Os regulamentos da escola e a relação professor-aluno concorrem para levar a negros(as) a terem um rendimento escolar inferior ao dos brancos (as).

Em geral os currículos permanecem eurocêntricos e monoculturalistas. A suposta “democracia racial” acompanha na educação uma valorização categórica da “competição democrática”. Muitas vezes o negro fica desacreditado, o que pode ter várias consequências e gerar impedimentos à mobilização de um segmento negro em direção à formação de uma identidade coletiva e uma concepção elaborada sobre as relações raciais no Brasil. Isto pode resultar no fato de muitos negros(as) deixarem de lutar pelos seus ideais e de mobilizarem-se contra as condições de desigualdade racial (HENRIQUES, 2001).

Alguns autores discutem que o tratamento que situa negros como inferiores e que atua na constituição de identidades sociais.

A repressão ou persuasão leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro identificador antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal. Todo ideal identificador do negro converte-se desta maneira, num ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidade negros deverão desaparecer (SOUZA, 1983, p.5).

O estudo exemplar de Souza dá margem para a reflexão sobre a identidade negra no Brasil e sobre a difusão de imagens, na escola, que estabelecem espaços de subalternidade para negros e negras. Crianças e jovens “negras brasileiras” cresceram numa sociedade que as leva a acreditar que a principal referência em relação a sua cor da pele é a subalternidade, em especial um contexto histórico do negro da escravidão, como no passado. Sob tais condições criam-se ideias que dificilmente os nossos antepassados são considerados integrantes da sociedade brasileira ou que tiveram papel importante ou significativo na sua construção (PEREIRA, 2006, p.17). Como decorrência de um processo contínuo de desvalorização, ainda no século XXI, muitas crianças negras manifestam desejos de terem cabelos lisos e/ou pele mais clara. Esse desejo de embranquecer pode relacionar-se com sentimentos de inferioridade em relação a criança branca, podendo conduzir a baixa-estima e tendo reflexos em desempenhos escolares.

Os questionamentos em relação ao papel da escola na formação das representações sobre negros(as) e brancos(as) no Brasil tem sido relacionados com o tratamento curricular centrado nas percepções de mundo e difusão de valores exclusivamente europeus. Alguns escritos apontam que gera-se para a população brasileira uma cegueira sem limite, a ponto de não se perceber as relações históricas entre Brasil e África. Segundo Pereira (2008), os currículos em sua maioria são eurocêtricos e a população brasileira “sofre de miopia e astigmatismo cultural”, pensamento, devido a maneira com que os africanos e os seus descendentes são vistos aqui no Brasil.

Por um lado, reconhece-se que o Brasil é a segunda nação do mundo em número de descendentes de africanos e tem mais da metade de sua população nessa condição. Por outro, ainda prevalece uma visão estereotipada sobre o continente africano e sobre os descendentes de africanos. Estas percepções estariam relacionadas com o quando nos deparamos com pessoas que não assumem sua identidade negra e que não se aceitam seus descendentes com mesmo grau de parentesco. Muitas afirmam que não são descendentes de negros

porque sua avó ou avô eram “Italianos”, “alemães”, e utilizam as ideias de miscigenação como forma de manifestar um tipo de “desculpa” para a não aceitação da sua cor.

As proposições de mudança em relação ao currículo escolar passam por tentar desmistificar a história dos africanos como povo que é reconhecido apenas pela sua alegria, dança, folclore e culinária. E isto leva o povo brasileiro a deixar de reconhecer outros aspectos de sua história, ou seja, de suas raízes. As ideias são de resgatar essa origem numa concepção histórica do povo africano e de seus descendentes brasileiros, que formamos a população brasileira numa parte muito específica em relação aos outros países.

Quando falamos de uma sociedade com justiça social e equidade, é necessário pensarmos como ponto de partida, a ideia de Munanga (1999). Segundo este autor para se construir esta sociedade justa seria necessário lutar por uma identidade mobilizadora, para obtermos uma força coletiva, para que nos possibilite romper com esta ideologia dominante. Uma vez que toda referência da população negra brasileira, ao longo do tempo, foi relegada com imposições e barreiras para a constituição de políticas de afirmação positiva da identidade negra, nos permitiriam reivindicar todos os direitos em direção a superação das formas de discriminação racial.

Então a população negra, descendente de africanos e escravizados, tem como resposta uma política específica a esta situação de opressão ao longo da história do Brasil. Entretanto, na visão dominante que é estabelecida por uma sociedade hierarquizada, o referencial de cor da pele ainda é definidor de espaços sociais. Assim a identidade étnico-racial não passa necessariamente pelo aspecto cultural, mas depende de uma posição política frente a uma situação de opressão (Munanga, 2000).

Partindo desses pressupostos e ainda percebendo-se a reprodução da ideologia dominante na escola pública brasileira, contrapõem-se as propostas curriculares eurocêntricas, nas quais ainda estão enraizados preconceitos seculares. A população negra ainda se depara com impedimentos para a formação de sua identidade e nossa história ainda é renegada e estigmatizada. Nossas lutas e modo de viver ainda preocupam muito a sociedade brasileira, difundida como padrão.

Entretanto, em pleno século XXI estamos observando uma pequena mudança em relação ao reconhecimento da identidade negra no Brasil. Ainda é uma pequena

fração, mas este crescimento que está bem nítido entre os afro-descendentes. Essas mudanças em relação a identidade negra no Brasil devem-se as políticas afirmativas que no momento contam com uma grande presença de negros militantes nas instituições do poder Executivo, Judiciário e Legislativo. No plano educacional tais mudanças se relacionam com as definições sobre o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Abordaremos a seguir tais propostas com maior detalhamento, relacionando-as a processos de atuação de movimentos sociais negros.

Um dos pontos que tem sido questionados são os materiais escolares e suas proposições de “interpretação” da população brasileira. Também trataremos com maior detalhe e profundidade, no capítulo seguinte, sobre as pesquisas a respeito de relações raciais em livros didáticos brasileiros. Apenas situamos que no debate sobre as modificações curriculares os livros e materiais didáticos são questionados e tencionados. Na biologia observa-se uma proliferação de discursos, que muitas vezes no currículo escolar da educação competem e observa-se uma oposição dos estudos sobre genótipos ao racismo (ARAÚJO, 2000, p.31).

A escola brasileira deveria ser um espaço para difundir valores de uma sociedade justa. Mas, ao contrário disso, ainda privilegia espaço de um aprendizado do racismo, com pretensa democracia racial, principalmente devido ao conteúdo eurocêntrico proposto pelo currículo escolar, aos programas educativos, planejamentos escolares, diagnóstico pedagógico de aprendizagem da criança.

A reiteração de uma abordagem da biologia em relação a cor da pele, aos estereótipos que desvalorizam os traços e cabelos dos negros e valorizam o dos brancos, resultam em naturalização das desigualdades e conservação de uma suposta superioridade, atribuindo a negros e a brancos papéis e destinos diferentes.

No momento atual é possível identificar diversas manifestações da identidade negra, brasileira, em relação ao preconceito e a discriminação racial. Mesmo reconhecendo os limites que a sociedade nos proporciona, tais discursos manifestam o desejo de estabelecer condições e metas constituídas em políticas afirmativas de proteger e enfrentar a sociedade brasileira diante do preconceito e discriminação racial.

Vamos tratar das proposições de mudança curricular como resposta às demandas dos movimentos sociais.

1.3 Movimentos sociais negros e a mudança no artigo 26ª da LDB pela lei 10.639/03

No contexto de racismo e discriminação operantes na sociedade brasileira, o movimento social negro percebeu que havia necessidade de se organizar enquanto ativistas em prol da população negra. As mobilizações contra uma sociedade racista na qual os poderosos são ou se consideram descendentes de europeus, o ideário de uma suposta democracia racial operou para manter desigualdades. A população negra foi mantida numa situação inferior em relação às várias etnias que constituem nosso país.

A preocupação do movimento social negro é muito antiga, a vontade de integração os assuntos africanos e afro-brasileiros ao currículo escolar. Talvez todas as consequências que as crianças negras têm na escola voltada a sua dificuldade de aprendizagem sejam devido a falta de um processo pedagógico que inclua as suas necessidades de auto-afirmação da identidade da criança negra resgatando no seu currículo a história e sua cultura própria, para que a criança possa se identificar com o seu próprio processo educativo pertencentes aos seus afro-descendentes. As reivindicações dos movimentos negros de mudança na educação brasileira atravessaram todo o século XX, mas vamos nos ater em especial nas reivindicações e articulações do final do século.

A antiga reivindicação do movimento negro foi apresentada no I Congresso do Negro Brasileiro, promovido pelo Teatro Experimental do Negro em 1950. A partir do fim da Ditadura, imperou a preocupação em remover todas as heranças do autoritarismo e promover a todos cidadãos brasileiros a inclusão no meio social. Na década de 1970 vários setores reuniram-se e mobilizaram-se para a superação das desigualdades raciais no Brasil, sendo que a década foi muito marcada pela ação de afirmação de políticas da identidade negra por movimentos culturais e pela denúncia sobre o mito da democracia racial.

Desde a década de 1980, várias atividades e debates foram realizados pelas organizações negras. E o maior foco e objetivo de ação do movimento social negro foi o da educação. Buscava-se incluir ações afirmativas na educação, uma proposta nova na Constituição de 1988, visando ao combate do racismo (PAIXÃO, 2007, p. 29). Em 1983 o então deputado federal Abdias do Nascimento apresentou projeto de

lei que estabelecia o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis de ensino, num projeto que versava sobre “políticas compensatórias” para a população negra. Os movimentos sociais negros reivindicam políticas públicas e ações afirmativas na proposta do currículo educacional do ensino brasileiro que insiram o ensino das relações raciais e resgatem a verdadeira história do continente africano e de seus descendentes, para que o mito da democracia racial seja contraposto, tendo em vista uma sociedade igualitária, que contemple todos direitos que lhe assiste para que o negro possa orgulhar-se de ser um cidadão afro-brasileiro. Diversas dessas proposições ocorreram no **I Fórum sobre o Ensino da História das Civilizações Africanas nas Escolas Públicas**, que aconteceu na Universidade Estadual do Rio de Janeiro no ano de 1991.

Ainda na década de 1980, a denúncia dos militantes e a pressão dos movimentos negros para se unirem com governos municipais e estaduais objetivou implementar políticas para maior valorização da identidade negra na educação brasileira, assim construindo uma imagem positiva ao segmento das relações raciais. “A educação sempre foi considerada pelas organizações negras como importante campo de disputa a ser incorporado por suas discussões, pois é entendida como instrumento de conscientização, valorização e inclusão social” Marçal (2010). Assim, as lideranças negras procuraram se articular com o meio político a fim de influir na elaboração da Constituição de 1988. Foi realizada a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte em Brasília, em 1986, que reivindicava inclusão da História da África e do Negro no Brasil. Posteriormente também foram apresentadas proposições em relação à Lei de Diretrizes de Base da Educação de 1996. De acordo com Rodrigues (2005) apesar da pouca incorporação das propostas do segmento negro nesses dois momentos, houve ganho no combate à discriminação a partir de 1995, com a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o manual “Superando o Racismo na Escola”.

Todos os movimentos que estavam reivindicando a inclusão dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira continuaram lutando por proposições anti-racistas no país. Em 20 de novembro de 1995, a Marcha de Zumbi dos Palmares foi um dos marcos da atuação do movimento social negro, que entregou um documento ao governo federal, denominado “Programa de superação do racismo e da desigualdade racial”.

Nos anos 1990 as articulações e pressões dos movimentos sociais negros atuaram para que as propostas de mudança na educação, em especial o ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras, fossem incorporadas em legislações de estados e de municípios, no estado da Bahia; no Distrito Federal, nos municípios de Belo Horizonte; de Porto Alegre; de Belém; de Aracaju; de São Paulo; e de Teresina (RODRIGUES, 2005).

Durante as discussões e debates sobre a LDB a então senadora fluminense Benedita da Silva, que representava segmentos do movimento social negro, defendeu as propostas de mudança curricular, as mesmas apresentadas na assembléia constituinte. O Parágrafo 4º do Artigo 26 da nova LDB ficou com a redação “O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do brasileiro especialmente das matrizes indígenas, africanas e européias” (Brasil, 1996). Essa redação da LDB posteriormente foi considerada como “tênue”, pois, sugeriu, mas, não estabeleceu obrigatoriedade, tendo pouca ou nenhuma repercussão nos currículos escolares de então.

O anseio dessa inclusão feita pelo movimento social negro foi atendido, em grande parte, em 9 de janeiro de 2003, com a assinatura da Lei nº 10.639/03, oriunda do Projeto de Lei nº 259, apresentado em 1999 pela deputada Esther Grossi e pelo deputado Benhur Ferreira. A nova legislação acrescentou dois artigos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). Então, de acordo com o novo Artigo 26º, tornam-se obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, nas escolas instituições públicas, oficiais e particulares.

O artigo citado é constituído de dois parágrafos que inclui os conteúdos programáticos. No parágrafo primeiro incluir o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

E o parágrafo segundo inclui todos os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira que serão ministrados em todo currículo escolar em todas as áreas do conhecimento, “em especial nas áreas de Educação Artística e Literatura e História Brasileiras” (Brasil, 2003). A Lei estabeleceu ainda, nos calendários escolares, o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Para essa dissertação a redação do parágrafo segundo, no qual os conteúdos referidos na lei “serão ministrados em todo o currículo escolar”, tem decorrências, pois podemos indagar em que medida os livros didáticos analisados cumprem ou se afastam de tais prescrições legais.

A nova legislação não foi bem aceita em todos os setores da educação brasileira. Vários questionamentos diziam que não era necessário obrigar que os estabelecimentos escolares trabalhassem a temática das relações raciais. Tendo em vista os conteúdos já estarem previstos na LDB (Leis Diretrizes e Bases da Educação Nacional), os críticos argumentavam que era um autoritarismo desnecessário para a educação brasileira e que deixava a autonomia curricular dos estados brasileiros desacreditadas, além de feri-los em relação a educação. Por outro lado, os professores militantes envolvidos no movimento social negro entendiam como um avanço no campo da política educacional brasileira (PAIXÃO, 2007, p.27).

O artigo intitulado. “O Brasil precisa de Lei para ensinar a história do negro?”, foi publicado na edição do jornal Folha de São Paulo de 28 de janeiro de 2003, alguns dias após a assinatura da Lei. Nele também aparece uma crítica de Panisset (2003), ex-presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, afirmando que além da lei ser autoritária agiria contra a autonomia da escola. Logo a seguir foi exposta na mídia a crítica de Mello (2003) conselheira do CNE, que concorda com Panisset (2003) e se preocupa também com a mudança do currículo escolar devido a inserção da implementação da Lei 10.639/03 na Educação brasileira.

Por outro lado, as articulações dos movimentos negros mantiveram-se e novas regulamentações foram aprovadas, foram especialmente relevantes as aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. No dia 10 de março de 2004, a fim de regulamentar a Lei, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer 003/2004 e a Resolução 01/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Relações Afro-brasileira e Africana. Depois das mudanças determinadas no texto da LDB e da resolução 01/2004 passaram a ser mais frequentes e perceptíveis várias ações pedagógicas para inserção das mudanças curriculares nas escolas, visando atingir os profissionais da educação brasileira e atuar para a implementação das referidas propostas.

A Resolução 01/2004 apresenta um termo que passa a ser corrente, a “educação das relações étnico-raciais”; estabelece as mantenedoras dos sistemas de ensino como responsáveis por prover às escolas, professores e alunos de “material bibliográfico e outros materiais didáticos necessários” e remete ao Parecer 04/2004 do CNE em relação a diretrizes e recomendações. No parecer são duas as questões de maior relevância para essa pesquisa. As recomendações são explícitas que a educação das relações étnico-raciais deve ser realizada em todos os níveis e modalidades de ensino e em todas as áreas do currículo, ou seja, incluindo explicitamente a disciplina de ciências. Além disso, estabelece entre as providências necessárias a edição de livros e materiais didáticos que abordem a diversidade étnico-racial sob o Programa Nacional do Livro Didático. Portanto, as prescrições legais estabelecem mecanismos diretamente ligados ao objeto dessa dissertação.

O debate sobre a desigualdade racial no Brasil começa ganhar seu espaço na sociedade, devido ao esforço do movimento social negro e de outros militantes que abarcam a temática.

Nesse período, no Paraná ocorre uma diversificação de organizações do movimento negro como: (ACNAP) Associação Cultural de Negritude e Ação Popular; (IPAD) Instituto Brasil e África; Instituto de Pesquisa do Afro-descendente; Instituto 21 Março; Rede de Mulheres Negras – PR, “que conseguem visibilidade em diferentes setores da sociedade civil, por atuarem na defesa de direitos coletivos e das vítimas de discriminação racial” (ARAÚJO, 2010, p.31). A atuação dos movimentos sociais em prol de mudanças na educação se mantém de forma intensa em todo o período.

No plano federal merecem nota a criação do SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial) “que utiliza como referência política o Programa Brasil sem Racismo, que abrange a implementação de políticas públicas nas áreas do trabalho, emprego e renda; cultura e comunicação; educação; saúde; terras de quilombos; mulheres negras; juventude, segurança e relações internacionais”; e a criação da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) vinculada ao Ministério da Educação, que envolve entre outros temas, a educação de jovens e adultos, e a diversidade étnico-racial (BRASIL, fevereiro, 2011).

Por um lado observa-se a intensa movimentação social em torno da temática. Por outro, as mudanças curriculares são complexas e lentas, em especial as

proposições que envolvem concepções sociais bastante arraigadas, como é o caso das concepções sobre as relações raciais no Brasil e sua orientação pelo “mito da democracia racial”.

Essa pesquisa busca captar movimentos de mudanças e permanências no discursos dos livros didáticos de ciências, neste contexto de disputas para interpretações distintas das relações entre brancos e negros no Brasil. Especialmente situa-se no debate sobre a “reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais” (BRASIL, 2004). A educação em geral e os livros didáticos em particular são tomados como parte importante para o desenvolvimento das identidades sociais que podem ter decorrências nas relações sociais.

Diante do histórico brasileiro em relação à população negra e das relações interétnicas no interior das instituições de ensino, a imagem do negro foi desapropriada, assim como suas histórias, referências, ocultando sua contribuição à sociedade brasileira e gerando com isso uma imagem negativa, estereotipada, enfatizando barreiras na organização dessa população. Antes de entrarmos numa discussão mais detalhada referente às pesquisas sobre relações raciais em livros didáticos, apresentaremos a discussão sobre as imagens de negros na sociedade brasileira.

1.4 Imagens de negros e brancos no Brasil contemporâneo

No decorrer da realização da pesquisa para esta dissertação, especialmente no contato com os livros didáticos no início de aplicação de análise de conteúdo a amostra de livros didáticos de ciências, ficou patente que a análise recairia sobre as imagens trazidas nos livros, muito mais que nos conteúdos. No exame de qualificação foi sugerido que olhássemos com mais acuidade as pesquisas brasileiras sobre as imagens de negros. Essa parte do texto busca responder a essa indagação.

A maior parte das pesquisas sobre relações raciais em imagens focaliza as formas estereotipadas que são lugar comum em discursos brasileiros diversos. Uma frase atribuída a Nelson Rodrigues ajuda a refletir sobre a questão: “No Brasil não

tem racismo, porque o negro sabe o seu lugar". A ironia do autor com o "mito da democracia racial" afirma que a suposta harmonia só ocorre se o negro mantiver uma posição subalterna e passiva, ou seja, sujeitando-se a espaços na hierarquia racial explicitamente definidos. As pesquisas sobre relações raciais em discursos midiáticos brasileiros e em especial as pesquisas sobre imagens apontam como a definição de espaços específicos para negros e brancos é lugar comum no país (SILVA e ROSEMBERG, 2008). As pesquisas apontam que as imagens oferecem uma interpretação que define os lugares de poder como "lugares de brancos" e em especial os lugares de maior desvalorização social como "lugares de negros", atuando "didaticamente" para estabelecer expectativas sociais no Brasil.

Segundo Olszewski Filha (1989) o negro era fotografado, na virada do século XIX para o XX, como objeto de exposição de qualidades exóticas da Bahia. O uso de imagens que tratam o negro como "exótico" e o estabelecem como o "outro" continuam comuns até a contemporaneidade, conforme afirmam Amaral Filho (2005); Beleli (2005); Corrêa (2006). Essa autora analisou "corpos negros/as" presentes em publicidades premiadas e assinala como tais corpos somente ocupam espaços em nas peças se tem uma função de conferir exotismo ou exortar sexualidade exagerada ou algumas outras estereotípias menos presentes.

Conceição (1995) e Ferreira apontam que as imagens utilizadas em jornais relacionam os negros em especial à criminalidade. Tratando do negro no teatro e na TV, Costa (1988) destaca que as personagens negras estão em espaços de inferioridade e "clichês", com personagens que "não tem passado, nem antecedentes e nenhum futuro à vista" (COSTA, 1988, p. 81). No teatro o mais comum é ocuparem posições relacionadas com linhas de caráter, em especial traidores(as) e na TV quase que exclusivamente no que se refere a futebol, carnaval e notícias policiais e em ambos os meios aponta a "síndrome do empregado doméstico".

Rodrigues (1988) apresenta a presença do negro no cinema brasileiro como quase que exclusiva a arquétipos e caricaturas: pretos velhos; mães pretas; mártir; negro de alma branca; nobre selvagem; negro revoltado; negão; malandro; favelado; "crioulo doido"; "mulata boa" e "musa".

Conceição (1998) apreendeu algumas mudanças em representações de negros no jornal *A Tarde* de Salvador, nos anos 1990, com uma presença mais constante, por vezes tornando-se assunto principal, valorizado principalmente nas

editorias de cultura, na política, podendo ser valorizado, mas, também, visto como ameaça à sociedade, e como ameaça ou inimigo social na editoria de polícia, espaço no qual sua presença cresceu 150% em 5 anos.

Na publicidade, Martins, analisando peças de imagens fixas, observou um aumento gradual de personagens negros na década de 1990 (variando de 5% a 12%, mantendo-se a tendência à estereotipia, especialmente em profissões consideradas inferiores (p. ex. empregada doméstica) ou que traziam a imagem de negros como dependentes de brancos. Personagens negras foram observadas agregando valor aos produtos anunciados (não sendo apenas pano de fundo do anúncio) em peças que as ligavam a esporte, música e dança.

Corrêa (2006) analisando relações raciais em dois anúncios de telefonia divulgados em revistas semanais de informação do estado de Minas Gerais, identificou o personagem branco enquanto ser intelectual, a estudar a natureza, enquanto que ao negro cabe o papel de entrar em contato com a natureza se desfazendo de suas vestes e exibindo força e sexualidade. O branco representou a razão e o negro os instintos, a natureza e as emoções, formas de hierarquia que são centenárias e remontam aos estereótipos de europeus sobre africanos.

Beleli (2005) analisando 889 peças publicitárias vencedoras nos Festivais de Criação, do ano de 1975 a 2003, analisou que a “raça” negra se tornou mais visível nos últimos dez anos do material pesquisado, ao mesmo tempo em que identificou formas de hierarquia mantidas. Realizando entrevistas com publicitários identificou que a utilização de corpos brancos seria justificada pelo critério de aparência, que facilitaria a identificação entre o produto anunciado e o consumidor. Tal discurso dos publicitários revela que o público é tomado como branco. De acordo com os informantes de Beleli (2005), na publicidade a aparência atua para a definição de quem é ou não ‘lindo’ e um dos fortes atributos de beleza é a ‘cor’. (BELELI, 2005, p.122). Modelos brancos tendem a ser associados à beleza, saúde e bem-estar, sendo os representantes universais da espécie humana na publicidade. Os corpos negros, embora com maior frequência em função inclusive de demanda da “classe média negra”, ainda “associam a cor escura a situações de pobreza, delinquência, ou marcam a falta de bom senso.” (2005, p.93).

No NEAB-UFPR foi realizado um monitoramento sobre personagens negros em jornais paranaenses, entre 2006 e 2007. Em cadernos de saúde publicados em 2007, Santos e Silva (2011) observaram que, além da sub-representação de

personagens negros; a desigualdade se ampliou em relação a mulheres negras; os corpos brancos foram utilizados para representar tanto os corpos doentes (14,2 brancos para cada personagem negro) e principalmente os saudáveis (55,3 brancos para cada negro); os profissionais de saúde eram como maior frequência brancos (33,0 para cada negro) e não foi observada nenhuma mulher negra nessa condição; relações familiares foram quase exclusividade de personagens brancas (51 ocorrências em 628 personagens, ao passo que personagens negras somente 2 ocorrências) e representação de mulheres grávidas todas brancas. Observou-se que os corpos brancos foram relacionados a saúde e bem estar, em diversos casos de forma direta pelo textos que acompanhavam a imagens. Dado o foco desta dissertação, livros didáticos de ciências, que também tem interface com saúde, esses resultados podem ser interessantes para ajudar na interpretação.

Analisando peças publicitárias veiculadas em dois jornais paranaenses (SILVA, SANTOS e ROCHA, 2011), os resultados apontam alguns aspectos positivos, com a presença de personagens negros que agregam valor à publicidade, tiveram fenótipo valorizado e foram ativos. Por outro lado, as formas de hierarquia entre brancos e negros se mantiveram de forma acentuada, com o branco sendo afirmado como representante natural da espécie humana. Os personagens negros foram sub-representados e acompanhados de estereótipos, em especial a de personagem que necessita de assistência ou auxílio, mas também a associação exclusiva a esportes e música; aos trabalhos braçais; à malandragem. Para personagens mulheres negras mantiveram-se os estereótipos de “mulata boa” e, em menor escala, de “mammie”, empregada protetora e submissa.

Em recente publicação sobre a presença de negros na publicidade os resultados das pesquisas apontam para a continuidade das formas hierarquizadas. Oliveira (2011) aponta que o discurso midiático ficou centrado no branco como norma de humanidade, ao passo que negros foram colocados na perspectiva de um *desvio*. Mulheres negras são associadas com hiper-sensualidade e natureza (OLIVEIRA, 2011; BAIRON, 2011; PEREZ, 2011) e mesmo em peças alusivas ao dia da consciência negra a associação com sensualidade e natureza se mantém (CORRÊA, 2011). Perez identificou em peças publicitárias específicas personagens negras atuando como representantes da espécie humana, mas somente em 3 de 993 anúncios publicados numa revista. Acevedo, Muniz e Nohara (2011) identificaram a estigmatização como principal forma de apresentação de

personagens negras na publicidade dirigida à infância. Os estudos apresentam determinadas mudanças no uso de imagens, mas as imagens do negro como subalterno continuam as mais atuantes.

Em certa medida os resultados destas pesquisas sobre imagens de negros e sobre relações raciais na mídia se aproximam dos resultados sobre racismo em livros didáticos, com algumas mudanças e muitas permanências. A discussão terá continuidade com as análises sobre relações raciais em livros didáticos no próximo capítulo.

2 RELAÇÕES RACIAS EM LIVROS DIDÁTICOS

O cruzamento entre os temas “livros didáticos” e “relações raciais” esteve presente nas pesquisas brasileiras desde os anos 1950, mas com número relativamente reduzido de estudos em relação as pesquisa em ambas as áreas (ROZEMBERG, BAZILLI e SILVA, 2003). Nos anos após a revisão realizada pelos autores parece ter ocorrido uma maior diversificação de pesquisas em termos numéricos, em relação à diferentes disciplinas escolares e em relação a etapas e modalidades de ensino. Essas pesquisas, no entanto, são ainda principalmente dissertações de mestrado, observando-se ainda uma série de publicações de iniciação científica que passaram a ser acessíveis via internet. Ou seja, a diversificação dos estudos pode ser observada principalmente em relação aos processos de aprendizagem inicial de pesquisa. No Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFPR o tema tem sido constante e iremos nos apropriar dos levantamentos sobre publicações, realizados de forma contínua por participantes do mesmo. Em função de esta pesquisa ter tomado como foco as ilustrações buscaremos dar ênfase aos resultados relativos às mesmas.

Silva (2005) analisou Livros Didáticos de Língua Portuguesa para quarta série do Ensino Fundamental produzidos entre 1985 e 2004. A análise foi conduzida tendo como seu principal teórico, estudos contemporâneos no contexto interpretativos da teoria da ideologia de John B. de Thompson (1995). O autor realizou um levantamento do (PNLD) Programa Nacional de Livros Didáticos iniciado em 1985 sobre as respostas que tentavam apresentar para os pesquisadores e o Movimento Social Negro. Analisando amostras de livros didáticos de Língua Portuguesa voltados para 4ª série do ensino fundamental, Silva (2005) identificou um aumento significativo de personagens negros ilustrados, nas capas e nos textos, nos livros publicados entre 1994 e 2003, em relação a livros publicados anteriormente. Afirma que os personagens negros que eram quase inexistentes passaram a ter presença constante nas ilustrações, embora ainda subrepresentados em relação ao correspondente na população brasileira. Nas capas foram 36% de personagens negros e nas ilustrações que acompanharam os textos foram 20%. Esse aumento numérico é considerado pelo autor como importante, mas ao mesmo tempo foram identificadas formas de hierarquização entre brancos e negros nas ilustrações que

continham personagens humanos. Mesmo o aumento de personagens na capa foi analisado pelo autor como uma forma de “maquiar” e dar a sensação a leitores e avaliadores que a presença negra passara a ser mais relevante. Segundo Silva, nos livros didáticos de Língua Portuguesa os personagens negros passaram a ser mais frequentes, mas com uma tendência a apresentação em coletivos ou grupos, com os papéis individualizados e mais importantes sendo desempenhados por personagens brancos. Nos livros publicados em períodos anteriores a 1994 foram identificadas ilustrações com traços grotescos que remetiam ao “racismo científico”, mas tais formas não mais foram observadas após esse ano. Por outro lado, as imagens que traziam personagens negros os limitaram a duas situações em especial, miséria e escravidão. Por vezes algumas imagens traziam traços fenotípicos de personagens negros valorizados, por exemplo numa fotografia que trazia uma criança negra sorrindo, mas era relativa à trabalho infantil, ou seja, relacionava de forma direta a criança negra a essa condição desvalorizada. Silva (2005) observou que ilustrações de personagens humanos em passagens de texto com falas dirigidas aos alunos/leitores traziam quase que exclusivamente personagens brancas, sendo expressão da “branquidade normativa”. Identificou também outras formas de hierarquização: personagens brancos ilustrados em posição de “salvador” de personagens negros; tendência a que personagens que tinham aspectos positivos destacados no texto fossem ilustrados como brancos; a ausência de personagens negros em relações familiares. Em relação a esse último aspecto o autor apresenta uma imagem de família negra em situação de valorização de relações afetivas e com boa situação econômica, mas ressalta que precisou buscar esse exemplo fora de sua amostra, destacando que esse tipo de formato passava a ocorrer como exceção, não como regra. Assim, as ilustrações dos livros didáticos no Brasil segundo análise de Silva (2005), mantiveram discursos no que fundam e sustentam relações de desigualdade racial.

Outra pesquisa realizada no âmbito do NEAB-UFPR foi realizada por Nascimento (2009) sobre relações raciais em livros didáticos de Ensino Religioso de 5ª a 8ª do Ensino Fundamental. A pesquisa sobre discursos racistas em livros didáticos de Ensino Religioso operou com análise produzida a partir de um estudo interpretativo da teoria da ideologia de Thompson (1995). Analisando-se 20 livros didáticos, numa amostra de 229 unidades de leitura, nas quais foram observados 468 personagens de textos e 433 personagens de ilustrações. Nas ilustrações foram

observados 62% de personagens brancos e 13% de personagens negros, ou seja, a subrepresentação se manteve. O autor dividiu a amostra conforme 3 diferentes modelos de ensino religioso e no modelo Fenomenológico, o mais recente, foram observados 64,5% de personagens brancos ilustrados e 16,5% de personagens negros. Praticamente não ocorreram personagens femininas negras foram minoria tanto na amostra geral quanto no modelo Fenomenológico. Somente nesse modelo o personagem negro religioso passou a existir, sendo via de regra apresentado de forma não individualizada, como parte de grupo. Para personagens infanto-juvenis nas ilustrações ocorreu uma fenômeno de inversão. Nos textos manteve-se a hegemonia branca, mas nas ilustrações ocorreu alta incidência de personagens infanto-juvenis negros. Nos livros do modelo Interconfessional foram 7 personagens negros para 23 brancos e do modelo Fenomenológico 8 personagens negros para 5 brancos, ou seja, ocorreu uma interessante inversão nos personagens que podem atuar como possível fonte de identificação para alunos/leitores. O aumento numérico e a inversão de proporção foram significativos, mas não deixaram de apresentar elementos de hierarquização. Em especial se observou a tendência a apresentar personagens negros em situações de escravidão ou de miséria.

As ilustrações guardam resquícios de uma “mídiação do sofrimento” que descreve Silva (2007) em retratar a criança negra em situação de exploração, de trabalho e pobreza. Em nossa análise qualitativa identificamos ilustrações que relacionaram a infância a “problemas sociais” e, da mesma forma que Silva (2007) descreve, a infância tem cor e origem. Essa cor é representada tanto nos textos como nas ilustrações da amostragem nessa pesquisa, associadas a figura da criança negra e pobre. [...] No caso específico, as imagens que se repetem de crianças negras em condições de pobreza, sofrimento, desvalorização social, necessidade de assistência, por um lado, podem, operar como mote para críticas sociais; por outro, circunscrevem um espaço social específico para o negro, o espaço da miséria, da subalternidade e da necessidade de assistência social ou de caridade (NASCIMENTO, 2009, p. 146).

Por outro lado o autor também identificou ilustrações que traziam aspectos de valorização de personagens negros, com a valorização de aspectos fenotípicos em ilustrações específicas e com a apresentação de imagem de personagens negros em família e em situação de troca afetiva. No que se refere as religiões de matriz africana Nascimento discute a ambiguidade de por um lado a apresentação de

imagens e símbolos de religiosidade afro-brasileira em livros do modelo Fenomenológico ocorre a valorização de cultos de matriz africana, com o uso de imagens de algumas manifestações, em especial do candomblé. Por outro lado tal forma de representação que é a responsável pela maior incidência de personagens negros nas imagens pode atuar para circunscrever os personagens negros em tais contextos, apresentando os personagens negros como “normais” nas religiões afro-brasileiras mas mantendo a “norma branca” nas religiões cristãs dominantes.

Outra pesquisa do NEAB-UFPR e da linha de Políticas Educacionais, foi realizada por Tânia Pacífico (2011) que analisou livros didáticos de ensino médio publicados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. A análise recaiu sobre os livros de Língua Portuguesa e de Educação Física, que foram analisados de forma qualitativa, com foco nas relações raciais, nas formas de hierarquia entre brancos e negros e em específico nas estratégias ideológicas de hierarquização. Personagens negros foram raros nas imagens do livro de Língua Portuguesa, que trouxeram personagens negros em situação de escravidão, em narrativas que atualizam esse espaço como “peculiar” do negro. Também observou-se ocorrência de personagem negro em situação de desvantagem social na qual necessita de assistência de personagem branco. Em duas passagens Pacífico (2011) analisa a relação entre as imagens e os textos que a acompanham. Num primeiro exemplo uma fotografia de uma criança branca negra ao lado de sua ama de leite branca apresenta uma senhora negra altiva, trajada com vestido longo e colar, com a criança deitada em seu ombro. Os textos que acompanham a imagem, no entanto, operam com a estereotipia da sexualidade exacerbada da mulher negra, inclusive indicando a “iniciação sexual” de crianças brancas por amas de leite, que não tem qualquer relação com a imagem. Em outra passagem foi transcrita uma fotografia que valoriza esteticamente a criança negra, utilizando na abertura do capítulo foto de Gonçalo Alonso Dias, com uma criança negra angolana, intitulada *O Pensador*. O texto e o capítulo de referem ao mercado de trabalho e os aspectos de valorização do menino negro como “pensador” sucumbem a uma associação da criança negra com a situação de expropriada pelo trabalho precoce. No livro de Educação Física foi observado que as imagens de personagens negras foram circunscritas a determinadas manifestações, relativas em especial à capoeira e ao hip-hop. A tendência geral foi de apresentar, nas partes do livro que tratavam desses temas, imagens que valorizam a aspectos fenotípicos de negros, a personagens históricos

(como Martin Luther King) e a manifestações culturais. Por outro lado a autora analisa a ambiguidade pela ausência de negros em outros espaços e uma contradição em passagem específica: um desenho trás um jovem negro trajado com roupas que fazem alusão ao hip-hop, com uma série de imagens em seu quarto revelam a relação com questões políticas desse movimento, por exemplo um quadro com sigla “rap” junto com símbolo do movimento político dos “Panteras Negras”. O texto, no entanto, toma o rap e outra expressão cultural negra como exemplos do “consumismo” vinculado com a mídia.

Nas pesquisas realizadas pelo NEAB-UFPR são apresentados quadros de síntese de resultados de pesquisas relações raciais em livros didáticos. Apresentamos a seguir o quadro no qual Pacífico (2011) atualizou as informações organizadas por Silva (2005) e revistas por Nascimento (2009). A proposta é apresentar uma síntese de resultados de pesquisas brasileiras sobre relações raciais caracterizando negros (as) e brancos (as) em livros didáticos. No caso de nossa pesquisa trabalharemos com a análise de alguns resultados que estão dispostos no quadro e que se relacionam de forma mais próxima a nossa pesquisa.

- Pesquisas que apresentaram os personagens **brancos como representantes da espécie humana**, muito mais frequentes nas ilustrações, representados em quase a totalidade de posições de destaque (Pinto, 1987; Ana Silva, 1988; Oliva, 2003; Costa, 2004; Ribeiro, 2004; Carvalho, 2006; Pereira, 2006; Auxiliadora Silva, 2005; Filho, 2005; Teixeira, 2006; Nascimento, 2009); personagem negro menos elaborado que branco (Pinto, 1987; Ana Silva, 1988; Cruz, 2000; Paulo Silva, 2005; Carvalho, 2006; Pereira, 2006; Nascimento, 2009; Soares, 2009; Júnia, 2010; Souza, 2010; Ribeiro da Silva, 2011; Farias, 2011). Personagens negros **sub-representados nos livros didáticos** (Ana Silva, 2001; Barros, 2001; Costa, 2004; Paulo Silva, 2005; Ribeiro, 2004; Filho, 2005; Carvalho, 2006; Pereira, 2006; Teixeira, 2006; Nascimento, 2009; Souza, 2010; Lima, 2010; Rocha, 2011, Pacífico, 2011).
- Personagens **negros aparecem menos frequentemente em contexto familiar** (Pinto, 1987; Ana Silva, 1988, 2001; Paulo Silva, 2005; Auxiliadora Silva, 2005; Teixeira, 2006;) e **desempenham número limitado de atividades profissionais**, em geral as de menor prestígio e poder (Pinto, 1987; Ana Silva, 1988; Cruz, 2000; Souza, 2010).
- **Crianças negras representadas em situações consideradas negativas** (Ana Silva, 1988), raramente em contexto escolar ou desempenhando atividades de lazer (Ana Silva, 1988, Paulo Silva, 2005; Ribeiro, 2004; Auxiliadora Silva, 2005; Teixeira, 2006; Júnia, 2010; Pacífico, 2011).
- Negros prevalentemente como personagens sem possibilidade de atuação na narrativa, em posição coadjuvante ou como **objeto da ação do outro**, em contraponto com os personagens brancos, com atuação e autonomia. (Pinto, 1987; Chinellato, 1996; Cruz, 2000; Paulo Silva, 2005; Auxiliadora Silva, 2005; Carvalho, 2006; Pereira, 2006; Teixeira, 2006;).
- Discursos das crônicas transcritas em livros didáticos apresentam as **concepções preconceituosas compartilhadas pelos personagens negros** (Chinellato, 1996).
- As crônicas mais frequentes em textos didáticos apresentaram os **personagens negros pobres ou miseráveis, que desempenham os papéis sociais estereotipados ou estigmatizados** (Chinellato, 1996; Teixeira, 2006; Ratts, 2006; Orlando, 2008; Soares, 2009; Freitas, 2009, Lima 2010, Oliveira, 2010, Rocha, 2011). Por outro lado, **as narrativas das crônicas desvelaram a existência do preconceito e o utilizaram para expor ao ridículo os agentes preconceituosos** (Chinellato, 1996).
- Personagens negros **em contexto sócio-cultural omitido**, prevalecendo valores da cultura europeia (Negrão 1988; Ana Silva, 1988, 2001; Chinellato, 1996; Pinto, 1999; Oliveira, 2000; Oliva, 2003; Costa, 2004; Filho, 2005; Paulo Silva, 2005, Carvalho, 2006; Pereira, 2006; Teixeira, 2006; Nascimento, 2009; Caten, 2010, Souza 2010).
- Textos que condicionam a representação **do negro como escravo**, vinculado-o a uma passagem daquela condição à de marginal contemporâneo (Oliveira, 2000, Oliva, 2003; Ribeiro, 2004; Teixeira, 2006; Oliveira, 2010; Pacífico 2011), associando o trabalho livre e o progresso do país aos brancos (Cruz, 2000; Ribeiro, 2004; Filho, 2005; Watthier, 2008; Júnia, 2010, Caten, 2010, Souza 2010).
- Manutenção da **população negra confinada a determinadas temáticas** que reafirmam o lugar social ao qual ela está limitada (Oliveira, 2000; Pinto, 1999; Cruz, 2000; Costa, 2004; Ribeiro, 2004; Paulo Silva, 2005; Auxiliadora Silva, 2005; Carvalho, 2006; Pereira, 2006; Teixeira, 2006; Nascimento, 2009; Júnia, 2010; Pacífico, 2011).
- **Omissão e superficialidade** ao estudo obrigatório do continente africano e das civilizações africanas conforme **artigo 26ª da LDB (alterado pela Lei 10.639/03)** (Oliva, 2003; Filho, 2005; Carvalho, 2006; Pereira, 2006; Teixeira, 2006; Ratts, 2006; Nascimento, 2009; Caten 2010, Souza, 2010. Júnia 2010; Pacífico, 2011).

QUADRO 1 - SÍNTESE DE RESULTADOS DE PESQUISAS SOBRE NEGROS (AS) E BRANCOS (AS) EM LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS
 FONTE: ADAPTADO DE PACÍFICO, 2011, p. 67.

Uma dissertação que tem resultados relevantes para esse estudo é a direcionada especificamente à livros didáticos de ciências, realizada por Auxiliadora Silva (2005), analisando livros didáticos de ciências dirigidos à 1º ao 4º ciclo (1ª a 7ª série) do ensino fundamental, utilizados na Rede Municipal de ensino na cidade do Recife. Na análise de ilustrações a pesquisa identificou que em cada 10 personagens pobres 6 eram negros. Analisando a presença de corpos negros em situação de saúde ou de doença, a autora identificou uma presença muito pequena, uma sub-representação de personagens negros, tanto em uma situação quanto em outra. Trouxe exemplos de imagens de saúde que valorizam aspectos fenotípicos de personagens negros. No entanto as personagens negras foram retratadas somente em situação de recepção de atendimento médico por personagens brancas, não sendo observada nenhuma imagem de personagem negra em situação de médico ou prestando atendimento de saúde. Ou seja, os corpos negros foram tomados como sendo cuidados por corpos brancos. Na representação de corpo doente observou o contrário, tratamento estético que coloca a personagem negra em situação estereotipada, com traços de desvalorização e em situação de desvalorização. Realizou comparação com personagem branca que ilustrava a mesma doença, o bócio, e identificou que a personagem negra tinha elementos estereotipados mantidos nas imagens. As personagens brancas, de forma distinta, tiveram fotografadas somente a parte do pescoço que traz o sintoma da doença, tendo seus demais traços preservados. Em situação de relações familiares e de relações de amizade e reciprocidade os personagens negros também foram sub-representados. Observou-se tendência a apresentar as personagens negras em situações de grupo, compondo quadros de diversidade, no entanto sem a possibilidade de representar a espécie humana. Além da análise de livros, a dissertação trabalhou com observação em sala de aula e com entrevistas com professores, buscando analisar a transposição didática de conteúdos relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino das Relações Étnico-Raciais na escola. Os resultados apontam que os conteúdos relacionados com a normativa citada foram trabalhados de forma ocasional e inconstante.

Em outro estudo que focaliza livros didáticos de Ciências, Soares e Bordini (2011) analisaram 4 coleções de ciências para anos iniciais do ensino fundamental, aprovados para o PNLD de 2007, sob a perspectiva dos estudos culturais e com análise sobre relações de raça e de gênero. Observaram predominância de

personagens brancos (85%) sendo 2/3 destes masculinos, ao passo que personagens negros foram somente 15% do total. A análise foi realizada por coleção e uma das coleções continha somente 11% de personagens negros. As representações de família apontaram para um ideal de família branca. As profissões que requerem intelectualidade, em especial a de cientista, foram exclusividade de brancos, ao passo que os personagens negros foram correlacionados com esporte, demarcando esse espaço como peculiar ao negro. Concluem que “podemos afirmar que existe uma escolha hegemônica, que está inscrita nos discursos dos livros didáticos de ciências que vão legitimando uma maneira de representar as identidades sexuais, de gênero e etnia, por meio de um jogo sutil de poder” (SOARES e BORDINI, 2009, p. 12).

Analisando discursos verbais e iconográficos em livros didáticos de história (SILVA FILHO, 2005) afirma que as mudanças em relação ao discurso das ilustrações relativo aos negros foram muito reduzidas, pouco incorporando o conhecimento de pesquisas produzidas sobre o negro no Brasil. Junia (2010), analisando livros didáticos de Língua Portuguesa, identificou que muitas imagens utilizadas nessa disciplina remetiam a escravidão e eram as mesmas usadas em livros didáticos de história, identificando narrativa verbal e iconográfica que situa o negro em situação de escravidão ao passo que as narrativas sobre crianças brancas as situam em atividades diversas de estudo e de lazer.

Em artigo de revisão publicado em 2003 ” (ROSEMBERG, BAZILLI e SILVA, 2003, p.130-131), os autores afirmavam que “é importante que mais pesquisas nesse campo apontem para os livros didáticos os seus equívocos, lacunas, disparidades, desproporções, para além da palavra de ordem genérica que diz - é necessário mudá-los”. A análise das pesquisas publicadas após esse período aponta que a afirmação ainda tem validade. Assim, retomando o nosso objeto de estudo que é de analisar racismo em livros didáticos de ciências, as pesquisas realizadas apontam um quadro com poucas mudanças nos discursos das ilustrações dos livros. Mesmo após a mudança de legislação com a alteração do artigo 26ª da LDB pela Lei 10.639/03, os estudos apontam que as formas de hierarquia entre brancos e negros continuam a norma e que a a entrada de conteúdos relativos às Diretrizes Nacionais de Educação das Relações Étnico-Raciais repercutiu pouco nos conteúdos dos livros.

Antes de passarmos ao relato sobre a análise de amostra de 23 livros de ciências do PNLD de 2008 e 2011, passamos a uma discussão sobre os editais do referido programa.

2.1 Editais do PNLD e relações raciais em livros didáticos de ciências

Nesta parte da pesquisa vamos analisar o Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) no Brasil, via uma breve discussão comparativa dos guias e editais do livro didático de ciências relacionada ao PNLD de 2008 e 2011, anos da amostra da pesquisa.

O Programa Nacional do Livro Didático está vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O objetivo do programa é de garantir qualidade mínima de ensino e oportunidade para que todos os alunos possam ter as mesmas condições de um estudo com qualidade. O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Básica – SEB e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, tem por objetivo fazer uma seleção de todos os livros didáticos encaminhados para as escolas públicas brasileiras. O processo é de convocar todos os titulares das editoras para o processo de avaliação e seleção de coleções didáticas adequadas aos alunos do ensino fundamental, e os livros selecionados serão incluídos no **GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS** do PNLD /2008 e 2011.

Conforme Pimentel (2009) o “Programa Nacional do Livro Didático” (PNLD), é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileiro. O processo iniciou-se, com outra denominação, em 1929 e ao longo desses quase 80 anos o programa foi se definindo e se aperfeiçoando com diferentes nomes e diferentes formas de execução. Também contemplou com melhorias e qualidade de ensino aos alunos com deficiência visual que frequentavam as salas de aula do ensino regular das escolas públicas. A partir de 2001 o programa disponibilizou de forma gradativa livros didáticos em Braille para os alunos deficientes visuais.

E em seguida, no ano de 2004, ficou instituído, com a Resolução nº. 40, de 24/08/2004, o atendimento a todos os estudantes com necessidades especiais, não

apenas das escolas públicas, mas sim, oportunizando a todos (as) estudantes de escolas comunitárias e filantrópicas, definidas no censo escolar, com livros didáticos das seguintes áreas do conhecimento como: Português, Matemática, Ciências, História, Geografia e dicionários. Conforme Pimentel (2009) o investimento do PNLD em 2006, foi de R\$ 563,7 milhões, e 2007 foram gastos R\$ 661 milhões, para a distribuição de 120.688.704 de livros de diferentes programas do Ministério da Educação (Pimentel, 2009).

Programas	Quantidade
PNLD	102.521.965
PNLEM	9.175.439
PNBE	7.233.075
Alfabetização (Libras)	16.500
PNBE/Braille	11.360
PNLD/Braille	9.310
Dicionários - 5ª a 8ª	1.721.055
Total	120.688.704

QUADRO 2 – LIVROS DISTRIBUÍDOS PELO MEC PARA O ANO DE 2007
FONTE: PIMENTEL, 2009 (DADOS DO FNDE. MEC)

Segundo Megid Neto e Fracalanza (2003) desde década a de 30 do século passado, os programas de compra e distribuição de livros consomem uma substantiva parcela de verbas públicas ministeriais, só perdendo para o programa da merenda escolar. Os autores atribuem ao Programa de Livro Didático como uma melhoria de qualidade e de uma ampla distribuição aos estudantes das escolas públicas que tem sido uma das mais importantes ações do governo federal e seu Ministério da Educação. Também relatam que, ao mesmo tempo, nas últimas duas décadas os pesquisadores se dedicam a investigar a qualidade das coleções didáticas que chegam às escolas públicas, muitas vezes denunciando suas falhas ou deficiências em seu contexto e, por outras, apontando subsídios para possíveis soluções para melhoria de qualidade antes de chegarem às mãos de nossos alunos. Mesmo com interesses vinculados a melhoria de qualidade, para adaptações nos livros didáticos de acordo com a realidade escolar e o cotidiano de seus alunos, os pesquisadores muitas vezes não conseguem sucesso em suas indagações relacionadas aos erros e equívocos que se deparam nas obras editadas dos livros didáticos de ciências (MEGID NETO e FRACALANZA, 2003). Por via-de-regra, os

autores não são ouvidos nem pelos órgãos gestores das políticas públicas educacionais, e cada vez mais os professores (as) vêm recusando os manuais didáticos postos no mercado, na forma como são concebidos e disseminados por autores e editoras (*Ciência & Educação*, v. 9, n. 2, p. 147-157, 2003).

Retomando os editais específicos do PNLD 2008 e 2011, os mesmos definem uma série de pormenores técnicos em relação às especificações físicas dos livros (no anexo VIII), que tem como resultado uma homogeneização dos livros. Alguns exemplos: o formato definido é de 205 mm x 275 mm, com desvio de mais ou menos 3 mm; a capa de ser com papel cartão branco de 250 g/m^2 a 300 g/m^2 nominais, com tolerância de variação de 4% nas gramaturas nominais, revestido na frente, plastificado ou envernizado com verniz UV; para o miolo deverá ser papel “off set” branco de 75 g/m^2 nominais, com tolerância de variação de 4% (quatro por cento) nas gramaturas; a alvura mínima é de 80% (oitenta por cento) e opacidade mínima de 82% (oitenta e dois por cento). São definidos detalhadamente as formas de encadernação em função de número de páginas. Ou seja, as especificações técnicas tão bem definidas operam para que os livros a serem comprados e distribuídos atendam a critérios de qualidade física, ao mesmo tempo que induzem a uma homogeneidade de formato.

Conforme o edital PNLD/2008, os livros didáticos não podem veicular preconceitos e devem favorecer o diálogo e respeito. No “Anexo IX” que trata de critérios de avaliação dos livros didáticos, vejamos a redação que foi publicada:

Dessa forma, os livros didáticos não podem, sob hipótese alguma, veicular preconceitos, estar desatualizados em relação aos avanços da teoria e prática pedagógicas, repetir padrões estereotipados ou conter informações erradas, equivocadas ou superadas pelo desenvolvimento de cada área do conhecimento – sejam sob a forma de texto ou ilustração – ou ainda, informações que contrariem, de alguma forma, a legislação vigente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo. Devem, ao contrário, favorecer o diálogo, o respeito e a convivência, possibilitando a alunos e professores o acesso a informações corretas e necessárias ao crescimento pessoal, intelectual e social dos atores envolvidos no processo educativo (BRASIL, 2006, p. 29).

O edital vincula, portanto, o diálogo e respeito “ao crescimento pessoal, intelectual e social” dos envolvidos no processo educativo.

Na continuidade o edital afirma que ao longo de quase uma década, a avaliação do programa de livros didáticos está sendo aprimorada, devido as avaliações anteriores. Afirma que tal aprimoramento é produto de debates e discussões **e da pesquisa** que vem se desenvolvendo pelos acadêmicos, a partir de 1995. Relaciona tal demanda de aprimoramento à necessária proximidade com as demandas sociais e mais coerência com a práticas educativas dos professores.

Na sequência o edital remete à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB nº. 9394/96, trazendo os princípios do ensino a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”, o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, o “respeito à liberdade e apreço à tolerância”, a “garantia do padrão de qualidade”, a “valorização da experiência extra-escolar” e a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (Título II, art. 3o).

Em relação à promoção de igualdade étnico-racial diversas normativas utilizam o termo tolerância como forma de propor o convívio. No entanto esse termo afirma, implicitamente, que existe um padrão de humanidade que deve simplesmente “tolerar” a convivência com o “outro”, ou seja, estabelece o não-hegemônico como outro, estabelece a diferença como desvio. Estamos em acordo com as críticas formuladas por Silva (2002) que tal termo é estigmatizante e que tolerância é coerente com uma perspectiva que hierarquiza. Para estabelecer uma relação de reciprocidade tratar-se-ia de respeito à diferença.

Voltando ao texto do anexo IX do edital, o mesmo afirma que o livro didático contribui para que o professor organize sua prática, encontre sugestões e estratégias metodológicas coerentes com o projeto político pedagógico desenvolvido pelos gestores e professores da escola. Afirma ainda que “o livro didático ainda deve atuar no processo democrático, propagando conceitos e informações necessários a cidadania, como respeito, a ética, o **reconhecimento da diversidade**, entre outros” (BRASIL, 2006, p. 30, grifos nossos). Continua afirmando que um dos papéis do livro didático é incentivar o professor para valorizar a liberdade de expressão, pensamento e promover respeito recíproco entre os sujeitos.

Ou seja, nessa parte do texto o anexo IX lança mão dos conceitos de “reconhecimento da diversidade” e da promoção de respeito. O termo “diversidade” tem usos muito distintos e quando não qualificado pode se relacionar com posições

que afirmam uma diversidade genérica como forma de manter as desigualdades. Nas partes seguintes, no entanto, o documento vai além dessa afirmação genérica.

Quando trata de critérios de eliminação o edital instituiu (3) três critérios, tratando o terceiro de observância de preceitos legais e jurídicos, citando explicitamente

a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 10.639/2003, Diretrizes Nacionais do Ensino Fundamental, Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, em especial, o Parecer CEB nº15/2000, de 04/07/2000, o Parecer CNE/CP nº. 003/2004, de 10/03/2004 e Resolução nº. 1, de 17 de junho de 2004” (BRASIL, 2006, p. 30).

Nessa passagem o edital dá ênfase nas normativas relativas à igualdade étnico-racial, pois, além de citar a LDB, cita textualmente a Lei 10.639/03 que modificou o artigo 26ª da mesma, cita a resolução 01/04 do CNE que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e cita o Parecer CNE/CP 03/04, que lembramos, é muito mais descritivo e detalhado em relação à resolução e lei que devem ser sucintos. Aqui cabe uma questão importante para esse estudo, em que medida o edital pode induzir a editoras e a avaliadores a conhecerem e atenderem as condições e critérios estabelecidos nessas normativas.

No edital de 2011 a indução ao cumprimento das normativas é ainda mais enfática, pois passa a compor um sub-item específico, redigido da seguinte forma:

Considerando-se a legislação, as diretrizes e as normas oficiais que regulamentam o ensino fundamental, *serão excluídas as coleções que não obedecerem aos seguintes estatutos:*

- (i) Constituição da República Federativa do Brasil.
- (ii) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 10.639/2003, nº 11.274/2006, nº 11.525/2007 e nº 11.645/2008.
- (iii) Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (iv) Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- (v) Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, em especial, o Parecer CEB nº 15/2000, de 04/07/2000, o Parecer CNE/CP nº 003/2004, de 10/03/2004 e a Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004 (BRASIL, 2008, p. 38).

No edital de 2011, portanto, a explicitação da necessidade de atendimento à LDB e à sua modificação pela Lei 10.639/03 se mantém, acrescida da citação à Lei 11.645/08. A indicação expressa à Resolução 01/04 e ao parecer 03/04 do CNE também se mantém, indicando mais uma vez as normativas relativas à promoção de igualdade racial como pré-requisitos para o cumprimento do edital.

Numa parte posterior o edital de 2008 é ainda mais explícito, após tratar de preceitos éticos para a cidadania discute critérios de qualificação das coleções selecionadas e para a “construção de uma sociedade cidadã”, afirmando:

Quanto à construção de uma sociedade cidadã espera-se que o livro didático:

- 1) promova positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder, reforçando, assim, sua visibilidade;
- 2) aborde a temática de gênero, da não violência contra a mulher, visando à construção de uma sociedade não sexista, justa e igualitária;
- 3) promova positivamente a imagem de afrodescendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder;
- 4) promova positivamente a cultura afrobrasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sócio-científicos;
- 5) aborde a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade anti-racista, justa e igualitária (BRASIL, 2006, p. 32).

O edital do PNLD 2008 já teria um papel indutivo bastante explícito com a afirmação da legislação transcrita anteriormente. Caso alguma editora ou avaliador não tenha se dado ao trabalho de ir à legislação citada, no entanto, o edital explicita nessa parte a cobrança de que os livros “promovam positivamente” a diversidade de gênero e étnico-racial, citando textualmente a “imagem de afrodescendentes” que é objeto dessa dissertação, indicando a promoção por meio de relação de indígenas e afrodescendentes em diferentes espaços profissionais, indicando a veiculação de conteúdos sobre as culturas afrobrasileiras e dos povos indígenas e sobre a “temática das relações étnico-raciais”. Ou seja, o edital incorporou as críticas de ativistas e pesquisadores em sua redação.

No edital do PNLD 2011 tais indicações foram trazidas para a arte inicial do texto do agora “anexo X”, para os “princípios gerais” e ganharam maior detalhamento:

Como parte integrante de suas propostas pedagógicas, as coleções devem contribuir efetivamente para a construção da cidadania.

Nessa perspectiva, as obras didáticas devem representar a sociedade na qual se inserem, procurando:

- promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder;
- abordar a temática de gênero, da não-violência contra a mulher, visando à construção de uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homofobia;
- promover a imagem da mulher através do texto escrito, das ilustrações e das atividades das coleções, reforçando sua visibilidade;
- promover a educação e cultura em direitos humanos, afirmando o direito de crianças e adolescentes;
- incentivar a ação pedagógica voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e da cidadania ativa, apoiando práticas pedagógicas democráticas e o exercício do respeito e da tolerância;
- promover positivamente a imagem de afro-descendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder;
- promover positivamente a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sócio-científicos, considerando seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcaram a construção do Brasil, valorizando as diferenças culturais em nossa sociedade multicultural;
- abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade anti-racista, solidária, justa e igualitária (BRASIL, 2008, p. 36).

No edital de 2011, portanto, a ênfase sobre critérios de valorização de diversidade ficou ainda maior, tanto pela importância na narrativa desse anexo do edital que trata de avaliação, quanto pelo detalhamento nos itens, acrescido de indicação sobre Educação em Direitos Humanos. Um ponto que criticamos é o retorno do conceito de “tolerância”, nessa parte e com maior recorrência no edital de 2011.

O documento do PNLD 2008 segue com critérios específicos de áreas disciplinares e na área de ciências afirma

Preceitos Éticos:

No que se refere ao respeito à construção da cidadania, o livro de Ciências deverá:

- incentivar o respeito às diferenças sociais, étnicas, de gênero;
- apresentar situações que não firam leis, normas de segurança ou que desrespeitem os direitos do trabalhador e do cidadão;

- evitar estereótipos e associações que depreciem grupos étnicos ou raciais, ou que desvalorizem a contribuição que todos os diferentes segmentos da comunidade oferecem;
- contemplar as diversidades geográfica, social e política na exploração dos contextos locais ou específicos;
- incentivar uma postura de respeito, conservação e manejo correto do ambiente (BRASIL, 2011, p. 35).

Na parte específica de área o incentivo ao respeito à diferença e o cuidado em relação ao estereótipos são novamente explicitados.

O edital de 2011, no entanto, apresenta uma série de itens relacionados como critérios eliminatórios, mas a alusão à valorização de diferenças étnico-raciais desapareceu:

Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Ciências:

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Ciências *será observado se a coleção apresenta:*

- propostas de atividades que estimulem a investigação científica, por meio da observação, experimentação, interpretação, análise, discussões dos resultados, síntese, registros, comunicação e de outros procedimentos característicos da Ciência;
- temas de estudo, atividades, linguagem e terminologia científica adequadas ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos estudantes;
- iniciação às diferentes áreas do conhecimento científico, assegurando a abordagem de aspectos centrais em física, astronomia, química, geologia, ecologia e biologia (incluindo zoologia, botânica, saúde, higiene, fisiologia e corpo humano);
- articulação dos conteúdos de Ciências com outros campos disciplinares;
- produção do conhecimento científico como atividade que envolve diferentes pessoas e instituições às quais se deve dar os devidos créditos;
- textos e atividades que colaborem com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade, buscando uma formação para o pleno exercício da cidadania;
- orientação para o desenvolvimento de atividades experimentais factíveis, com resultados confiáveis e interpretação teórica correta;
- incentivo a uma postura de respeito ao ambiente, conservação e manejo corretos;
- orientações claras e precisas sobre os riscos na realização dos experimentos e atividades propostos visando garantir a integridade física de alunos, professores e demais pessoas envolvidas no processo educacional;
- propostas de atividades que estimulem a interação e participação da comunidade escolar, das famílias e da população em geral;
- propostas de visitas a espaços que favoreçam o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem (museus, centros de ciências, universidades, centros de pesquisa e outros);

· propostas de uso de tecnologias da informação e comunicação (BRASIL, 2008, p. 42).

Ou seja, em relação ao edital de 2008 as prescrições para a área de ciências ganharam detalhamento mas deixaram de abordar a necessidade de respeito à diferença étnico-racial. Pode ser devido à formatação final do documento, considerado que na parte geral a temática já fora enfatizada, mas pode ser também em função de mudanças de concepções de equipes de área no MEC (ou como avaliadores).

Segundo Silva (2005) em relação aos critérios relativos à diversidade étnico-racial, na introdução das avaliações da área de Ciências (Brasil/MEC, 2000) foi anotado que: “A figura do negro e do índio passaram a ser retratadas nos livros didáticos como nunca o tinham sido; da mesma forma, em relação aos diferentes segmentos sociais têm-se evitado associações simplistas e francamente grosseiras, quando não desrespeitosas”, sendo o mesmo trecho foi transcrito para a introdução da avaliação de Matemática. Silva (2005) afirma que o referido texto não se relacionava à área Língua Portuguesa, tema de sua pesquisa. Fica a pergunta por que essa preocupação com a representação de negros e indígenas nessas áreas, de ciências e matemática, parecem ter sido precursoras em relação a outras áreas que parecem não ter feito as indagações com tal antecedência.

De qualquer forma, observa-se uma atualização constante nos editais, que passaram dos genéricos critérios de eliminação pela presença de passagens discriminatórias criticadas por Silva (2011), para uma redação “positiva”, que induz à valorização via promoção da diversidade, incorpora as normativas legais e explicita critérios de promoção de igualdade étnico-racial em distintas passagens. Essas questões tem importância central para essa pesquisa, cujo foco são as relações raciais em livros didáticos de Ciências distribuídos pelos PNLD de 2008 e 2011.

Tanto para o edital de 2008 e 2011 a preocupação dos critérios de avaliação para a seleção dos livros didáticos de ciências é em relação a abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados.

3 NEGROS E BRANCOS EM AMOSTRA DE LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS

O objetivo da presente pesquisa é analisar formas de hierarquização entre brancos e negros em amostra de livros didáticos de ciências. Como objetivo correlato, buscou-se analisar em que medida os discursos dos livros, em especial os discursos iconográficos, atendem às prescrições do artigo 26ª da LDB, da Resolução 01/04 e do Parecer 03/04 do CNE. No desenvolvimento da pesquisa optou-se por analisar livros didáticos de 7ª série (ou 8º ano) do Ensino Fundamental distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático.

O livro didático foi escolhido por ser um recurso muito utilizado pelos professores em sala de aula. As avaliações dos livros são praticadas a cada três anos pelo PNLD, sendo que as duas últimas avaliações de livros didáticos para os anos finais do Ensino Fundamental ocorreram em 2008 e 2011.

Para realização desta pesquisa, foram pesquisados os livros didáticos disponibilizados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), programa do governo federal para que escolas públicas Estaduais tenham opções para a escolha anual destes materiais de apoio pedagógico. Foi feita a verificação dos conteúdos e abordagens destes livros, disponibilizados tanto para as escolas estaduais ou municipais no Brasil, fonte de conteúdo tradicional para professores e alunos da escola pública.

A partir do problema e questões de pesquisa, a primeira etapa deste trabalho consistiu na seleção de vários estudos realizados por Rosemberg (1985), Bazilli (1999), Silva (2005) envolvendo dados demográficos sobre relações raciais no Brasil. Eles apontam para o fato de os documentos constituírem uma fonte de informação importante, podendo assim ser consultados várias vezes e por diferentes pesquisadores. Selecionamos como documentos a serem consultados os livros das coleções de Ciências da Natureza de 7ª série (8º ano) do ensino fundamental que foram utilizados no período em que a pesquisa foi realizada, de forma a englobar, na dissertação as coleções aprovadas 2008 e 2011 nas duas últimas edições do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

3.1 Procedimentos utilizados para levantamento dos livros didáticos de ciências

Realizou-se um levantamento de livros didáticos de ciências (das séries finais do ensino fundamental) avaliados e indicados pelo PNLD/ 2008 e 2011. A partir desse levantamento listamos as coleções de Ciências aprovadas para o PNLD nos anos de 2008 e 2011. Definimos trabalhar com os livros destinados à 7ª série (ou 8º ano) em função do conteúdo de tais livros didáticos, via de regra abordando o corpo humano. Decidimos trabalhar com amostra de 1/3 do total de cada um dos anos, arredondando para cima, sendo 5 (38,5%) livros dos 13 selecionados em 2008 e 4 (36,4%) dos 11 selecionados em 2011. Dos 11 livros aprovados para 2011, tivemos acesso a 7, que conseguiríamos por terem sido distribuídos em escolas de Curitiba.

Para diversificação da amostra, definimos que não se repetiriam as editoras nas listas de cada ano de PNLD (2008 ou 2011). Assim selecionamos cinco (5) livros (2008), sorteados entre sete (7) que tínhamos disponíveis no momento (excluindo a possibilidade de escolha de livro de mesma editora). Para o ano 2011 tínhamos inicialmente acesso a somente um (1) livro e definimos que esse comporia a amostra. Da lista dos 10 livros restantes foram sorteados 3 livros de ciências indicados pelo PNLD, sempre com o cuidado para não repetir editora no mesmo ano.

Os livros aprovados em 2008 foram utilizados naquele ano e foram utilizados nas escolas públicas brasileiras ainda em 2009 e 2010. Os demais aprovados em 2011 serão utilizados em 2012 e 2013. Obtivemos acesso aos livros por meio de empréstimos e doações realizadas por escolas Estaduais de Curitiba. Contudo, não foi possível o acesso a todos os exemplares selecionados; conforme apresentado no Quadro 2, no primeiro momento, tivemos acesso a cinco livros das 24 coleções aprovadas pelo PNLD, com 7 coleções repetidas de 2008 para 2011. Fizemos uma análise dos autores e livros selecionados, definindo pesquisar em apenas nove (9) livros das coleções seguindo uma ordem a não repetição de Editora e autores. Os livros serão citados como seleção do livro A, B, C, D e assim sucessivamente para avaliação do processo qualitativo dos livros didáticos de ciências.

Apesar de todo cuidado que tivemos na seleção dos livros para não repeti-los em relação aos autores e editoras, tornou-se impossível pela ilustração de cada livro analisado, pois alguns eram muito repetitivos em relação ao conteúdo, ilustração e

personagens e outros tinham as mesmas ilustrações, mas com enfoque diferenciado para divisão de conteúdos, textos e capítulos. Em função da dificuldade de acesso tivemos que analisar um livro do PNLD de 2011 que já fora analisado no PLND 2008. As diferenças relacionadas entre os três anos, entre um e outro, foram pouquíssimas, pois o autor usou os mesmos conteúdos, praticamente as mesmas ilustrações, textos e imagens com as mesmas características, ou seja, estereotipadas.

Apresentaremos no quadro seguinte (quadro 3) todas as coleções dos livros didáticos de ciências selecionados pelo PNLD- 2008/2011, identificando autores, título do livro, série analisada, editora selecionada, ano e PNLD.

Autores	Título/Livro	Série	Editora/Cidade	Ano	PNLD
- Maria Andrade et al.	Ciência e Vida	7ª série 8º Ano	Dimensão,	2006	2008
- Demétrio Gowdak - Eduardo Martins	Novo Pensar	7ª série 8º Ano	FTD- São Paulo	2006	2008
- Alice Costa	Ciências e Interação	7ª série 8º Ano	Positivo- Curitiba	2006	2008
- Fernando Gewandsznajder	Ciências Nosso Corpo	7ª série 8º Ano	Ática - São Paulo	2006	2008
- Eduardo Leite do Canto	Ciências Naturais- Aprendendo No Cotidiano	7ª série 8º Ano	Moderna – São Paulo	2004	2008
- Olga Santana - Aníbal Fonseca	Ciências Naturais	7ª série 8º Ano	Saraiva – São Paulo	2006	2008
- Ana Paula Hermanson -Mônica Jakievicius	Investigando a Natureza	7ª série 8º Ano	Editora IBEP	2006	2008
-Projeto Aribá – Ciências	Projeto Aribá – Ciências	7ª Série 8º Ano	Moderna	2006	2008
-Suzana Maluhy -Sílvia Bortolozzo	Ciências - Série Linck	7ª Série 8º Ano	Edições Escala Educacional	2006	2008
-Marcelo Jordão -Nélio Bizzo	Ciências BJ	7ª série 8º Ano	Editora do Brasil	2009	2008
Carlos Barros Wilson - Roberto Paulino	Ciências - O MeioAmbiente	7ª Série 8º Ano	Editora Ática	2006	2008
Alexandre Alex Paiva Maria Hilda de Paiva Andrade -Maria Bouissou Moraes Marciana Almendro David	Ciência e Vida	7ª série 8º Ano	Editora Dimensão	2006	2008
-Carlos Kantor -José Trivellato Júlio Foschini Lisboa -Marcelo Trivellato -Sílvia Trivellato	Ciências Natureza & Cotidiano	7ª série 8º Ano	Editora FTD	2006	2008
Fernando Gewandsznajder	Ciências	7ª Série 8º Ano	Editora FTD	2009	2011

-Carlos Augusto da Costa Barros -Wilson Roberto Paulino	Ciências-O Meio Ambiente	7ª série 8º Ano	Editora Ática	2009	2011
Ana Maria Pereira	Perspectiva Ciências	7ª Série 8º Ano	Editora do Brasil	2009	2011
Maria Cecília Guedes Maria Teresinha Figueiredo	Ciências Atitude e Conhecimento	7ª série 8º Ano	Editora FTD	2009	2011
Jenner Procópio Alvarenga José Luiz Pedersoli Moacir Assis D'assunção Filho Wellington Caldeira Gomes	Ciências Integradas	7ª série 8º Ano	Editora Positivo	2008	2011
Elisângela Andrade Ângelo Karina Alessandra Pessoa da Silva Leonel Delvai Favalli	Projeto Radix - Ciências	7ª série 8º Ano	Editora Scipione	2010	2011
Eduardo Leite do Canto	Ciências -Naturais Aprendendo com o Cotidiano	7ª série 8º Ano	Editora Moderna	2009	2011
-Selma Ambrozina de Moura Braga Maria Emília Caixeta de Castro Lima Maria Emília Caixeta de Castro Lima Mairy Barbosa Loureiro dos Santos- Orlando Gomes de Aguiar Júnior Carmem Maria de Caro Nilma Soares Helder de Figueiredo e Paula	Ciências Construindo Consciências	7ª série 8º Ano	Editora Scipione	2009	2011
-Carlos Kantor -José Trivellato Júlio Foschini Lisboa Marcelo Trivellato -Sílvia Trivellato	Ciências Natureza & Cotidiano	7ª série 8º Ano	Editora FTD	2009	2011

QUADRO 3 – RELAÇÃO DAS COLEÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS NATURAIS APROVADOS PELOS PNLDs DE 2008 E 2011 PARA 7ª SÉRIE (8º ANO) DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.2 Procedimentos e resultados de análise de conteúdo

Nesta parte da dissertação são apresentados os resultados da análise de personagens dos textos, das ilustrações das unidades de leitura, das ilustrações das capas e dados catalográficos de livros didáticos de Ciências, dirigidos ao 8º ano do ensino fundamental, publicados entre 2004, 2006 e 2009. Os resultados da análise de nove (9) livros viabilizaram o total de 24 unidades, com 107 capítulos e 2001 personagens nos textos. Nas ilustrações que acompanham estes mesmos textos, foram observados 500 personagens para etnia branca e negra, 200 personagens para outras etnias e nove (9) nas ilustrações de capa, totalizando 700 personagens na ilustração do texto.

Divididos os resultados relativos aos dados catalográficos dos livros didáticos e das unidades de leitura que compõem a amostra, examinou-se algumas das características importantes. A partir da análise dos principais atributos dos personagens, apresentou-se uma discussão sobre personagens brancos e negros (agrupamento dos resultados obtidos para as categorias preto e pardo) e cotejados os resultados com outros estudos sobre relações raciais entre negros e brancos em livros didáticos de ciências e em alguns casos, com resultados de estudos sobre negros e brancos em outras formas discursivas (em especial literatura infanto-juvenil e literatura). Além disso, fez-se o exercício de comparar os personagens das unidades de leitura dos livros categorizados em relação a abordagem das Relações Raciais como representantes de diferentes aspectos como: Cor/Etnia, Sexo, Idade/Etapa, Natureza e Individualidade, entre outros.

Estamos apresentando no quadro seguinte (quadro 3) os nove (9) livros selecionados e indicados pelo PNLD – 2008/2011, que foram analisados para conclusão desta dissertação.

Autores	Título/Livro	Série	Editora/Cidade	Ano	PNLD
Maria Andrade et al.	Ciência e Vida	7ª série 8º Ano	Dimensão, Belo Horizonte	2006	2008
Demétrio Gowdak Eduardo Martins	Novo Pensar	7ª série 8º Ano	FTD, São Paulo	2006	2008
Alice Costa	Ciências e Interação	7ª série 8º Ano	Positivo Curitiba	2006	2008
Fernando Gewandsznajder	Ciências Nosso Corpo	7ª Série 8º Ano	Ática São Paulo	2006	2008
Ana Maria Pereira et al.	Perspectiva Ciências	7ª Série 8º Ano	Brasil São Paulo	2009	2008
Eduardo Leite do Canto	Aprendendo com o Cotidiano	7ª Série 8º Ano	Moderna São Paulo	2009	2011
Fernando Gewandsznajder	Ciências Nosso Corpo	7ª Série 8º Ano	Editora Ática São Paulo	2011	2011
Nélio Bizzo & Marcelo Jordão	Ciências BJ	7ª Série 8º Ano	Editora do Brasil São Paulo	2009	2011
Leonel, Karina & Elisângela	Projeto Radix	7ª Série 8º Ano	Editora Scipione São Paulo	2010	2011

QUADRO 4 – LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS ANALISADOS, DISTRIBUÍDOS PELO PNLD/ 2008 E 2011

FONTE: AUTORA

Esses livros apresentam o conteúdo a ser estudado, seguindo uma sequência lógica dos saberes a serem ensinados e considerando os conceitos científicos mais importantes, relevantes e atuais para a sociedade. Todos os livros didáticos selecionados no quadro três (3), são recomendados pelo MEC - Ministério da Educação, através do PNLD - Programa Nacional de Livro Didático e foram distribuídos por escolas de Curitiba, nas quais tivemos acesso aos mesmos. Os livros são utilizados até que se dê uma nova escolha pelos professores, no final de cada três anos.

A partir do momento em que iniciamos a análise dos livros didáticos de Ciências, passamos a submeter-se as unidades de leitura da amostra a procedimentos de análise de conteúdo. De acordo com Silva (2005), a análise de conteúdo consiste em conjunto de procedimentos que auxiliam a descrever, de forma sistemática, aspectos selecionados das formas simbólicas. O uso de técnicas de análise de conteúdo constitui instrumento descritivo auxiliar para a interpretação dos textos e ilustrações de livros didáticos de Ciências.

Entendemos que a análise de conteúdo consiste em um conjunto de procedimentos que a auxiliam a descrever, de forma sistemática e objetiva, aspectos selecionados das formas simbólicas. Essa sistemática constitui na nossa pesquisa, o uso de técnicas de análise de conteúdo como instrumento descritivo de apoio para a interpretação dos textos, personagens e ilustrações de livros de Ciências,

ressaltando aspectos ocultos, conforme objetivos propostos nesta pesquisa: analisar os discursos sobre os segmentos raciais negros e brancos, em livros didáticos de Ciências. As formas de hierarquização racial, via de regra, ocorrem por formas implícitas, não diretas (SILVA, 2005, p.123). O método de análise visou, neste sentido, classificar partes do discurso (personagens nos textos e ilustrações) de Livros Didáticos de Ciências.

Foram adaptados os manuais catalográficos de análise de conteúdo de Silva (2005) seguindo as categorias que foram conceituadas e explicitadas nas características específicas dos manuais e resumos - Manual de ficha catalográfica; Manual 1 (dados catalográficos dos Livros Didáticos de Ciências); manual 2 (Ilustração na capa do Livro de Ciências); Manual 3 (Personagens na Ilustração do Livro de Ciências); Manual 4 (Personagens no Texto do Livro de Ciências) _ que orientaram e uniformizaram o procedimento de coleta de dados. Conforme Silva (2005) os dados catalográficos dos livros didáticos de Ciências que pretendemos utilizar contém, fundamentalmente, categorias sobre edição e informação sobre os diversos profissionais relacionados à produção dos livros (autores, editores, etc.). Os dados relativos às unidades de leitura contém maior diversidade de variáveis, e estão listadas no quadro 4. Em relação aos **Dados Catalográficos** foram selecionadas as principais variáveis relacionadas aos autores como: número do autor, sexo do autor, cor-etnia do autor, número do capista, número do editor, local e data da publicação. Nos dados catalográficos encontramos grande dificuldades em localizar os dados de cada, em especial a cor-etnia de vários autores, que também não encontramos nas pesquisas realizadas on-line.

1- Número do livro;
2- Número do autor;
3- Sexo do autor;
4- Cor/etnia do Autor;
5- Cor/ etnia do 2º Autor;
6- Cor/ Etnia do 3º Autor;
7- Data de nascimento do Autor;
8- Data de Nascimento do 2º Autor,
9- Data de Nascimento do 3º Autor,
10- Currículo Literário do Autor;
11- Número do Ilustrador;
12- Sexo do ilustrador;
13- Cor/etnia do Ilustrador;
14- Identificação do capista;
15- Número do capista;
16- Sexo do capista;
17- Cor/etnia do capista;
18- Número do Editor;
19- Sexo do editor;
20- Cor/Etnia do Editor;
21- Número da Editora;
22- Local de Publicação;
23- Data de 1ª Edição;
24- Data da Edição Analisada;
25- Número de capítulos;
26- Informações complementares.

QUADRO 5 – CATEGORIAS PARA CODIFICAÇÃO DOS DADOS CATALOGRÁFICOS AS UNIDADES DE LEITURA

FONTE: ADAPTADO DE SILVA (2005)

Conforme Silva (2005), os personagens foram definidos como equivalentes ficcionais de pessoas, podendo assumir naturezas distintas (humana antropomorfizada ou fantásticas). No manual 4, análise do personagem no texto, está a definição detalhada dos componentes utilizados para definição de personagem.

Nesta perspectiva analisando os 09 livros didáticos em uma planilha de dados com as principais variáveis nela contida podemos analisar a proposta da presente pesquisa relacionada à cor-etnia e suas variáveis como: Personagem de texto, Personagem na Ilustração, Ilustração da Capa e Dados Catalográficos. Sendo que no **Personagem de texto** pretendíamos analisar a variável cor/etnia no cruzamento com outras variáveis. Quando tabulamos os dados de cor/etnia de cinco livros, antes do exame de qualificação, observamos uma maioria absoluta de personagens sem identificação de cor/etnia. Em função desse resultado inicial passamos a tratar somente dos personagens nas ilustrações, onde o grau de indeterminação era muito menor.

Em **Personagem de Ilustração**, inicialmente o manual previa somente as variáveis natureza, sexo, cor-etnia e idade/etapa de vida, na planilha previa analisamos as mesmas variáveis selecionadas no personagem de texto, também relacionada com especificidade em cor-etnia. Com exceção da Ilustração da Capa iremos analisar apenas o número do livro, o número de personagem, natureza, individualidade; sexo; cor-etnia e idade/etapa das ilustrações identificadas nas capas dos livros selecionados. Após o exame de qualificação definimos detalhar com mais algumas variáveis que pudessem ser relacionadas com complexidade dos personagens. Reorganizamos o manual e planilha relativo a personagens na ilustração, acrescentando as variáveis nome, valor do personagem, profissão, atividade escolar e relações de parentesco entre personagens.

- | |
|--------------------------|
| 1- Número do livro; |
| 2- Número do texto; |
| 3- Número do personagem |
| 4- Natureza; |
| 5- Individualidade; |
| 6- Sexo; |
| 7- Cor/etnia; |
| 8- Idade/etapa de vida; |
| 9- Nome; |
| 10- Valor do personagem; |
| 11- Profissão; |
| 12- Atividade Escolar; |
| 13- Parentesco; |

QUADRO 6 – ATRIBUTOS UTILIZADOS PARA DESCREVER PERSONAGENS NA ILUSTRAÇÃO
FONTE: ADAPTADO DE SILVA (2005)

Usando o programa computacional Excel, criamos planilhas eletrônicas nas quais foram anotados, para cada variável, os códigos definidos nos manuais. Essas informações foram postadas no programa SPSSⁱ - versão 13.0. Sendo que para cada um dos manuais e cada um das variáveis, foram geradas tabelas de frequência simples. Para os dados relativos aos personagens, organizou-se tabelas de cruzamentos de variável de cor/etnia com todas as demais variáveis.

Com isso foi gerado um número elevado de tabelas, selecionadas tais tabelas e dados, sistematizou-se as informações que por meio destas se deu a análise de conteúdo. A primeira planilha apresentada tratou da análise de **dados catalográficos dos livros didáticos** de ciências que compuseram a amostra.

3.3 Caracterização dos livros e unidades de leitura

Dos 09 livros didáticos analisados predominantemente (7) sete foram produzidos nos eixos São Paulo, 1 (um) no eixo de Belo Horizonte e o último no eixo de Curitiba, os nove analisados abrangem as editoras Dimensão, Ática, Positivo, Scipione, Moderna, FTD e editora do Brasil (livros dispostos nesta ordem no quadro). Tais editoras são grandes empresas e atingem o mercado editorial em todo o país. Alguns pesquisadores (BAZILLI, 1999; ROSEMBERG, 1985; ESCANFELLA, 2006) já salientaram que as produções desses livros didáticos são, predominantemente, das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e relacionam-se ao porte de tais estados, devido ao maior número de compradores potenciais e à ampla concentração de editoras com proeminência no mercado livreiro nestes locais. Dos Livros didáticos de Ciências selecionados dessa amostra os únicos que não possuem co-autoria, são eles: “Ciências Nosso Corpo” e “Ciências e Interação”. Sendo que os das Coleções seguintes “Ciência e Vida”, “Ciências Novo pensar”, e “Ciências Perspectiva”, todos possuem co-autoria.

Nos nove (9) livros da amostra analisados para a pesquisa, 27% são assinados por autoras (sexo feminino), 2% são de autoria mista (contado como de

2 SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) é um software aplicativo (programa de computador) que permite realizar cálculos estatísticos complexos, visualizar resultados, de forma rápida permitindo assim aos seus utilizadores uma apresentação e uma interpretação sucinta dos resultados obtidos.

autoria mista apenas dois dos nove analisados) e 71% de autoria masculina. A maior parte das informações constantes do manual 1 dos dados catalográficos e manual 2 ilustração da capa não foram preenchidas, por ausência de informações

nos livros didáticos e dificuldades ou impossibilidade de obter as informações por outros meios, por exemplo, no que se refere a cor/etnia e a data de nascimento dos autores.

CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES			Nº	%
	Local de Publicação	São Paulo	7	77,7%
		Curitiba	1	11,1%
		Belo Horizonte	1	11,1%
AUTOR	Currículo (N = 9)	Exclusivamente livros didáticos	9	100%
	Sexo (N= 9)	Masculino	6	66,6%
		Feminino	2	22,2%
		Misto	1	11,1%

TABELA 1 – CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES DOS DADOS CATALOGRÁFICOS
FONTE: A AUTORA

Os outros profissionais envolvidos no processo de produção também não foram identificados. A princípio propôs-se realizar uma busca eletrônica para conseguir essas informações relevantes que constam no manual 1, mas a busca pareceu ser impossível, tendo em vista que sobre os principais autores envolvidos no processo de produção dos livros didáticos não constava nenhuma informação. Para evitar dados incompletos e informações falsas desses profissionais e, também, por não ser o foco da pesquisa, não realizou-se por completo o preenchimento e nem análise desses dados catalográficos.

No que se refere às unidades de leitura e os modelos estrutura dos Livros do Ensino de Ciências, identificou-se nas 24 unidades e 107 capítulos dos nove livros analisados, práticas discursivas especificamente dirigidas a uma proposta de ensino de Ciências que afirma buscar a construção de conhecimentos integrados e atualizados. Os textos buscam valorizar os conhecimentos prévios dos alunos e estabelecem relações entre o aluno e a ciência.

De acordo com a análise detalhada de todos os livros, percebemos que a maioria deles tiveram sua edição de publicação em São Paulo - SP. Todos os livros apresentaram as mesmas medidas determinadas pelo edital do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e de acordo com os critérios de seleção do PNLD - Programa Nacional de Livros Didáticos. Dimensões estas definidas por

(BRASIL 2007) formato: 205 mm x 275 mm, com margem de erro até aproximadamente 3 mm.

Todos os 09 livros de Ciências analisados tinham acabamento em brochura, o número de páginas dos livros ficou entre 180 e 250, sendo que na amostra dos 09 livros todos eles tinham acima de 140 páginas. Agora em relação às ilustrações da capa eles traziam o código e ano correspondente ao PNLD, nome do autor, o nome da editora, a série e a disciplina correspondente a esta pesquisa e a seguinte frase “Livro não-consumível” e venda proibida.

A estrutura física dos livros da amostra relacionada no quadro três (3), apresentou variação no formato das ilustrações de capa, de editora para editora. O formato do primeiro livro listado no quadro 3 estabelece relações entre a ciência, os acontecimentos e fatos do cotidiano, “visando preparar o aluno para compreender melhor o mundo e agir sobre ele, além da superação das imensas desigualdades raciais e sócio-econômicas que caracterizam nosso país”. A ilustração da capa dos três últimos livros retoma símbolos e figuras em suas formas variadas em múltiplas relações para que se possa fazer uma interação entre a ciência e o aluno por meio de observação dos fenômenos que ocorrem em seu corpo, em sua casa, em seu planeta. As ilustrações da capa dos livros tinham os seguintes desenhos: 03 deles apresentavam ilustrações com personagens humanos, 04 apresentavam ilustrações de desenhos de experiência científica, 01 apresentava um desenho de um quadro de Jan Vermeer, Ca (1665) e o último com uma ilustração de desenho de uma representação termográfica do corpo humano. E as mesmas informações da capa também se encontravam na folha de rosto em 03 livros, com os mesmos personagens de ilustrações. E no verso da folha de rosto, encontramos a ficha catalográfica, número de autores, sexo do autor, local de publicação, data da primeira edição e o número de capítulos. A contracapa de todos os livros selecionados contém praticamente os mesmos dados e, no verso dessas, em geral, constam: ficha catalográfica e créditos da produção do livro.

Os nove livros didáticos de ciências selecionados se encontram no padrão de avaliação do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), sendo que existe uma padronização da sequência de sumário ou índice. Os livros didáticos da amostra da pesquisa apresentaram esse tipo de padronização. Em alguns casos o sumário e a apresentação só aparecem após uma longa orientação psicopedagógica que indica: objetivos, sugestões de atividades, conteúdo, metodologia e depois é dirigida aos

alunos/leitores. Muitas vezes, o sumário não é dividido em unidade e sim em número de aulas.

Todos os livros foram divididos por unidades e logo em seguida por capítulos identificando o título de cada conteúdo e textos para leitura e interpretação dos alunos. Todos os textos são acompanhados com exercício ou propostas de atividades que abordaram temáticas relacionadas ao conteúdo da série proposta. Por vezes, essas são tematizadas em dinâmica de grupos, reflexões que possibilitam os alunos “construir atitudes positivas em relação à vida” em que eles estão inseridos. Na amostra, os exercícios contextualizam-se em compreensões diferentes. Em alguns casos, reforçam, por exemplo, prevenir-se contra doenças infecto-contagiosas, evitar drogas, praticar atividades físicas, manter uma alimentação saudável. Outros exercícios mesclam questões como entender a sociedade em que vive e o impacto que a ciência tem sobre sua vida e sobre toda a Terra.

A ilustração variou de livro para livro, sendo que no primeiro livro foi escassa a ilustração de personagens. Os demais livros contam com número maior de ilustrações, e com uso abusivo de cores. Essencialmente, examinamos ilustrações coloridas nas capas e nas unidades. Em todos os livros analisados os personagens aparecem alguns em contorno, corpo inteiro, partes do corpo, órgãos do corpo e como croquis, dificultando a classificação de alguns personagens na ilustração nas categorias cor-etnia e idade ou etapa da vida.

Os textos para a leitura/análise pelos alunos se apresentam com formatos e temas distintos: textos como aspectos importantes da sexualidade, construção de um mundo melhor, Alimentação Saudável, Aquecimento Global, Alimentos Transgênicos, Aids, Supercondutores. Étnicos, Gravuras, Gênero, Biografias, Narrativas Informativas, Poesias, Letras de música, Quadrinhos, Pinturas, Esculturas e Fotografias. Os recursos gráficos preenchem e contextualizam a mensagem escrita. Os livros foram analisados por unidades e capítulos, seguindo uma ordem de leitura, numeramos as unidades de leitura e capítulos na qual estão dispostas e selecionadas para a análise de conteúdo.

Em relação aos capítulos, na amostra dos 09 livros, 02 deles utilizaram 12 capítulos, 01 utilizou 20 capítulos, 01 utilizou 16 capítulos, 01 utilizou 02 capítulos, 01 utilizou 15 capítulos, 01 utilizou 19 capítulos, dentre os selecionados 01 utilizou

03 unidades e 18 capítulos, finalmente 01 utilizou 08 unidades totalizando 05 capítulos. Os capítulos estavam relacionados por via de regra a noções de relação ao meio ambiente, sexo, cuidados com o corpo em relação a Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). Os capítulos estão apresentados por textos longos relacionados ao conteúdo programático, geralmente acompanhado de ilustrações cerca de 80% de personagens humanos e os demais eram ilustrados por desenhos ou personagens antropomorfizados.

Os livros também traziam indicação de leituras complementares, suplemento de projetos, mapa conceitual dos conteúdos e exercícios elaborados com sugestões de possíveis respostas para facilidade de compreensão entre professor e aluno. Na maioria dos livros analisados, os textos complementares encontram-se nas últimas páginas de cada livro e sempre acompanhados de planejamento curricular pedagógico de cada conteúdo.

Os livros analisados das editoras relacionadas no quadro três (3) nessa pesquisa tentaram relacionar as temáticas e os conteúdos sistematizando uma prática pedagógica de acordo com a idade dos alunos em relação ao 8º ano ou 7ª série do Ensino Fundamental. Os livros abordam assuntos como comportamento, adolescência, juventude, sexualidade, família, mercado de trabalho, esporte e qualidade de vida. Todos os livros são constituídos de unidades e capítulos estes divididos em conteúdos de acordo com sua especificidade de cada unidade.

4 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS LIVROS SELECIONADOS PELO PNLD

Dos 09 livros analisados contamos no geral com 19 colaboradores em relação aos autores e co-autores, na folha de rosto de cada livro encontramos a apresentação da ficha profissional deles, mas nem todos estavam completas. Percebemos que a maioria dos autores eram licenciados em biologia, mestres e doutores em educação, sendo que entre os 19 colaboradores, 14 já haviam trabalhado na rede pública de ensino com as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e os demais são professores universitários e de faculdades particulares. Dentre os livros encontramos apenas 01 professora que apresentou curso de Lato-sensu em ciências biológicas.

Em relação ao sexo dos autores, podemos afirmar que a maioria dos autores é do sexo masculino, pois tivemos um percentual de 71% e para o sexo feminino uma margem de 27%, e 2% de autoria mista e, no entanto tem muito ainda para se alcançar numa condição de igualdade pela circunstância de análise de livros anteriores, o sexo era praticamente quase 100% de autoria masculina. Em relação à cor-etnia dos autores, devida às dificuldades de encontrar e com as poucas informações obtidas na pesquisa 17 profissionais não tiveram tal característica determinada, ao passo que identificamos uma exclusividade caracterizada como branca.

PROFISSIONAIS DE PRODUÇÃO	CARACTERÍSTICAS		Nº	%
AUTORES	SEXO	Masculino	10	52,6
		Feminino	09	47,3
	COR-ETNIA	Branco	12	41,3
		Indeterminado	17	58,6
EDIÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO, PREPARAÇÃO DE TEXTO E REVISÃO	SEXO	Masculino	19	82,6
		Feminino	04	17,3
	COR-ETNIA	Branco	03	25,0
		Indeterminado	09	75,0
PESQUISA DE IMAGENS	SEXO	Masculino	-	-
		Feminino	-	-
	COR-ETNIA	Branco	-	-
		Indeterminado	-	-
ILUSTRAÇÃO DA CAPA	SEXO	Masculino	10	
		Feminino	04	
	COR-ETNIA	Branco	-	-
			-	-

TABELA 2 – CARACTERÍSTICAS DOS PROFISSIONAIS PARTICIPANTES DA PRODUÇÃO DOS 09 LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS ANALISADOS PARA A 7ª SÉRIE OU 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

FONTE: ADAPTADA POR SANTOS, (2011)

4.1 Caracterização geral dos personagens nas ilustrações em relação à cor-etnia

Analizamos 500 personagens nas ilustrações, em relação à cor-etnia relacionado a todos os personagens brancos e negros encontrados nas ilustrações de cada livro selecionado para esta análise, assim podemos analisar qual a participação do personagem negro ilustrado pelos livros didáticos de Ciências selecionados pelo PNLD. Fizemos uma análise através das planilhas e manuais de personagem, usando o programa Excel e o programa SPSS que viabiliza fazermos um levantamento estatístico mais detalhado de cada personagem em relação as sua variáveis.

Na primeira variável em relação à **cor-etnia e natureza** encontramos para brancos um universo de 400 ou (97,3%) personagens humanos, 1 personagem fantástico (2%), 2 personagens humanos em livros históricos(5%), 6 personagens antropomorfizados (1,5%), e 2 personagens históricos e famosos (5%). Em relação à etnia-negra analisamos a mesma variável natureza num total de 87 personagens humanos (97,8%), e 2 personagens antropomorfizados (2%) , nas demais variáveis não encontramos dados para a cor-etnia negra.

No que se refere à cor e etnia, inicialmente, trabalhou-se com as categorias de cor-etnia do IBGE. Nesta pesquisa, optou-se pelo uso da expressão personagens negros (as), entendendo por negros (as) o equivalente a pretos e pardos. Observar-se em que esta tem sido a opção de vários estudos, entre eles de Rosemberg (1985), Bazilli (1999), Silva (2005) que envolvem dados demográficos e relações raciais.

Rosemberg (1985) utilizou a razão entre personagens brancos e personagens negros (as) como indicador para o nível de desigualdades entre esses dois grupos raciais e denominou tal razão de taxa de branquidade. Num patamar ideal essa taxa seria de 1, ou seja, correspondente à proporção de negros e brancos na sociedade brasileira (cerca de 50% para cada um dos grupos).

A taxa de branquidade fornece a relação entre o número de personagens brancos identificados correspondentes à unidade de personagem negro identificado (SILVA, 2005, p.137). Na nossa amostra essa taxa de branquidade nos personagens do texto correspondeu a 4,6 personagens brancos para cada personagem negro. Ou seja, observa-se a sub-representação de personagens negros, que foi anotada por diversos outros estudos sobre negros em livros didáticos (PINTO, 1981; SILVA, 2005) e em outros discursos midiáticos (ARAÚJO, 2000; DALCASTAGNÉ, 2005).

A representação que atinge os personagens negros estaria relacionada a um padrão na representação dos personagens brancos incidindo sobre ambos uma naturalização da sua condição na sociedade. Como argumenta a pesquisadora Dalcastagnè:

A pequena presença de negros e negras entre personagens sugere uma ausência temática na narrativa brasileira contemporânea, que o contato com a obra, dentro e fora do corpus (...) confirma: o racismo. Trata-se de um dos traços dominantes da estrutura social brasileira, que se perpetua e se atualiza desde a Colônia, mas que passa ao largo da literatura recente. Se é possível encontrar aqui e ali, a reprodução paródica do discurso racista, com intenção crítica, ficam de fora a opressão cotidiana das populações

brasileiras e as barreiras que a discriminação impõe às suas trajetórias de vida. O mito, persistente, da democracia racial elimina tais questões dos discursos públicos (...) (DALCASTAGNÉ, 2005, p. 46).

No gráfico 1 relacionado a seguir estão dispostos os resultados relativos à cor-etnia dos personagens da ilustração, para negros e brancos. A distribuição apresenta uma elevada taxa de personagens indeterminados na categoria cor-etnia o qual não foi inserida no gráfico citado. Essa categoria engloba personagens que por diversos motivos não explicitam nem cor e nem etnia, por vezes, esses dados estão implícitos. Os personagens classificados como outras cores, são, via de regra, personagens que se apresentaram nas ilustrações com fenótipo europeu e outros personagens com a cor parda 1% (2 casos) característica da região da Ásia Menor.

Analisando algumas variáveis, o personagem negro predomina em relação ao personagem branco, embora seja muito para sociedade observar o negro como integrante de uma sociedade igualitária e com os mesmos direitos da classe dominante. (Silva, 2005).

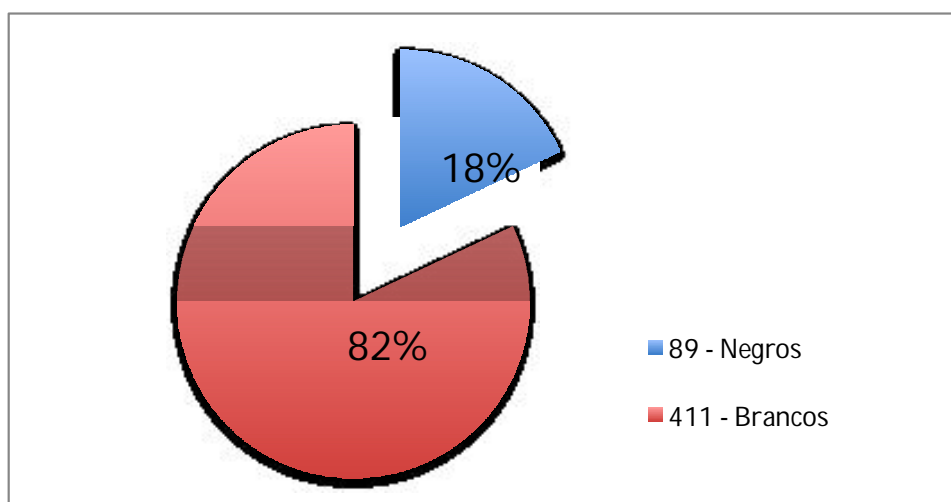


GRÁFICO 1 – PERSONAGENS BRANCOS E NEGROS NAS ILUSTRAÇÕES.
FONTE: A AUTORA

O exemplo seguinte (figura 1) apresenta quatro cores de olhos diferentes, com personagens de etnias diferentes (dois negros e dois brancos). O autor trabalhou com um conteúdo bastante discutido em sala de aula pelos alunos. Foi significativa a imagem dos olhos marcantes de acordo com a cor da pele.

No que diz respeito aos personagens ilustrados, percebe-se que nestes livros a representatividade do personagem negro valorizado é bem maior com relação ao descritos em outras pesquisa, porém, estes, muitas vezes, configuram apenas como uma ilustração, não tendo participação ou menção dentro da categoria personagem no texto. Percebe-se uma maior preocupação em representar os personagens negros nas ilustrações de forma positiva e representativa, como famílias felizes, profissionais no desempenho de suas funções, grupos de jovens “descolados” ou freqüentando, bancos universitários, como também desempenhando cargos de chefia. Isso se confirma nos temas de algumas das unidades que trabalham temas como: “Somos todos iguais”, “Um novo modo de viver”, “Cor ou etnia”.

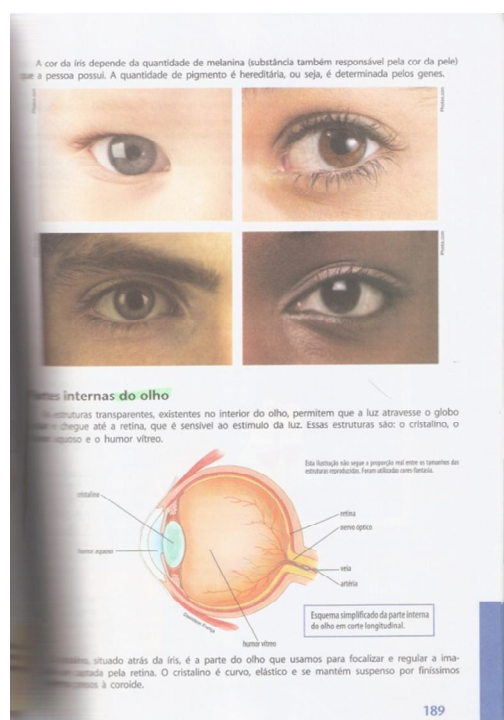


FIGURA 1 – A ILUSTRAÇÃO DEMONSTRA QUE A COR DA ÍRIS DOS OLHOS DEPENDE DA MELANINA, SUBSTÂNCIA ESSA RESPONSÁVEL PELA COR DA PELE QUE A PESSOA POSSUI. A QUANTIDADE DE PIGMENTO É HEREDITÁRIO, OU SEJA, É DETERMINADA PELOS GENES
FONTE: FOTOS DO LIVRO D - COLEÇÃO PERSPECTIVA CIÊNCIAS

Em relação a variável **individualidade**, encontramos na ilustração de personagens brancos 221 (53%), caracterizados com indivíduo único e 189 personagens caracterizados como multidão numa margem de (46%) e 1 (2% ficou

como personagem indeterminado. De contrapartida a participação da ilustração dos personagens negros ficou 63 (70,8%) de indivíduo único e 26 (29,2%) de multidão. Mas um dado relevante para discutirmos em relação o percentual de indivíduo único para a ilustração dos personagens negros no texto, é de grande valia nos depararmos com um percentual maior de indivíduos único no universo de 500 ilustrações.

A variável no **sexo**, também obteve dados relevantes para o sexo feminino, em relação a negros (as) e branco (as), pois os personagens de ilustração feminino e negras sobressaíram numa margem bastante elevada em relação a ilustração das personagens brancos e do sexo feminino. De acordo com os dados obtidos na tabela de contingência ficou: para personagens brancos analisados como, 195 (47%) especificamente masculino, 5 (1,2%) para personagens genericamente masculinos, 89 (21,7) para personagens especificamente feminino, 82 (20%) , para personagens mistos, 35(8,5%) para personagens que na se aplicam nas ilustrações definidas na análise dos livros e 2 (0,5%) de personagens indeterminados, que não se caracterizam como masculino ou feminino.

Em relação aos dados da variável **sexo** para a ilustração de personagens negros, obtivemos dado satisfatório, levando em conta o percentual de sexo feminino de personagens negros, para o sexo feminino de personagens brancos na ilustração. De acordo com a análise de dados nos deparamos com os seguintes resultados para personagens negros: 46 (51,7%) de personagens especificamente masculino, 6 (6,7%) genericamente masculino, 22 (24,7%) especificamente feminino, 12 (13,5%) personagens mistos e 3 (3,4%) de personagens na ilustração que não se aplica, e categoricamente não encontramos nenhum dado para personagens indeterminado.

Na variável **Idade/etapa** tivemos os seguintes resultados de ilustração em relação aos personagens brancos da pesquisa analisada: encontramos 7 (1,7%) de bebê no personagem de ilustração, 18 (4,4%) de crianças até 12 anos de idade, 3(3,6) de adolescentes, 258(86,8%) de personagens adultos, 15 (3,6%) de idosos e 59 (14,4%) de personagens mistos e encontramos 17(4,1%) de personagens que se caracterizavam com indeterminado. Para os personagens negros encontrados na ilustração tivemos dados relevantes com o número de adolescentes negros (as) com grande participação da ilustração dos livros, dados estes também que sobressaíram em relação aos personagens mistos encontrados no texto. Agora vamos identificar

os resultados obtidos de nossa análise via de regra apenas para cor-etnia e personagens negros especificamente na ilustração, não encontramos nenhum caso de bebê negro (a), 6 (6,7%) de crianças até 12 anos de idade, 14 (15,7%) de adolescentes negros(as), 51 (57,3%) de personagens adultos, 2 (2,2%) de personagens idosos, 12 (13,5%) de mistos e finalizando 4 (4,5%) de indeterminado.

Ainda analisando variáveis relacionada a presente pesquisa, vamos identificar a importância da variável **Nome**, para determinar sua importância nos personagens de ilustrações de acordo com seu valor. Vamos iniciar com os personagens ilustrados como brancos na análise do livro didático. Sendo assim temos para variável multidão caracterizando 17 (4,1%), personagens, 89 (21,7) recebem um nome, 201 (48,9%) é denominado o nome exclusivamente pela sua profissão, 4 (1%) é denominado pela seu atributo, 2 (0,5%) recebe um nome denominado pelo laço familiar, 5 (12,2%) recebe um nome denominado pela sua etnia ou religião, e 35 (8,5%) recebe nome quando tem partitivo exclusivamente masculino e 13 (3,2%) recebe o nome pelo partitivo referente ao sexo feminino e não identificamos nenhum personagem na ilustração, que poderia receber um nome referente ao grau de parentesco do cônjuge.

Em relação à ilustração de personagens negros na análise, tivemos um dado bastante relevante em relação aos personagens brancos que recebe o nome, referente à sua etnia ou religião, em relação aos personagens brancos, identificamos um número (50) de igualdade, tanto para os negros (as), quanto para os brancos (as) e ambos passam pelo mesmo processo para receber um nome. Mas identificamos na análise uma diferença muito acentuada em relação ao percentual entre personagens de ilustração negros (as) e brancos (as). Para identificarmos caso a caso, vamos determinar o nome especificamente dos personagens negros (as) de acordo com suas variáveis.

Então teremos na primeira variável que é multidão 17 (4,1%), para receber um nome temos 9 (10,1%) de personagens negros, 12 (13,5%) recebem um nome denominado exclusivamente pela sua profissão, não encontramos nenhum dado referente aos atributos dos personagens de ilustração, 500 (56,2%) recebe um nome denominado pela sua etnia ou religião, 2 (2,2%) recebe nome pela sua função familiar, 4 (4,5%) recebe nome referente ao partitivo exclusivamente masculino, 8 (9,0 %) recebe nome devido ao partitivo referente ao sexo feminino, 1 (1,1%) recebe nome referente ao grau de parentesco referente ao cônjuge. A maioria dos

personagens em **relação ao seu valor**, relacionado no texto que mais se destaca com um diferencial acentuado é a variável na ilustração que caracteriza os brancos (as) sendo positivado em relação ao seu valor e inferiorizando o valor do personagem da etnia negra, posicionando em uma caracterização estereotipada como personagem negativo. Para maiores informações iremos identificar os dados específicos aos brancos (as) determinados nas variáveis analisadas. Vamos obter os valores percentuais de acordo com cada valor do personagem de etnia branca. Para multidão temos 57 casos (13,9%), para valor de personagens positivo ou neutro, verificamos 286(69,6) para valor de personagem negativo e antipático tivemos 3 (0,7%), para personagens que evolui positivamente de acordo o seu valor tivemos 53 (12,9%), e o personagem que evolui negativamente encontramos 4 (1%) e para personagens com valores indeterminados encontramos uma margem de 8 (1,9%).

Nesta perspectiva identificamos uma diferença em relação ao personagem caracterizado com etnia negra, assim perpassa a variável em relação ao personagem positivo ou neutro. Agora análise do personagem negro relacionado ao seu valor, tivemos: para multidão encontramos 12 (13,5%) de personagens negros, em relação a variável positiva ou neutro, encontramos 39 (43,8%) relacionado aos negros, em relação a valor que evolui para o positivo temos uma margem de 19 (21,3%) é um dado relevante encontrado no percentual em relação aos dominantes brancos(as). Para os personagens que evolui negativamente, encontramos um número elevado em relação aos personagens negativos dos brancos (as), ou seja, 10(11,2%). Agora para personagens indeterminados identificamos o mesmo número (8) para personagens negros (as) e brancos e verificando uma diferença no percentual relação aos mesmos de (9%) em relação aos personagens negros.

Fizemos um levantamento nesta pesquisa das ilustrações de personagens negros (as) e brancos (as) relacionados à **profissão** de cada variável nela contida. Iniciaremos um levantamento de dados com o personagens brancos, alisamos que 122 (29,7%) dos personagens não tem nenhuma profissão, e para os personagens que exerce uma profissão temos 265 (64,5%), por via de regra os personagens que já exerceu uma profissão identificamos um total de 13 (3,2%), em relação a natureza de cada personagem antropomorfizados identificamos apenas 3 (0,7%), e para personagens misto no contexto do livro encontramos 8 (1,9%) apenas para brancos.

Também realizamos uma análise dos personagens negros em relação a sua ilustração de cor-etnia.

De acordo com esta análise, achamos um dado relevante em relação à profissão da população negra, pois no universo dos personagens analisados encontramos um dado em relação aos personagens que já exerceram uma profissão. Identificamos que em percentuais os personagens negros da ilustração superam um valor razoável em relação aos personagens de ilustração brancos. Então em relação a esta análise identificamos 33 (37,1%) para personagens que não tem uma profissão, para personagens que exerce uma profissão encontramos um total na ilustração de 49 (55,1%), agora em contrapartida consideramos um dado relevante percentualmente em relação aos personagens que já exerceram uma profissão, assim tivemos os dados como: 05 (7,8%) para os personagens negros que já exerceram uma profissão, para os casos de personagens da natureza como antropomorfizados não identificamos nenhum personagem e para personagens mistos totalizou em uma margem de 2 (2,2%) classificados na maioria das variáveis relacionado a profissão dos personagens.

Para **atividade escolar** fizemos um levantamento detalhado por ser uma das variáveis que salienta muito nossa análise em relação aos personagens negros e brancos para além de sua atividade escolar. Iniciaremos os dados relativos identificamos os personagens brancos para multidão ou grupo 18 (4,4%), para personagens que não estudam foram 106 (25,8%), para personagens que estudam ou frequentam a escola temos 47 (11,4%), personagens que não estudam e passam estudar entre os brancos foi de 15 (3,6%) se analisarmos ainda continua a maioria que consegue retornar a escola em relação aos negros. E para os personagens que estudou no seu passado totalizou 224 (54,5%), como podemos perceber em via de regra mais da metade dos personagens brancos tiveram a oportunidade de frequentar uma escola e para os personagens que apenas frequentaram de outras modalidades, como: balé, música e artes, identificamos 1 (0,27%) que puderam participar dessas atividades. Em relação aos personagens negros encontramos com dados relevantes em relação a variável de personagens que não estuda para negros identificamos 28(31,5%), valores que superam os personagens brancos, para multidão dos negros nos deparamos com 5 (5,6%), e para os negros que estudam ou que ainda frequentam a escola temos: 13 (14,6%), para personagens que estudam e passam a estudar, se verificarmos com cautela é muito inferior em

relação aos brancos, assim temos para os negros os seguintes resultados 2 (2,2%), e para os personagens negros que estudou no passado foi de 41 (46,1) , por via de regra se analisarmos além de ser um número pequeno em relação aos brancos, não deixa de ser relevantes em relação a classe dominante. E para os personagens negros que apenas estudaram, artes, balé, música e dentre outras modalidades não encontramos nenhum dado para esta atividade em relação a atividade escolar dos personagens negros.

Finalizando a análise de personagens na ilustração entre negros e brancos na pesquisa realizada identificamos que para o variável **grau de parentesco**, analisamos na família geral dos personagens, em que grau nos deparamos em relação ao parentesco do texto na ilustração, selecionados entre negros e brancos. Para iniciarmos analisaremos o grau da etnia branca temos um número elevado em relação aos negros que não possui nenhum grau de parentesco. Assim temos os números analisados para etnia branca identificamos 73 (17,8%) de multidão, ou seja, personagens sem grau de parentesco. Para os que possuem grau de parentesco localizamos 61 (14,8%) e os que não tem nenhum vínculo familiar ou grau de parentesco temos 276 (67,2%). Em contra partida identificamos um número muito relevante de negros que não possui qualquer relação de parentesco em relação aos brancos, identificamos na pesquisa uma melhoria em relação aos negros de 62 (69,7%), mas de contra partida também nos deparamos com dados inferiores como: multidão 4 (4,5%) e para os personagens que possuem relação de parentesco identificamos para os negros uma margem de: 23 (25,8%). Dados ainda que necessitem de serem desconstruídos em relação à população negra, significa que os livros didáticos ainda precisam valorizar a imagem do negro em seus textos de leitura e ilustrações com maior frequência para que os alunos e a sociedade passem a respeitar e identificar os negros (a) como indivíduo competente e valorizado com os demais personagens ilustrados no decorrer das próximas edições. Isto também cabe a verificação das pessoas responsáveis que possibilitam e adquirem os critérios para as seleções dos livros didáticos selecionados do PNLD que serão distribuídos para escola pública do nosso país.

ATRIBUTOS PREDOMINANTES	COR/ETNIA	TOTAL			
		NEGROS Nº	%	BRANCOS Nº	%
NATUREZA	HUMANA	89	18 %	411	82%
	RELIGIÃO	-	-	-	-
INDIVIDUALIDADE	INDIVÍDUO ÚNICO	63	70,8%	221	53,8%
	MULTIDÃO	26	29,6%	189	46,0%
SEXO	ESPECIFICAMENTE FEMININO	22	24,7%	89	21,7%
	ESPECIFICAMENTE MASCULINO	46	51,7%	195	47,7%
IDADE/ETAPA	BEBÊ	01	-	07	1,7%
	CRIANÇA	06	6,7%	18	4,4%
	ADOLESCENTE	14	15,7%	36	8,8%
	ADULTO	51	57,3%	258	86,0%
NOME	MULTIDÃO	03	3,4%	17	4,1%
	RECEBE UM NOME	09	10,1%	89	21,7%
	NÃO RECEBE NOME	12		201	74,2%
VALOR DO PRSONAGEM	MULTIDÃO	12	13,5%	57	13,9%
	POSITIVO/NEUTRO	39	43,8%	286	69,6%
PROFISSÃO	NÃO TEM UMA PROFISSÃO	33	37,1%	122	29,7%
	EXERCE UMAPROFISSÃO	49	55,1%	265	64,5%
	JÁ EXERCEU	05	7,8%	13	5,8%
ATIVIDADE ESCOLAR	PERSONAGEM QUE NÃO ESTUDA	28	31,5%	106	25,8%
	PERSONAGEM QUE ESTUDA OU FREQUENTA A ESCOLA	13	14,6%	47	11,4%
GRAU DE PARENTESCO – FAMÍLIA GERAL	MULTIDÃO	04	4,5%	73	17,8%
	POSSUI RELAÇÃO PARENTESCO	23	25,8%	61	14,8%
	NÃO POSSUI NENHUMA RELAÇÃO	62	69,7%	276	67,2%

TABELA 3 – ATRIBUTOS PREDOMINANTES NA CARACTERIZAÇÃO DE PERSONAGENS NA ILUSTRAÇÃO DE COR/ETNIA
 FONTE: A AUTORA

Na tabela 3 estão dispostos resultados sobre formas de apreensão dos personagens brancos e pretos na ilustração do texto de leitura dos livros selecionados. Os resultados são relativos, em função do objetivo desta pesquisa, ser analisar os discursos sobre tais personagens e discutir possíveis formas de hierarquização racial. Estão dispostos alguns resultados relativos a atributos dos personagens, para os grupos de cor (brancos) e cor (pretos). Observa-se que num total de 500 personagens a superioridade dos personagens brancos sobre os personagens pretos no que se refere à proporção: 411 (82 %) do total) contra 89 (18 % do total). A taxa de branquidade (4,6) é muito significativa na desigualdade entre brancos e negros.

Atributos	Cor/Etnia		Taxa de branquidade
	Brancos	Negros	
<i>Natureza</i>			
1- Humana	411	89	4,6
<i>Individualidade</i>			
1- Indivíduo	221	63	3,3
2- Multidão	189	26	7,2
<i>Sexo</i>			
1- Masculino	195	46	4,2
2- Feminino	89	22	4,1
<i>Idade/Etapa</i>			
1- Bebe	7	0	
2- Criança	18	6	3
4- Adulto	258	51	5,5
<i>Nome</i>			
1- Recebe	89	9	9,8
2- Nome/Profissão	201	12	16,7
<i>Profissão</i>			
0- Não tem	122	33	3,6
1- Exerce	265	49	5,4
2- Já exerceu	13	5	2,6
<i>Atividade/Escolar</i>			
1- Não estuda	106	28	3,7
2- Estuda	47	13	3,6
<i>Grau de Parentesco/Geral</i>			
1- Possui	61	23	2,6
2- Não Possui	276	62	4,4

TABELA 4 – ATRIBUTOS PREDOMINANTES PARA PERSONAGENS BRANCOS E NEGROS NAS ILUSTRAÇÕES
 FONTE: A AUTORA

Na categoria individualidade, a taxa de branquidade entre indivíduos únicos foi de 3,3, menor do que os indivíduos em multidões que foi de 7,2. A maior presença de personagens brancos em multidões sugere que o grupo racial branco tende a ser tomado como o grupo racial de referencia pelo discurso dos livros didáticos de ciências, assim como as pesquisas de Silva (2005), Nascimento (2009) indicam para os livros didáticos. Na figura seguinte (Figura 2) é apresentado um exemplo de personagem negro individual.

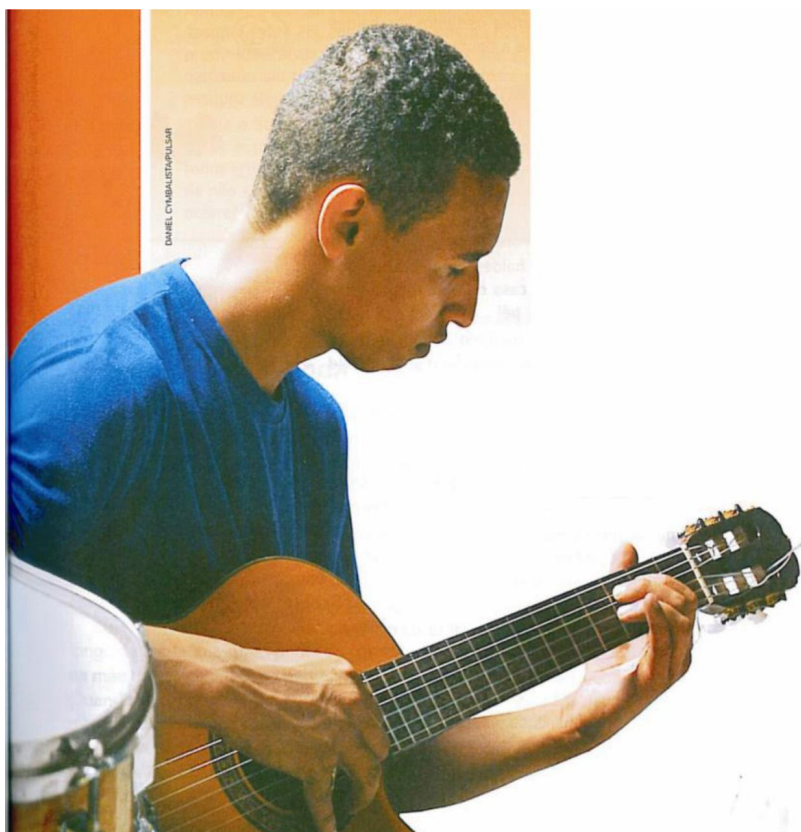


FIGURA 2 – ILUSTRAÇÃO DE UM PERSONAGEM NEGRO ADOLESCENTE DEMONSTRANDO COMO SE PROPAGA O SOM E COMO ELE É PRODUZIDO NAS CORDAS DE UM VIOLÃO
FONTE: FOTO DO LIVRO A - CIÊNCIAS É VIDA - EDITORA DIMENSÃO

Discutindo esse exemplo (Figura 2), em nenhum momento o texto de leitura do livro discute a importância da etnia negra do adolescente e demonstra a eficácia da musicalização na escola pública. A imagem do adolescente não passou de mais uma ilustração, para apenas o conhecimento do aluno relacionar-se com o conteúdo específico de ciências. A cor da pele não foi relacionada nos conteúdos, ou seja,

não enfatizou as relações raciais no texto de leitura ou nas ilustrações contidas no personagem.

A figura seguinte (Figura 3) apresenta um grupo de personagens negros, associados a atividade esportiva. Via de regra o destaque do negro em relação a sua força, habilidades físicas e corpo bem definido são também constatado em outras pesquisas (ver, por exemplo, CARVALHO, 2006). É importante relatarmos que raramente nos deparamos com a imagem do negro (a) exercendo atividades profissionais como: médicos, dentistas, ou seja, profissões de alta hierarquia que requer a intelectualidade da etnia negra.



FIGURA 3 – ESTA ILUSTRAÇÃO ENCONTRA-SE EM VÁRIOS LIVROS DE DIFERENTES AUTORES POIS A FIGURA REPRESENTA UMA FORMA TÍPICA DE UMA SOCIEDADE DE DESIGUALDADE SOCIAL
 FONTE: FOTO DO LIVRO H - COLEÇÃO CIÊNCIAS BJ

Por outro lado, nem sempre a figura do negro associada ao esporte foi interpretada como estereotipada. A figura seguinte (Figura 4) destaca o negro em um esporte considerado elitizado no Brasil. A figura retrata num ambiente onde geralmente é freqüentado. **Características Predominantes** pela classe dominante, ou seja, brancos (as). Quando se trata de um esporte como “boliche”, raramente é freqüentado pela etnia negra. Mas é relevante o destaque do adolescente negro nesse esporte, pois em anos anteriores, o negro(a) apenas juntava-se as bolinhas arremessadas pelos brancos (as).

Esperamos que a imagem não foi incluída como uma obrigação de inserir ilustrações que possam contemplar as relações raciais em livros didáticos. Silva (2005).

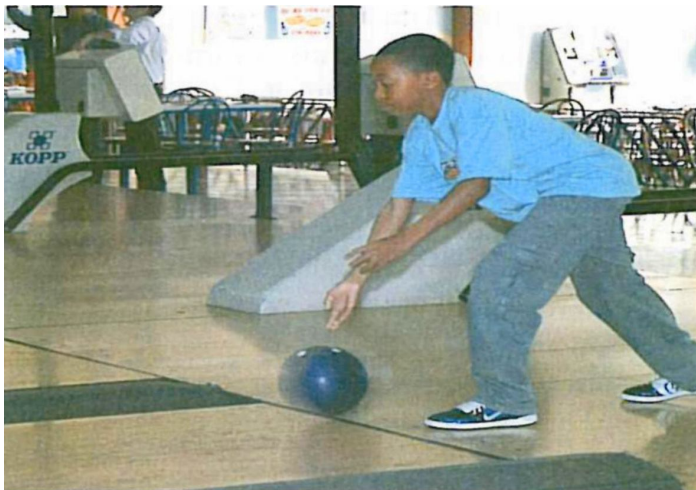


FIGURA 4 – A ILUSTRAÇÃO DE UM ADOLESCENTE NEGRO EM SITUAÇÃO DE DESTAQUE SOCIAL
FONTE: FOTO DO LIVRO H – COLEÇÃO CIÊNCIAS BJ

Personagens brancos e negros também foram apresentados em um mesmo grupo, como na figura seguinte (Figura 5).



FIGURA 5 – NA ILUSTRAÇÃO DE ADOLESCENTES DE VÁRIAS ETNIAS E GÊNERO. O CONTEÚDO EM SI RESGATA A SEXUALIDADE SEM TABU
FONTE: FOTOS DO LIVRO D - COLEÇÃO PERSPECTIVA CIÊNCIAS

O livro caracteriza as crianças e adolescentes como pessoas saudáveis, bem vestidas e felizes. Com relação a raça dos personagens, apenas 1 menina negra foi apresentada em um universo de 6 personagens. Nesse caso, a presença da menina negra atua de modo a compor o quadro de diversidade racial. Porém, essa é uma falsa diversidade racial, uma vez que na ilustração conta-se pelo menos 4 personagens brancos para cada personagem negro. Giroux (1999) aponta para a existência da branquidade normativa, que estabelece o branco como modelo de humanidade, mas utiliza o outro racial (nesse caso o negro) na composição de quadro de diversidade apenas para confirmar a posição dominante do branco.

Na divisão por sexo dos personagens, a taxa de branquidade entre homens e mulheres foi praticamente a mesma (4,2 e 4,1 respectivamente). Porém, não podemos desconsiderar o fato de que os homens apareceram muito mais vezes do que as mulheres na amostra; sendo que os homens brancos foram maioria. Dividindo o número de homens brancos pelo número de mulheres negras, contamos 8,8 brancos para cada mulher negra, o que seria o dobro da taxa de branquidade entre mulheres brancas e mulheres negras. A figura seguinte (Figura 6) apresenta um exemplo de participação de mulheres negras nas ilustrações, de maneira valorizada. (Auxiliadora, 2005).

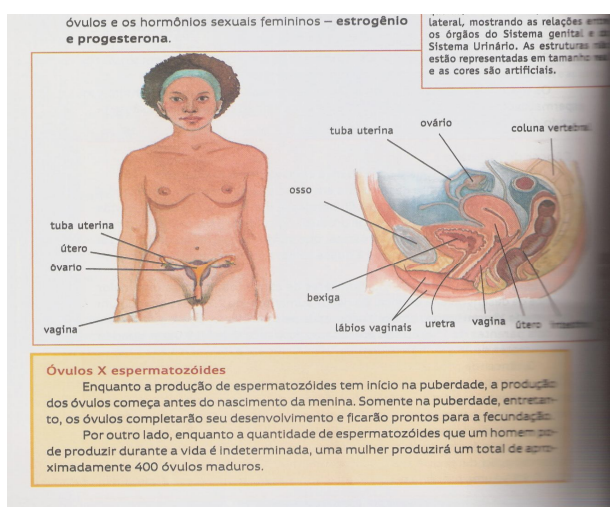


FIGURA 6 – A ILUSTRAÇÃO DO TEXTO DE LEITURA DE UMA PERSONAGEM DE UMA MULHER NEGRA (ADULTA), REPRESENTANDO OS PRINCIPAIS ÓRGÃOS DO SISTEMA GENITAL FEMININO E DAS RELAÇÕES COM OS ÓRGÃOS DO SISTEMA URINÁRIO. ESTRUTURAS ESSAS REPRESENTADAS EM TAMANHO REAL E AS CORES ARTIFICIAIS
FONTE: LIVRO A – CIÊNCIA E VIDA – EDITORA DIMENSÃO

O autor usou a figura de uma personagem Negra para identificar as partes internas dos órgãos genitais feminino. Sendo que em anos anteriores jamais encontraríamos um protótipo com uma representatividade da etnia negra em livros didáticos (SILVA, 2005).

Em idade, a taxa de branquidade entre os bebês foi de 7; contamos taxa de branquidade de 3 brancos para cada negro entre as crianças e 5,5 brancos para cada negro entre os adultos. Sendo a nossa sociedade construída e pensada por e para adultos (SILVA e SOUZA, 2007), uma maior taxa de branquidade entre os personagens adultos sugere que os negros estão afastados, no plano discursivo, do grupo de poder de nossa sociedade adultocêntrica (ROSEMBERG, 1985).

O exemplo seguinte (Figura 7) apresenta personagens negras, meninas, na faixa etária criança.

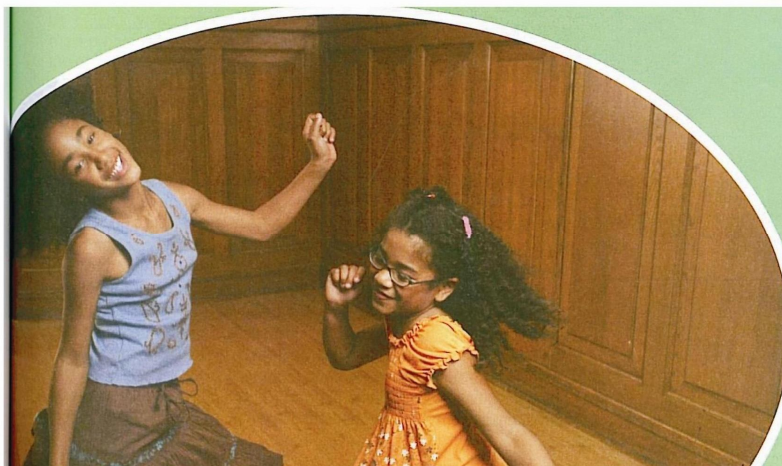


FIGURA 7 – CRIANÇAS NEGRAS DANÇANDO ENTRETENIMENTO POR UMA IGUALDADE SOCIAL
FONTE: FOTOS DO LIVRO B – CIÊNCIAS NOSSO CORPO- EDITOR ÁTICA

A imagem retrata de crianças bem vestidas com uma aparência de poder aquisitivo melhor em relação a outras crianças apresentadas na pesquisa. Estão se divertindo, o que respeita seu direito de lazer. Esta deveria ser a imagem proporcionada a todas as crianças da sociedade brasileira sem que haja qualquer discriminação racial ou preconceito pelo seu poder aquisitivo.

A taxa de branquidade entre os personagens que receberam nome foi de 9,8 brancos para cada negro; no caso dos que receberam nome/profissão foi de 16,7.

Entretanto, mais personagens negros receberam nome/profissão do que nome (foram 9 contra 12 respectivamente). Os personagens negros foram nomeados principalmente em profissões de baixo status social quando comparados a personagens brancos, como por exemplo “o pedreiro”. A figura seguinte (Figura 8) apresenta um exemplo de personagem negro com nome destacado no texto. Rocha (2011).

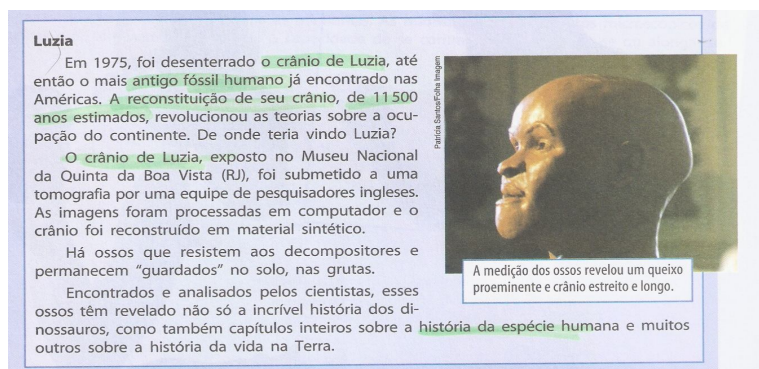


FIGURA 8 – A ILUSTRAÇÃO RETRATA DO MAIS ANTIGO FÓSSIL HUMANO JÁ ENCONTRADO NAS AMÉRICAS
FONTE: FOTOS DO LIVRO D - COLEÇÃO PERSPECTIVA CIÊNCIAS

Essa imagem é do crânio de Luiza, que fica exposto no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (RJ). O texto em relação ao fóssil de Luiza, facilita ao professor discutir sobre a história da espécie humana e muitos outros. Foi muito interessante o autor ter exibido no livro de ciências o contexto e a história de fóssil de uma pessoa em termos fenotípicos negra. O autor não oportunizou que os textos poderiam resgatar a imagem do negro na sociedade brasileira. Não enfatizou a importância da imagem da ilustração relacionada a sua etnia, deveria aproveitar do conteúdo abordado e relatar a temáticas das relações raciais, e história e cultura afro-brasileira e africana, a partir da escravidão até o século XXI, que ainda nos deparamos com o racismo, preconceito e a desigualdade racial e social muito presente na sociedade brasileira.

Entre os personagens com profissão, foi contado 5,4 brancos para cada negro entre os personagens que exercem profissão e 2,6 brancos para cada negro entre os que já exerceram. Como foi dito, os negros tenderam a aparecer mais em profissões de baixo prestígio; e considerando que negros foram menos apresentados em profissões, as poucas profissões em que apareceu podem

contribuir para sua estigmatização. Dalcastagnè (2005) aponta que no discurso literário brasileiro os personagens negros tendem a ser apresentados em profissões menos qualificadas que os personagens brancos, sendo que no caso das mulheres negras, essas tendem a ser apresentadas em estereótipos, tais como os relacionados a empregada doméstica. Na presente pesquisa, a participação das mulheres negras entre os personagens com profissão foi inferior a dos personagens homens negros, tanto em termos de quantidade quanto qualidade, pois enquanto observamos casos de homens negros como médicos e executivos, o mesmo não foi encontrado quanto as mulheres negras.

O exemplo a seguir (Figura 9) apresenta o homem negro em uma profissão de prestígio social: médico.

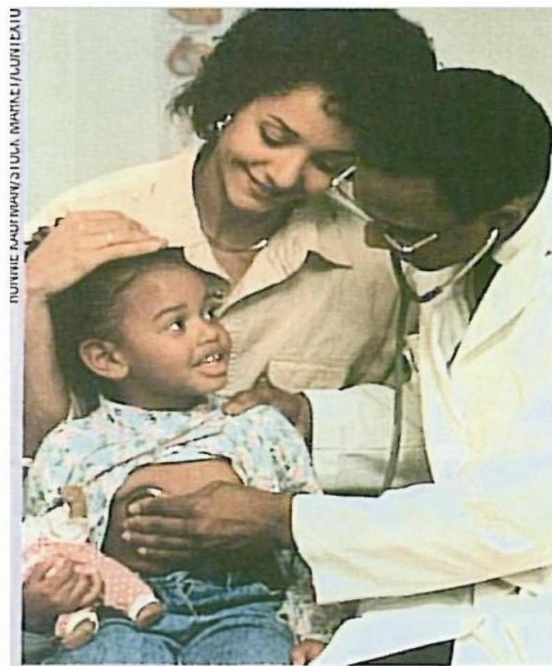


FIGURA 9 – A ILUSTRAÇÃO REPRESENTA UMA MÃE NEGRA NUM CONSULTÓRIO MÉDICO, FAZENDO UMA CONSULTA DE ROTINA EM SUA FILHA (NEGRA) COM UM MÉDICO NEGRO
FONTE: FOTOS DO LIVRO B – CIÊNCIAS NOSSO CORPO - EDITORA ÁTICA

O conteúdo programático é de como devemos cuidar do nosso coração e para nossa surpresa a ilustração que caracteriza um médico, é um homem negro, vestido de branco e com estereótipo de especialista no que faz. O autor foi feliz quando representa a imagem do médico bem aperfeiçoado e usando um aparelho

de estetoscópio para exame dos batimentos cardíacos. Tal imagem iguala a população negra em aparência e na profissão que o autor retrata, tratando essas relações raciais sem a desigualdade que historicamente as tem caracterizado.

O exemplo seguinte (Figura 10) apresenta uma mulher negra em uma profissão de prestígio social. A diferença entre essa forma de apresentação e a forma como o homem negro foi apresentado na figura anterior é que aqui a mulher negra está em um contexto em que sua profissão não é destaque, e sim as mudanças do corpo feminino e masculino.

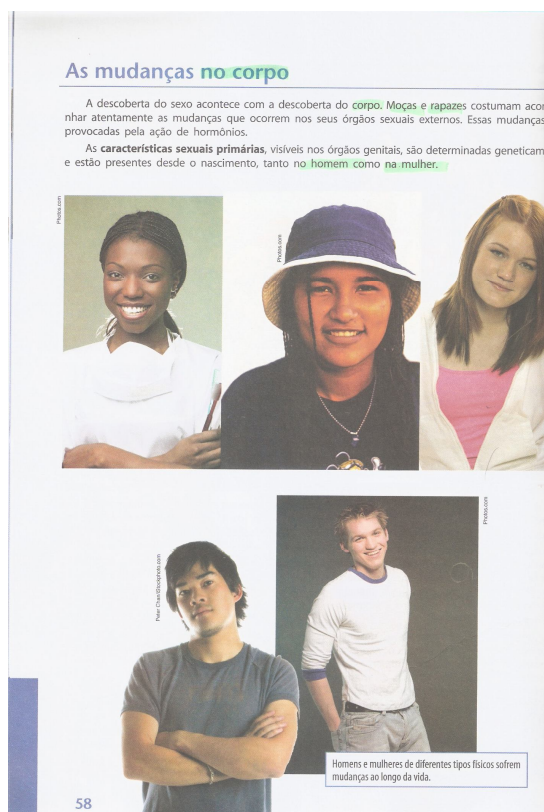


FIGURA 10 - O CONTEÚDO RELACIONADO A FIGURA ACIMA REFERE-SE AS MUDANÇAS QUE OCORREM NOS ÓRGÃOS SEXUAIS DOS ADOLESCENTES, QUE SÃO DETERMINADOS GENETICAMENTE E QUE ESTÃO PRESENTES DESDE O NASCIMENTO TANTO NO HOMEM COMO NA MULHER
FONTE: FOTOS DO LIVRO D - COLEÇÃO PERSPECTIVA CIÊNCIAS

A ilustração da mulher negra tem certa eficácia no estereótipo em que o autor retrata, notoriamente retrata cor da pele e cabelos típicos da etnia/negra, mas em nenhum momento o conteúdo enfatiza a imagem inferiorizada do negro na sociedade brasileira, evidenciando a necessidade de superar esta condição.

Atividade escolar: os personagens que estudam foram 3,6 brancos para cada negro. Foi constatado que os personagens negros tenderam a aparecer mais estudando em grandes grupos, enquanto personagens brancos apareceram também sozinhos. O exemplo seguinte (Figura 11) é uma exceção a regra: uma mulher negra, em contexto de individualidade, em atividade escolar.

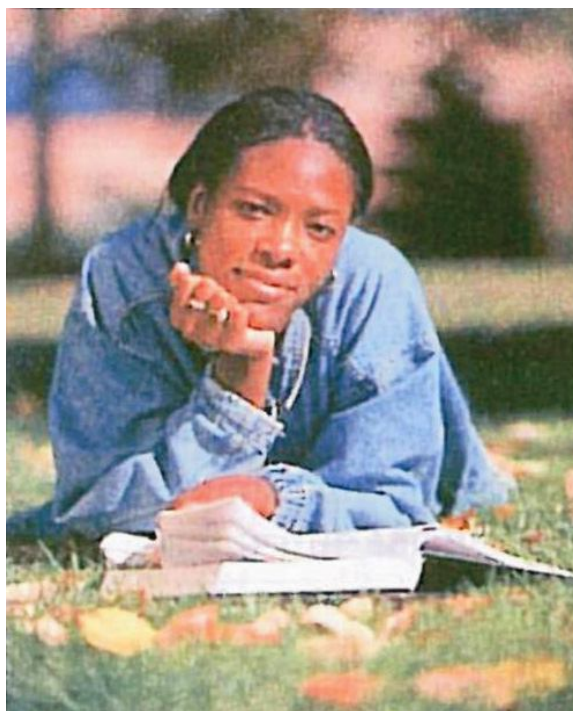


FIGURA 11 – A ILUSTRAÇÃO RETRATA DE CULTURA NA SOCIEDADE E APRESENTA A IMAGEM DE UMA ADOLESCENTE NEGRA PARA REPRESENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO COM QUALIDADE
FONTE: FOTO DO LIVRO H - COLEÇÃO CIÊNCIAS BJ

Este determinismo deveria estar em todos os livros didáticos, mas como pertencimento de igualdade social e fazer cumprir seu papel em todas as escolas públicas brasileira e sociedade em geral. Respeitando a imagem do negro(a) e sua intelectualidade oportunizando-a meios em demonstrar sua capacidade e competência em obter profissões de alta hierarquia social.

Quanto ao grau de parentesco geral, a taxa de branquidade entre aqueles personagens que possuem algum grau de parentesco foi de 2,6 brancos para cada negro; entre os que não possuem foi de 4,4. Podemos considerar a maior apresentação de personagens negros com graus de parentesco um avanço, se

considerarmos estudos anteriores que apontam ausência de relações de parentesco para o personagem negro no discurso da mídia (ver, por exemplo, ARAÚJO, 2000; BAZILLI, 1999).

A figura seguinte (Figura 12) apresenta uma relação de parentesco entre personagens negros: uma mãe e uma criança.



FIGURA 12 – ILUSTRAÇÃO DE UMA MULHER NEGRA AMAMENTANDO SEU FILHO COMO QUALIDADE DE VIDA A IMPORTÂNCIA DA AMAMENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA, ALÉM DE FORNECER NUTRIENTES, CRIA UM VÍNCULO AFETIVO ENTRE MÃE E FILHO
FONTE: FOTO DO LIVRO I - COLEÇÃO CIÊNCIAS RADIX

A ilustração permite a auto-estima da mulher negra inserida na sociedade como papel de mulher e mãe, idealizando como deveria ser para todas as mulheres negras brasileiras por igualdade social sem restrições em relação à cor da pele.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa consiste em examinar a construção das ilustrações dos negros(as), inscritas nos livros didáticos de ciências da 7ª série (8º ano) do Ensino Fundamental, sobre as relações étnico-raciais em livros distribuídos para as escolas públicas. O objeto principal foi analisar formas de hierarquização entre brancos e negros nos livros. Como interesse complementar esteve o de analisar de que maneira estão os conceitos, linguagens e conteúdos em relação à cultura afro-brasileira e africana nesse materiais dirigidos aos alunos (as) da rede pública de ensino brasileiro.

Na primeira parte da pesquisa tratamos sobre relações raciais entre brancos (as) e negros (as) na educação escolar brasileira, pois ainda buscamos respostas nas nossas indagações em relação à desigualdade racial no Brasil. As pesquisas apontam que ainda encontra-se no âmbito escolar o preconceito e o racismo embutido nas salas de aula e até mesmo nos conteúdos programáticos dos livros utilizados pelos alunos (as). Ainda ficam muito explícitas as dificuldades dos professores de se relacionarem com alunos negros (as), sendo que a maioria deles apresentam maior dificuldade de aprendizagem em sala de aula.

Na segunda parte discutimos pesquisas sobre relações raciais em livros didáticos, dando ênfase para pesquisas do NEAB-UFPR que utilizaram metodologia similar a que adotamos e a análises de livros didáticos de ciências. As pesquisas apontam que as formas de hierarquia entre brancos e negros continuam constantes nos livros. Analisamos também nessa parte os editais do PNLD de 2008 e 2011 e chegamos à conclusão que as normativas relacionadas com educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura africana e afro-brasileira foram plenamente incorporadas nos editais, constando de forma explícita nos textos dos mesmos.

Nas duas últimas partes apresentamos materiais e métodos utilizados para o levantamento dos livros didáticos de ciências selecionados pelo PNLD 2008/2011. Material analisado por via de regra em relação às ilustrações, personagens de texto, linguagem, dados catalográficos, entre outros e como se expressa a imagem do negro (a) nos livros didáticos selecionados pelo PNLD, que são distribuídos para professores e alunos da escola pública brasileira.

Na análise a amostra de livros didáticos de ciências encontramos uma série de imagens que valorizam personagens negros e são distintas de imagens identificadas em outros estudos. Em particular em relação aos estudos realizados pelo NEAB-UFPR (SILVA, 2005; NASCIMENTO, 2009; PACÍFICO, 2011) o uso de imagens nas quais os personagens negros figuram como representantes da espécie humana é novidade, quebrando com a “branquidade normativa” criticada nos referidos estudos. Em especial, as imagens que ilustram, temas específicos de conteúdo relativo ao corpo humano, como no exemplo que apresentamos no sistema genital, mas também em outros exemplos de representação de outros conteúdos o corpo humano negro foi utilizado. Encontramos imagens de personagens negros em família, de médicos e cientistas negros foram observadas e operam nesse sentido de construção de espaços sociais não hierarquizados entre negros e brancos. Esses resultados podem ser relacionados com as novas formulações dos editais, ou seja, encontramos indicações que o papel de indutor dos editais tem operado para mudanças nos discursos.

Por outro lado, junto com a sub-representação, com somente 20% de personagens negros na ilustrações, outras formas de hierarquização entre brancos e negros continuam presentes nos discursos das ilustrações dos livros. Dentre os nove livros didáticos de ciências analisados pelo PNLD 2008/2011, a maioria deles representa a etnia conforme a cor da pele e as atividades propostas geralmente encontram-se ilustrações de imagem da etnia branca, tanto para as mulheres, crianças, bebês e homens. Mesmo em imagens que valorizam aspectos fenotípicos negros, algumas estereotípias são mantidas, situando personagens negros em espaços sociais “destinados” a esses. Em algumas variáveis analisadas os resultados apontam para a manutenção das hierarquias, por exemplo no exercício de profissões e em ter nome próprio explicitado, nos quais a taxa de branquidade é superior à média do geral (tabela 5). Em outros casos, como atividade escolar ou possuir grau de parentesco, a taxa de branquidade diminui, ou seja, os personagens negros proporcionalmente são mais relacionados a estudo e relações familiares que os brancos, o que indica uma valorização de tais personagens negros e é muito distinto de outros estudos.

Além disso, o livro didático de ciências tenta corresponder diante das Leis Diretrizes e Bases (LDB) e aos programas curriculares oficiais, e também por mais que tentam enfatizar que o livro tem um fiel conhecimento científico, fica muito a

desejar em relação ao método científico desejado pelos autores e editoras. Conforme já citado na pesquisa, o livro didático, ainda é caracterizado pelos professores como material de apoio pedagógico e pelos alunos (as), material de ensino, pesquisa e facilitador das atividades propostas no decorrer dos conteúdos programáticos. Segundo (Jorge Megid Neto e Hilário Fracalanza, p. 154) o livro didático de ciências ainda “Introduz ou reforça equívocos, estereótipos e mistificações com respeito às concepções de ciência, ambiente, saúde, ser humano, tecnologia, entre outras concepções de base intrínsecas ao ensino de Ciências Naturais”. E provavelmente também os autores e editores de livros didáticos não fazem essa distinção. Por essa razão, as coleções de Ciências, embora tenham sofrido melhorias nos últimos anos, estas se localizam principalmente: no aspecto gráfico e visual; na correção conceitual; na eliminação de preconceitos e estereótipos de raça, de gênero, de etnia ou de natureza socioeconômico; na supressão de informações ou ilustrações que possam propiciar riscos à integridade física do aluno (AMARAL & MEGID NETO, 1997).

Discutimos o contexto da política pública educacional de produção de livros didáticos para o ensino Fundamental das séries finais, assim realizando uma breve comparação entre os editais dos guias dos livros didáticos de ciências selecionados ao PNLD – 2008/2011, distribuídos pelo MEC/FNDE ao longo de cada três anos. E observar tais editais se contempla aos preceitos legais e jurídicos (Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 10.639/2003, Diretrizes Nacionais do Ensino Fundamental, Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, em especial, o Parecer CEB nº15/2000, de 04/07/2000, o Parecer CNE/CP nº. 003/2004, de 10/03/2004 e Resolução nº. 1, de 17 de junho de 2004).

Concluimos que o livro didático, embora seja portador de um conjunto de valores, ideologias, contemplando os interesses os mais variados, precisa ser aperfeiçoado e atualizado. Nesta perspectiva resgatamos a indagação de Rosenberg (1987) que salienta, em sua pesquisa, que o atraso escolar dos alunos negros estava associado aos processos intra-escolares, que não lhes permitia uma identificação com a sua própria história. Encontrou resultados similares que de acordo com Carvalho (2006, p.126) salienta a ausência de referenciais positivos voltados aos negros nos livros didáticos que pode gerar sérios danos aos alunos negros como: abalar a auto-estima, sentimento de culpa, inferioridade em relação ao

s brancos (as), onde pode levá-los a várias dificuldades de aprendizagem, sociabilizar, insucesso educacional, ao ponto de abandonar seus estudos. E podendo não mais se auto identificar com devido reconhecimento.

Analisando os livros didáticos de ciências, alertamos para o fato da falta de conteúdos relacionados às relações raciais, que deveriam fazer parte do currículo, proposta para produção científica nas escolas e métodos de aprendizagem que enfatiza a lei 10.639/03, não apenas no sumário dos livros didáticos, mas em todo seu contexto de leitura, ilustrações e personagens de textos.

Essas são algumas indagações das questões solicitadas pela pesquisa cujas respostas serão bem vindas pelo FNDE/MEC, poderiam ser futuras investigações, no sentido de orientar com mais eficácia as propostas teórico-metodológicas em relação ao tema relações raciais em livros didáticos para que possamos idealizar uma promoção de igualdade racial e sua incorporação nas políticas públicas e ações afirmativas no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, N.C. **Mídia e quilombos na Amazônia**. Tese (dout.), ECO/UFRJ, 2006.

ARAÚJO, J. Z. **A Negação do Brasil: O negro na telenovela brasileira**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

ARAUJO, Débora Cristina. **Relações Raciais, Discurso e Literatura Infanto-juvenil**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2010.

BAZILLI, C. **Discriminações contra personagens negros na literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea**. São Paulo: Dissertação de mestrado. (Psicologia Social – PUC/SP), 1999.

BELELI, Iara. **Marcas da diferença na propaganda brasileira**. Tese (doutorado em ciências sociais). Unicamp, 2005, 157p.

BORGES, E.; MEDEIROS, C. A.; D'ADESKY, J. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: atual, 2002.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010

BRASIL/MEC. **Guia de livros didáticos: PNLD 2010 – Apresentação**. Brasília, 2009, 52p. BRASIL/Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos: PNLD 2008: Ciências Séries/anos finais do ensino fundamental**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2003.

BRASIL/Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos: PNLD 2011: Séries/anos finais do ensino fundamental**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2009.

BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9394/96, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

BRASIL/Ministério da Educação e Cultura do Brasil. **Livro didático – PNLD. MEC**. [HTTP://www.fnnde.gov.br/programas/pnded.htm](http://www.fnnde.gov.br/programas/pnded.htm), 2010.

BRASIL/Ministério da Educação e Cultura do Brasil. **Resolução/CD/FNDE. Nº 003** de 21 de fevereiro de 2001. <http://fnnde.gov.br>.

CARVALHO, A. A. M. C. **As imagens dos Negros em Livros Didáticos de História**. Florianópolis: Dissertação de mestrado. (Educação – UFSC), 2006.

CONCEIÇÃO, Fernando. **Imprensa e racismo no Brasil. A manutenção do 'status quo' do negro na Bahia.** Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). São Paulo, USP, 1995.

CONCEIÇÃO, Fernando. **Qual a cor da imprensa?** In: OLIVEIRA, D. D.; GERALDES, E. C.; LIMA, R. B.; SANTOS, S. A. (orgs.) *A cor do medo*. Brasília, UNB, 1998, p. 153-162.

CORRÊA, Laura Guimarães. **Corpo exposto: a representação do negro em dois anúncios de telefonia celular.** UNlrevista - Vol. 1, nº 3, julho 2006, p. 1-11.

COSTA, Haroldo. **O negro no teatro e na TV.** Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, n. 15, p. 76-83, 1988.

COSTA, S. C. da. **Discriminação racial no Contexto Escolar: percepções de alunos e professores.** Dissertação de mestrado Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, 2004.

COSTA, H. SILVA, PAULO, V. B. **Notas de história e cultura afro-brasileira.** Ponta Grossa, Editora UEPG/Curitiba: Cátedra UNESCO de Cultura da Paz UFPR, 2007.

CULTURA afro-brasileira: **Construindo novas histórias/** Elena Maria Andrei, Frederico Augusto Garcia Fernandes (orgs.). - Londrina: Idealiza Gráfica e editora, 2007. 112p. 28cm- (caderno Uniafro; v.2).

DALCASTAGNÊ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea.** N.º 26, p. 13-71 Brasília, julho-dezembro de 2005.

DALCASTAGNE, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea.** Brasília, 2008, p.87.

ESCANFELLA, Célia Mª. **Literatura Infanto-Juvenil Brasileira e Religião: Uma proposta de interpretação ideológica da socialização.** Tese (doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

FRACALANZA, Hilário. O que sabemos sobre os livros didáticos para o ensino de Ciências no Brasil. 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1993.

FRACALANZA, H.; MEGID NETO, J (Orgs.) **O livro didático de Ciências no Brasil.** Campinas: Komed, 2000. p. 83-123

FRANÇA, V; Margonari, Carina & Schall, Virginia. **(Análise de livros didáticos de ciências indicados pelo PNDL/2008 e biologia, PNLEM/2009 em relação à abordagem das Leishmanioses.** Universidade Tecnológica Federal do Paraná. (UTFPR).

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. **o livro didático.** 2 ed. São Paulo, Cortez, 1984

GARRIDO, Mírian C. M. Livro Didático, Movimento Negro e PNLD: uma proposta de pesquisa. **Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão.** ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

GIROUX, Henry. **Por uma Pedagogia e Política da Branquidade.** Caderno de Pesquisa. V107, nov.1999.

HASENBALG, Carlos A., Nelson do Valle. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça.** Rio de Janeiro, 1988. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro, 1979.

LEÃO, F; MEGID NETO, J. **Avaliações Oficiais sobre o Livro didático de Ciências.** In FRACALANZA, H. E MEGID NETO, J. (orgs). O livro didático de Ciências no Brasil. Campinas: Komedi, 2006, p.35-80.

LEÃO, F. B. F. **O que avaliam as avaliações de livros didáticos de ciências – 1ª à 4ª séries do programa nacional do livro didático?** 2003. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2003.

LEÃO, F.B.F.; MEDIG NETO, J. **Avaliações oficiais sobre o livro didático de Ciências.** In:FRACALANZA, H.; MEGID NETO, J (Orgs.) *O livro didático de Ciências no Brasil.*Campinas: Komedi, 2000. p. 35-80

MARÇAL, J, A, **Políticas de Ação Afirmativa na Universidade Federal do Paraná e a Formação de Intelectuais Negros (as).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, (UFPR), Curitiba, 2010.

MARTINS, Maria C. S. **A personagem afro-descendente no espelho publicitário de imagem fixa.** Tese (doutorado em comunicação e semiótica) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

MEGID NETO, Jorge. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Ciências no nível fundamental.** 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1999.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Excluído: ¶

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada/ Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Sérgio Luiz. **Relações raciais em livros didáticos de Ensino**

religioso do Ensino Fundamental. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, (UFPR), Curitiba, 2009.

NEGRÃO, E V. **Preconceitos e discriminação raciais em livros didáticos e infanto-juvenis.** Caderno de Pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n.65, 52- 4, maio,1988.

OLSZEWSKI Filha, Sofia. **A fotografia e o negro na cidade do Salvador**, 1840-1914, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1989.

OLIVEIRA, W. **Relações Raciais em Livros Didático de Geografia.** Pesquisa de Qualificação. Universidade Federal do Paraná, (2011).

OTALARA, A P. **Água em Livros Didáticos de Ciências, de 1ª à 4ª série.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro- SP, 2008.

PACÍFICO, T. **Relações Raciais No Livro Didáticos Público do Paraná.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, (UFPR), Curitiba, 2011.

PAIXÃO, M. **A dialética do bom aluno: relações raciais e o sistema educacional brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PIZA. E. **O caminho das águas: Estereótipos de personagens Negras por Escritoras Brancas.** São Paulo: editora da universidade de São Paulo: Com-Arte, 1998.

ROCHA, L. C. P de. **Políticas Afirmativas e Educação: A lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo.** Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, 2006.

RODRIGUES, João C. **O negro brasileiro e o cinema.** Rio de Janeiro: Globo – Fundação do Cinema Brasileiro-MINC, 1988.

ROSEMBERG, F.. **Análise dos modelos culturais na literatura infanto-juvenil brasileira.** São Paulo, Fundação Carlos Chagas, volume 1 a 9, 1980.

ROSEMBERG, F.; BAZILLI, C.; SILVA, P. **Racismo em livros didáticos brasileiros** n.1, p.125-146, jan.2003.

ROZA, L. da F. **A Ideologia nas Imagens fotográficas do Livro Didático de Ensino Religioso: Descobrimos caminhos.** Dissertação (Mestrado em Semiótica Tecnologia de Informação e Educação) Universidade Braz Cubas - Mogi Das Cruzes, 2006.

SILVA, Paulo V. B; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: Lugares de negros e brancos na mídia. In: Teu Van Dijk. (org.). **Racismo e discurso na América Latina.** São Paulo: Contexto, 2008, p.73 - 119.

SILVA, P. V. B. **Relações Raciais em livros Didáticos de Língua Portuguesa**. 228 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, P. V. B. **Desigualdades raciais em livros didáticos e literatura infanto-juvenil**. In: Hilton Costa; Paulo Vinicius Baptista da Silva. (Org.). *Notas de História e Cultura Afro-Brasileiras*. 1 ed. Ponta Grossa/Curitiba: Editora UEPG/Cátedra UNESCO de Cultura da Paz, 2007, v. 1, p. 159-190.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras**. Porto Alegre, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte, Autêntica, 2^a. Ed. 2002.

TELLES. E. **Racismo à brasileira: uma perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Delume Dumarã, 2003.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social mídia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

ANEXOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS DIDÁTICAS A SEREM INCLUÍDAS NO GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - PNLD/2008 e 2011.

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Básica – SEB e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, faz saber aos titulares de direito autoral que se encontram abertas as inscrições para o processo de avaliação e seleção de coleções didáticas adequadas aos alunos **dos anos finais do ensino fundamental**, a serem incluídas no GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD/2008.

1. DO OBJETO

Este Edital tem por objeto a convocação de titulares de direito autoral para inscrição no processo de avaliação e seleção de **coleções didáticas das áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História e Ciências adequadas aos alunos dos anos finais do ensino fundamental**, observadas as condições e as especificações nele constantes e em seus anexos.

2. DOS PRAZOS

As etapas de cadastramento de titulares de direito autoral, pré-inscrição e inscrição serão realizadas nos seguintes períodos:

2.1. Cadastramento de Titulares de Direito Autoral

Do dia 09/01/2006 até às 18h do dia 25/04/2006

2.2. Pré-inscrição

Do dia 09/01/2006 até às 18h do dia 25/04/2006

2.3. Inscrição/Entrega das Coleções

Do dia 02/05/2006 até às 18h do dia 08/05/2006

2.3.1. Entrega da Documentação e das Coleções

Do dia 02/05/2006 até às 18h do dia 08/05/2006

2.3.1.1. A entrega da documentação e das obras será em uma única etapa, de 02/05 a 08/05/2006 no horário das 08h às 18h.

3. CARACTERIZAÇÃO DAS COLEÇÕES

3.1. Serão aceitas, para participar do processo de avaliação e seleção, as coleções didáticas inéditas ou reapresentadas, elaboradas para serem utilizadas no processo de ensino-aprendizagem escolar, tendo em vista um uso tanto coletivo (em sala de aula, sob a direção do professor), quanto individual (em casa). Esses materiais devem organizar-se em relação a um programa curricular, de acordo com uma progressão de conteúdos definida em termo de série, ano ou ciclo.

3.1.1. A coleção didática deverá estar acompanhada, obrigatoriamente, do respectivo manual do professor, que não deve ser uma cópia do livro do aluno, com exercícios resolvidos. É necessário que ofereça orientação teórico-metodológica e de articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento; ofereça, também, discussão sobre a proposta de avaliação da aprendizagem,

leituras e informações adicionais ao livro do aluno, bibliografia, bem como sugestões de leituras que contribuam para a formação e atualização do professor.

3.1.2. Somente será(ão) aceita(s) coleção(ões) completa(s), inscrita(s) sob um mesmo título.

3.1.2.1. Entende-se por coleção o conjunto de volumes destinados às séries, anos ou ciclos dos anos finais do ensino fundamental, organizados em torno de uma proposta pedagógica única e de uma sequência articulada às séries, anos ou ciclos desse segmento.

3.1.2.2. Considera-se coleção inédita a coleção cujos volumes foram produzidos sem tomar por base livros/coleções já avaliados nos PNLD anteriores, mesmo que apenas parcialmente, ou sob outros títulos ou autoria diversa.

3.1.2.3. Considera-se coleção reapresentada a coleção já avaliada nos PNLD anteriores reinscrita com ou sem reformulações.

3.2. O programa previsto para cada série ou ciclo a que se destina a obra didática deverá estar contemplado em um único volume.

3.3. Não serão aceitas coleções consumíveis, tais como definidas no **Anexo I** deste Edital.

3.4. Não será aceita a pré-inscrição de cadernos de atividades.

3.5. Somente poderão ser pré-inscritas as coleções didáticas cuja edição esteja finalizada.

3.6. Em caso dos volumes da coleção conterem anexos indispensáveis a sua adequada utilização, esses materiais deverão, obrigatoriamente, fazer parte do respectivo volume da coleção, não podendo constituir volume em separado.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1.: São vedados, aos titulares de direitos autorais e/ou seus representantes, cujas obras inscritas forem selecionadas, os seguintes procedimentos:

4.1.1. oferecer vantagem(ens) de qualquer espécie, a qualquer pessoa, vinculada à escolha dos livros referentes aos Programas;

4.1.2. produzir catálogo ou outro material que induza os professores a acharem que se trata de material oficial, produzido pelo FNDE/SEB/MEC;

4.1.3. utilizar, nas formas de divulgação, livros de conteúdo diferente dos livros inscritos para os Programas, e das especificações técnicas definidas nos Editais de Convocação;

4.1.4. utilizar a senha e/ou o formulário enviados pelo FNDE às escolas, que são de seu uso exclusivo;

4.1.5. utilizar logomarcas oficiais, bem como selos dos Programas do Livro, para efeito de propaganda, publicidade ou divulgação, ou 'qualquer outra forma que induza ao entendimento de que as obras, objeto da propaganda, publicidade ou divulgação, sejam indicadas, preferencialmente, pelo Ministério da Educação para adoção nas escolas, em detrimento de outras;

4.1.6. realizar a divulgação dos materiais diretamente nas escolas, exceto o envio de livros e catálogos, se houver, por remessa postal;

4.1.6.1. É possível a realização de orientação pedagógica, desde que realizada em até trinta dias antes da data final de escolha, apenas com a participação dos autores da obra e obrigatoriamente fora do âmbito das Escolas e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

4.2. Do Não Cumprimento das Condutas

4.2.1. Será instituída pelo Ministro de Estado da Educação, por meio de Portaria, Comissão Especial de Julgamento, soberana, para decisão final sobre o descumprimento das condutas mencionadas no **subitem 4.1.**, e seus casos omissos.

4.2.2. O não cumprimento das condições estabelecidas no **subitem 4.1.**, devidamente julgado pela Comissão mencionada no **subitem 4.2.1.**, acarretará a suspensão da participação do titular de direito autoral do processo de negociação dos livros para os anos finais do ensino fundamental, para a composição do PNLD/2008 até a próxima convocação para inscrição de coleções em novo processo de avaliação e seleção. A suspensão de participação se dará no(s) Estado(s) no(s) qual(is) ocorreu(ram) a(s) transgressão(ões) das condições definidas no **item 4**, definitivamente julgada(s) pela Comissão Especial de Julgamento, instituída pelo Ministério da Educação.

4.2.2.1. Além das medidas estabelecidas no presente Edital, a Comissão Especial de Julgamento deverá noticiar ao órgão competente, em caso de ocorrência de fato que tenha repercussão civil ou criminal **4.2.3.** As normas de conduta de que tratam os **subitens 4.1** e **4.2** estão regulamentadas na Portaria Ministerial nº 2963, de 29/08/2005.

5. DOS PROCEDIMENTOS

5.1. Do Cadastramento de Titulares de Direito Autoral

Os titulares de direito autoral formalizarão seu cadastramento no PNLD/2008 por meio do endereço eletrônico www.fnde.gov.br (no campo Pré-Inscrição relativo ao PNLD), informando o “login” pelo qual deseja ser identificado.

5.1.1. Concluído o fornecimento do “login”, os interessados receberão a confirmação do mesmo para acesso às demais etapas do programa, via correio eletrônico, bem como as respectivas senhas de acesso.

5.1.2. O acesso às demais etapas do programa estará vinculado à confirmação do “login” e ao fornecimento da senha de acesso.

5.2. Da Pré-inscrição

A Pré-inscrição é o cadastramento, pelos titulares de direito autoral, de coleções didáticas que atendam às disposições deste Edital, no sistema informatizado do FNDE, exclusivamente por meio da internet, no endereço eletrônico citado no **subitem 5.1.** deste Edital.

5.2.1. Os títulos das coleções pré-inscritas deverão estar em conformidade com os títulos constantes das Declarações de Edição (**Anexo II**) e de Originalidade (**Anexo III**), com o Contrato de Edição e na capa dos títulos da coleção.

5.2.2. Os titulares de direito autoral interessados em participar do PNLD/2008 deverão manter seus dados permanentemente atualizados junto ao FNDE, por intermédio do endereço eletrônico citado no **subitem 5.1.** deste Edital.

5.2.3. Poderão, também, participar do processo de inscrição e seleção de que trata este Edital, os consórcios.

5.2.3.1. No caso de participação em consórcio, a liderança caberá a empresa consorciada que detiver o maior capital social.

5.2.3.2 No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá à empresa brasileira que detiver o maior capital social.

5.2.3.3. A empresa consorciada não poderá participar da inscrição no processo de avaliação e seleção em mais de um consórcio ou isoladamente. **5.3. Da Inscrição** A inscrição deverá ser realizada, pessoalmente, pelo titular de direito

autoral e/ou por procurador legalmente constituído, ambos devidamente cadastrados no sistema informatizado do FNDE para fins de participação no PNLD/2008. Essa fase compreenderá a entrega da documentação e das coleções.

5.3.1. A coleção inscrita deverá ter um único titular, o qual detenha o direito autoral de todos os volumes que a compõem.

5.3.2. Da Entrega da Documentação

Os titulares de direito autoral serão convocados pelo FNDE de acordo com o período citado no **subitem 2.3.1.** para entrega dos seguintes documentos:

5.3.2.1. Declaração de Edição, conforme modelo apresentado no **Anexo II**, de que a(s) coleção(ões) apresentada(s) no ato da inscrição corresponde(m) à sua última edição;

5.3.2.2. Declaração de Originalidade, assinada pelo(s) titular(es) do direito autoral e pelo(s) autor(es), conforme modelo expresso no **Anexo III** de que a(s) coleção (ões) apresentada(s) no ato da inscrição não é (são) uma versão ou variante parcial ou total de outra(s) inscrita(s) no PNLD/2008, sob pena de incidir no item de exclusão sumária, conforme subitem 6.2.1.1 além das possíveis penalidades cíveis e penais cabíveis.

5.3.2.2.1. Entende-se por versão ou variante parcial de coleção inscrita aquela que, apresentando – total ou parcialmente – os mesmos detentores de direito autoral, apresentar também o mesmo ou semelhante projeto didático, em termos de seleção de conteúdos, lógica de organização da coleção segundo metodologia de ensino e perspectivas teóricas adotadas, com projeto gráfico-editorial diverso ou semelhante.

5.3.2.3. Declaração de Primeira Avaliação, para coleções inéditas, conforme modelo apresentado no **Anexo IV**, na qual se afirma, sob as penas da lei, que nenhum de seus volumes foi produzido tomando por base livros/coleções já avaliados em PNLD anteriores.

5.3.2.4. Declaração de Reinscrição, para coleções reapresentadas, conforme modelo constante do **Anexo V**, informando que o (s) volume (s) que compõe (m) a (s) coleção (ões) apresentada(s) no ato da inscrição, ou parte dele(s), foi (foram) submetida(s) a avaliação(ões) em PNLD anteriores, e discriminando o(s) título(s) e autor(es) do (s) volume (s) já avaliado (s), bem como a(s) menção(ões) recebida(s).

5.3.2.5. Declaração de Revisão e Atualização, para coleções excluídas, conforme modelo apresentado no **Anexo VI** deste Edital. A nova edição deverá estar acompanhada da versão anterior excluída, contendo identificação dos pontos alterados/corrigidos, sob pena de incidir no item de exclusão sumária, conforme **subitem 5.2.1.1.**, além das possíveis penalidades cíveis e penais cabíveis.

5.3.2.6. Ficha de Correção, para coleção (ões) excluída (s), de acordo com modelo do **Anexo VII** deste Edital, sob pena de incidir no item de exclusão sumária, conforme **subitem 5.2.1.1.**, além das possíveis penalidades cíveis e penais cabíveis.

5.3.2.7. Cópia do Contrato de Edição - instrumento mediante o qual o editor obriga-se a reproduzir, divulgar e comercializar as obras didáticas, ficando autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e explorá-la, pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor, com base no que preceitua a legislação que rege a matéria, em especial as Leis nº 9.610/98 e nº 5.988/73.

5.3.2.8. Cópia de diplomação e/ou titulação acadêmica: os titulares de direito autoral deverão entregar uma cópia da diplomação e/ou titulação acadêmica,

constando a(s) área(s) de graduação e/ou de mestrado e/ou de doutorado do(s) autor(es) da(s) obra(s) inscrita(s).

5.3.3. Da Entrega das Coleções

Os titulares de direito autoral que realizarem a Pré-Inscrição serão convocados pelo FNDE, em dia, horário e local previamente agendados, para a entrega das coleções, de acordo com o período estabelecido no **subitem 2.3.1.** deste Edital.

5.3.3.1. Deverão ser entregues 10 (dez) exemplares do livro do aluno, acompanhados de 10 (dez) exemplares do respectivo manual do professor, sendo, **obrigatoriamente**, 06 (seis) exemplares do livro do aluno e do manual do professor caracterizados e 04 (quatro) exemplares do livro do aluno e do manual do professor descaracterizados, conforme definido nos **subitens 1.8 e 1.9. anexo I - Triagem**. Os volumes a serem entregues deverão corresponder à mais recente edição de cada volume inscrito.

5.3.3.2. Todas as coleções a serem entregues deverão estar embaladas por componente curricular, por título e série ou ciclo, além de estar identificadas externamente, em cada embalagem.

5.3.3.3. Os volumes deverão ser entregues em edição finalizada, com todos os textos e imagens, inclusive com diagramação, cores e número de páginas definitivos.

5.3.3.4. Exclusivamente para o processo de avaliação, além dos acabamentos definidos nas especificações técnicas, será aceito o acabamento espiralado.

5.3.4. Do Local

O local para entrega da documentação e das coleções relativas ao objeto deste Edital será informado, posteriormente pelo FNDE, aos titulares de direito autoral.

5.3.5. Da Comprovação de Inscrição

Para efeito de confirmação da inscrição as coleções e a documentação serão conferidas e emitido Comprovante de Entrega da documentação e das coleções.

6. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS COLEÇÕES

6.1. Da Triagem

A triagem consiste na análise das coleções inscritas, de acordo com critérios estabelecidos no **Anexo I** deste Edital.

6.1.1. As coleções que não atenderem às exigências contidas no **Anexo I** deste Edital serão automaticamente excluídas.

6.2. Da Pré-Análise e da Avaliação Pedagógica

A Secretaria de Educação Básica – SEB realizará a pré-análise das coleções inscritas que se enquadrarem no **subitem 3.1.** deste Edital, bem como procederá à avaliação do seu conteúdo pedagógico, obedecendo aos princípios e critérios estabelecidos no **Anexo IX^a**, com base nas experiências acumuladas na avaliação dos livros didáticos de 5 a 8 séries, inscritos nos PNLD anteriores.

6.2.1. Da Pré-análise

6.2.1.1. Serão sumariamente excluídas do PNLD as coleções didáticas que:

- a) constituam versões ou variantes de outras coleções inscritas;
- b) não atendam ao disposto no **subitem 5.3.2.** e seguintes;

- c) tenham sido excluídas em avaliação pedagógica anterior e não apresentem documentação comprobatória de reformulação, conforme estabelecem os **subitens 5.3.2.5 e 5.3.2.6** deste Edital.

6.2.2. Da Avaliação Pedagógica

6.2.2.1. Na avaliação pedagógica serão considerados os critérios estabelecidos no **Anexo IX** deste Edital. Após essa etapa do processo, será elaborado o GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - PNLD/2008, a ser encaminhado às escolas atendidas pelo Programa em todo o país.

6.3. Do Guia

Constarão do Guia de Livros Didáticos para os Anos Finais do Ensino Fundamental os princípios, critérios, fichas de análise e resenhas de todas as coleções selecionadas, por área de conhecimento. O Guia será encaminhado às escolas públicas do ensino fundamental e disponibilizado na Internet com o objetivo de auxiliar os professores na escolha das coleções didáticas, que serão utilizadas no período a ser estabelecido por Resolução do Conselho Deliberativo do FNDE.

6.4. Da Escolha das Coleções

6.4.1 Os professores, em consenso, com base na análise das resenhas dos títulos contidos no Guia, escolherão as coleções a serem utilizadas em sala de aula de acordo com a proposta pedagógica da escola.

6.4.2. Após a escolha dos professores, ficará a cargo do Diretor da Escola o preenchimento e encaminhamento dessa escolha ao FNDE, via Internet ou formulário impresso.

7. DOS PROCESSOS DE HABILITAÇÃO, AQUISIÇÃO, PRODUÇÃO E ENTREGA

7.1. Da Habilitação

A habilitação do titular de direito autoral será feita por Comissão Especial de Habilitação, instituída pelo FNDE, e consistirá na análise da documentação prevista na Lei nº 8.666/93 e na IN/MARE nº 05/95 e respectivas modificações posteriores, no Decreto lei nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, bem como da documentação exigida no subitem 7.1.2., a ser apresentado pelo titular de direito autoral, quando convocado pelo FNDE, na forma do disposto neste Edital.

7.1.1. Nessa fase deverão ser observados os seguintes procedimentos:

a) toda e qualquer documentação necessária à habilitação deverá ser apresentada, datada e assinada pelo titular de direito autoral ou por seu procurador legalmente constituído, por meio de instrumento hábil;

b) os documentos necessários à habilitação, em conformidade com o disposto no **subitem 7.1.2.**, poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por cartório competente ou pela Comissão Especial de Habilitação, mediante a apresentação do documento original;

c) nos casos em que o Contrato de Edição vigente não determinar o número de exemplares em quantidade suficiente para atender à aquisição a ser realizada pelo FNDE, o titular de direito autoral obrigar-se-á a celebrar instrumento

específico com o autor, como, por exemplo, Adendo Contratual, Instrumento de Retificação ou Ratificação, novo Contrato de Edição etc. para a celebração das novas circunstâncias contratuais;

d) o novo instrumento, previsto na alínea anterior, deverá especificar a quantidade da nova tiragem, ratificar as cláusulas não alteradas do Contrato de Edição original e alterar ou complementar o que for necessário conforme a legislação que regulamenta os direitos autorais;

e) a Comissão Especial de Habilitação, no curso do processo de análise da documentação, poderá promover diligências, solicitar esclarecimentos, estabelecer exigências a serem cumpridas, tudo objetivando certificar-se da licitude, veracidade e eficácia da documentação e respectivos dados fornecidos.

f) constitui obrigação do habilitando informar ao FNDE, previamente ou imediatamente após ter ciência, a existência de qualquer discussão judicial que envolva as obras inscritas com base no presente Edital, o que será considerado pela Comissão de Habilitação.

g) constitui obrigação do habilitado informar ao FNDE, imediatamente após ter ciência, a existência de qualquer discussão judicial que envolva as obras selecionadas, o que será considerado pelo FNDE, ficando facultado o depósito dos valores envolvidos em juízo.

7.1.2. Da Documentação Exigida

7.1.2.1. Da Documentação referente à coleção

a) Contrato de Edição – instrumento mediante o qual o editor obriga-se a reproduzir, divulgar e comercializar a coleção didática, ficando autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e explorá-la, pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor, com base no que preceitua a legislação que rege a matéria, em especial as Leis nº 9.610/98 e nº. 5.988/73. O contrato de edição deverá ser firmado por quem for comprovadamente titular dos direitos autorais, inclusive pelo(s) co-autor(es) em caso de criação comum, e só será considerado como válido para habilitação do proponente se restar incontestado a plenitude dos direitos autorais e de edição nele envolvidos.

b) Adendo ao Contrato de Edição - instrumento legal vigente que possibilite a retificação, e/ou complementação das cláusulas pactuadas, possibilitando a produção da coleção com as características e tiragem necessárias, para atender ao Programa Nacional do Livro Didático - PNLD/2008, caso não esteja previsto no contrato original.

c) Documentos Comprobatórios da Titularidade de Direito Autoral – caso o Contrato de Edição ou Adendo Contratual seja assinado por herdeiro ou representante legal do autor, deverão ser apresentados documentos que comprovem a titularidade de direito autoral sucessório ou a possibilidade de representação, tais como procurações, que deverão ser autenticadas.

d) Declaração de Vigência – nos casos de contratos com prazo de vigência indeterminado, ou não expresso, deverá ser apresentada, sob as penas da lei, declaração complementar com firmas reconhecidas em cartório, na qual os titulares do direito autoral declarem que o Contrato de Edição apresentado encontra-se em plena vigência. Nos casos de contratos com previsão de renovação automática, deverá constar na Declaração o período renovado, conforme estabelecido no contrato.

e) Para as obras coletivas, o titular do direito patrimonial deverá apresentar contrato de prestação de serviços ou contrato de trabalho que estabeleça que todo trabalho produzido pelo funcionário é patrimônio da empresa.

7.1.2.2. Da Documentação Comprobatória de Habilitação Jurídica e Fiscal

Por ocasião da etapa de habilitação o titular de direito autoral deverá apresentar ao FNDE os seguintes documentos:

a) cédula de identidade, CPF do titular do direito autoral e quando tratar de representante legal, deverá ser apresentado também, instrumento de procuração.

b) declaração de que a empresa não emprega menor, conforme dispõe o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9854/99.

c) declaração de inexistência de fator impeditivo, ratificando a inexistência de circunstâncias que impeçam o titular do direito autoral de contratar com a Administração Pública Federal;

d) contrato/estatuto social da empresa, alterações contratuais e atas de reuniões/assembleias;

e) extrato do Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, devendo ser realizada consulta “on-line” ao SICAF, conforme previsto na Lei nº 8.666/93 e na IN/MARE nº 05/95 e respectivas modificações posteriores, bem como no Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2002.

7.1.2.3. Da Documentação referente à situação financeira do titular de direito autoral

7.1.2.3.1. Extrato dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). Caso quaisquer desses índices estejam inferiores ou iguais a 01 (um), será exigida prestação de garantia em uma das modalidades previstas pelo § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, e respectivas modificações posteriores.

7.1.2.3.2. A modalidade de garantia a ser prestada corresponderá a três por cento do valor a ser contratado, devendo ser entregue ao FNDE até a data da assinatura do contrato.

7.1.2.3.2.1. A liberação e a restituição da garantia somente ocorrerá após a vigência do contrato e o cumprimento das obrigações contratuais, em especial a(s) Cláusula(s) referentes ao controle de qualidade.

7.1.2.3.2.2. No caso da apresentação de título da dívida pública que venha requerer tratamento especial, ficará a cargo da empresa a ser contratada o devido acondicionamento do documento, de forma a garantir sua integridade física.

7.1.2.3.3. No caso de consórcio, além da documentação exigida nos subitens anteriores, serão exigidos os itens I, II e III do art. 33 da Lei 8.666/93, bem como o registro do consórcio nos termos do parágrafo segundo, item V, art. 33, da mesma Lei.

7.2. Da Aquisição

Com base na escolha dos professores e no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o FNDE/MEC estabelecerá critérios de atendimento e convocará, por meio de comissão especial instituída para esse fim, os titulares de direito autoral habilitados para proceder à negociação de preços, visando adquirir as coleções a serem produzidas, conforme especificações técnicas mínimas contidas no **Anexo VIII** deste Edital, e postados/entregues conforme as Instruções Operacionais a serem fornecidas no momento da negociação.

7.3. Da Produção

Após a assinatura dos contratos, os titulares de direito autoral, participantes do PNLD, estarão aptos a iniciar a produção dos livros a serem distribuídos aos alunos, de acordo com as especificações técnicas contidas no **Anexo VIII**. Nessa etapa de produção não serão aceitas quaisquer alterações nas coleções avaliadas e selecionadas para o PNLD/2008, ou seja, os livros deverão ser impressos de forma idêntica àquelas inscritas no programa, inclusive com o mesmo número de páginas, conforme **subitem 5.3.4.3** deste Edital.

7.3.1. O processo de adaptação, transcrição e impressão dos livros em Braille, bem como dos livros em caracteres ampliados das obras adquiridas pelo FNDE, ficará a cargo dos detentores de direitos autorais.

7.3.2. Do Controle de Qualidade

Por ocasião da produção das coleções, o FNDE, ou a instituição por ele contratada para esse fim, poderá realizar Controle de Qualidade, mediante amostragem definida na NBR 5426/1985 – ABNT, em nível de inspeção a ser definido em contrato, que consistirá na análise dos itens de não conformidade constantes da Resolução n.º 3, de 23/03/2005, do Conselho Deliberativo do FNDE, publicada no Diário Oficial da União, ou outra que vier a substituí-la, com vistas à verificação da qualidade do produto a ser entregue.

7.4. Da Entrega

As coleções serão entregues/postadas diretamente pelos titulares de direito autoral à empresa responsável pela distribuição, a ser contratada pelo FNDE, conforme Instrução Operacional a ser fornecida no momento da negociação.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A inscrição das coleções implica aceitação, pelo participante, de forma integral e irretratável dos termos deste Edital, bem como da legislação aplicável, especialmente em matéria de direito autoral, não cabendo impugnações posteriores.

8.2. O titular de direito autoral deve manter toda a documentação atualizada durante o período de execução do Programa, especialmente durante a execução do contrato.

8.3. A documentação constante no **item 7.1.2** deste Edital deverá ser apresentada pelos titulares em tempo hábil, sob pena de ter a coleção excluída.

8.4. O FNDE/MEC poderá, a qualquer tempo, desde que devidamente comprovado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, revogar, total ou parcialmente, o presente processo.

8.5. As etapas do processo referente ao PNLD/2008 estarão sob a integral responsabilidade :

8.5.1. do FNDE: pré-inscrição;

8.5.2. do FNDE e da instituição a ser contratada pelo FNDE: recepção das coleções e da documentação (prevista no subitem **6.1.2**), bem como a triagem efetiva dos títulos inscritos;

8.5.3. da Secretaria de Educação Básica/MEC: pré-análise, avaliação pedagógica e elaboração do Guia de Livros Didáticos;

8.5.4. dos professores/diretores de escolas: escolha das coleções;

8.5.5. da Comissão Especial de Habilitação/FNDE: habilitação dos titulares de direito autoral;

8.5.6. da Comissão Especial de Negociação/FNDE: negociação das coleções;

8.5.7. do Titular do Direito Autoral: produção e postagem;

8.5.8. do FNDE e da empresa a ser por ele contratada: controle de qualidade;

8.5.9. da empresa a ser contratada pelo FNDE: distribuição;

8.5.10. do FNDE e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação: acompanhamento/monitoramento da execução do Programa.

8.6. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao FNDE, por meio da Coordenação-Geral dos Programas do Livro, no Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco "F", Edifício Áurea, 14º andar, Sala 1.401 - CEP: 70070-929 – Brasília-DF - **Telefones: (61) 3212-4919 e 3212-4280 e Fax: (061) 3212-4193**

8.6.1. Os pedidos de esclarecimentos serão aceitos se postados, comprovadamente por Aviso de Recebimento – AR, até o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos e anteriores à data final para inscrição.

8.7. Será de inteira responsabilidade dos titulares de direito autoral a validade das informações fornecidas ao FNDE, no cadastramento das coleções, tendo em vista que essas informações subsidiarão a montagem do Guia de Livros Didáticos para os Anos Finais do Ensino Fundamental, a ser enviado às escolas, e serão, também, utilizadas nas demais etapas do processo de seleção e aquisição. Essas informações serão a única fonte de referência e deverão conter todos os dados atualizados relativos aos titulares de direito autoral e às coleções inscritas.

8.8. A inscrição da(s) coleção (ões) não implica na obrigatoriedade de assinatura de contrato de aquisição por parte do FNDE, tampouco confere direitos a indenizações a título de reposição de despesas, realizadas no cumprimento de etapas deste Edital e na produção da coleção ou direito a lucro cessante, em caso da não aprovação no processo de triagem e/ou avaliação pedagógica, escolha e negociação.

8.9. O FNDE poderá solicitar, a seu critério, antes da escolha e da negociação, planilha de preços a serem praticados pelos editores, conforme diferentes níveis de tiragem, em formulário próprio a ser enviado pelo FNDE

8.10. Situações não previstas neste Edital serão analisadas pelo FNDE e pela SEB, de acordo com as suas competências e com a natureza do assunto.

8.11. Integram o presente Edital, como se transcritos fossem e como partes indissolúveis, os seguintes anexos:

- a) **Anexo I** – Triagem
- b) **Anexo II** – Modelo de Declaração de Edição
- c) **Anexo III** – Modelo de Declaração de Originalidade
- d) **Anexo IV** – Modelo de Declaração de Inscrição em Primeira Avaliação
- e) **Anexo V** – Modelo de Declaração de Reinscrição

- f) **Anexo VI** – Modelo de Declaração de Revisão e Atualização da coleção
- g) **Anexo VII** - Modelo de Ficha de Correção da coleção
- h) **Anexo VIII** – Especificações Técnicas Mínimas para Produção das coleções
- h) **Anexo IX** - Princípios e Critérios para a Avaliação de Livros Didáticos para os Anos Finais do Ensino Fundamental – PNLD/2008

ANEXO I TRIAGEM

1. DEFINIÇÕES

1.1. Livros consumíveis – livros com lacunas ou espaços que possibilitam a realização das atividades e exercícios propostos ou que utilizem espaçamento entre as questões e textos que induzam o aluno a respondê-los no próprio livro, inviabilizando a sua reutilização.

1.2. Livros não-consumíveis – livros sem lacunas ou espaços para realização das atividades ou exercícios propostos, possibilitando a sua reutilização.

1.3. Livros multidisciplinares – livros que combinem, em um mesmo volume, conteúdos de mais de um componente curricular.

1.4. Livros multisseriados – livros que combinem, em um mesmo volume, conteúdos de mais de uma série.

1.5. Livros suplementares – livros auxiliares às matérias mínimas oficiais, tais como: livros de consulta, referência, literatura, exercícios, jogos e outros;

1.6. Coleção – conjunto de volumes destinados ao ensino dos anos finais do ensino fundamental, organizados em torno de uma proposta pedagógica única e de uma sequência articulada a anos, séries ou ciclos desse segmento.

1.7. Encarte – impressos consumíveis complementares a um livro didático, apensos ao livro do aluno.

1.8. Livros Caracterizados – Livros que contenham todos os elementos essenciais ao volume, discriminados neste Anexo.

1.9. Livros Descaracterizados – Livros que não contenham qualquer identificação de um ou mais elementos definidos neste Anexo.

1.10. Versão ou Variante – Entende-se por versão ou variante parcial de coleção inscrita aquela que, apresentando – total ou parcialmente – os mesmos detentores de direito autoral, apresentar também o mesmo ou semelhante projeto didático, em termos de seleção de conteúdos, lógica de organização da coleção segundo metodologia de ensino e perspectivas teóricas adotadas, com projeto gráfico-editorial diverso ou semelhante.

1.11. Autor – pessoa que possui direitos garantidos por instrumento legal, que obriga reciprocamente ele e o detentor de direito autoral, sobre a publicação e venda de coleção submetida ao PNLD.

1.12. Colaborador – qualquer pessoa que tenha a qualquer tempo contribuído como assessor, consultor, prefaciador ou apresentador, na confecção de trechos da coleção submetida ao PNLD e que tenha seu nome citado como tal em qualquer parte da coleção.

2. ESTRUTURA EDITORIAL

2.1. Livro Didático Caracterizado

2.1.1. Livro do Aluno

2.1.1.1. Na primeira capa:

- Título da coleção e título do livro
- A palavra série, ano, ciclo, ou volume, bem como o número correspondente.
- Nome do autor ou autores, ou pseudônimo
- Componente curricular
- Nome da Editora
- Indicação de livro não-consumível

2.1.1.2. A segunda e terceira capas:

- Não devem conter textos ou ilustrações, podendo o MEC incluir mensagens institucionais por ocasião do processo de aquisição.

2.1.1.3. Na quarta capa:

- Hino Nacional
- Código do ISBN

2.1.1.4. Na folha de rosto:

Frente

- Título da coleção e título do livro
- A palavra série, ano, ciclo, ou volume, bem como o número correspondente.
- Nome do autor ou autores, ou pseudônimo
- Dados sobre o(s) autor(es)
- Componente curricular
- Nome da Editora
- Nome do ilustrador, quando houver
- Nome do tradutor, quando houver
- Nome do adaptador, quando houver
- Número da edição, local e data de publicação

Verso

- Ficha catalográfica
- Título original da coleção com o respectivo copyright
- Nome e endereço completo da Editora
- Ano da publicação em algarismos arábicos

2.1.1.5. Na lombada:

Para livros com lombada quadrada:

- Título do livro
- Série, ano, ciclo ou volume
- Componente curricular

2.1.2. Manual do Professor

2.1.2.1. Na primeira capa:

- Título da coleção e título do livro
- A palavra série, ano, ciclo, ou volume, bem como o número correspondente.
- Nome do autor ou autores, ou pseudônimo
- Componente curricular
- Nome da Editora
- A expressão *Manual do Professor*, em local e tamanho de fácil identificação

2.1.2.2. A segunda e terceira capas:

- Não devem conter textos ou ilustrações, podendo o MEC incluir mensagens institucionais por ocasião do processo de aquisição.

2.1.2.3. Na quarta capa:

- Hino Nacional
- Código do ISBN

2.1.2.4. Na folha de rosto:**Frente**

- Título da coleção e título do livro
- Série, ano, ciclo, ou volume
- Nome do autor ou autores
- Dados sobre o(s) autor (es)
- Componente curricular
- Nome da Editora
- Nome do ilustrador, quando houver
- Nome do tradutor, quando houver
- Nome do adaptador, quando houver
- Número da edição, local e data de publicação
- A expressão *Manual do Professor*, em local e tamanho de fácil identificação.

Verso

- Ficha catalográfica
- Título original da coleção com o respectivo copyright
- Nome e endereço completo da Editora
- Ano da publicação em algarismos arábicos

2.1.2.5 . O miolo:

- Deve conter uma parte referente às instruções e orientações teórico-metodológicas ao professor, acompanhada do livro do aluno de forma integral, com ou sem comentários adicionais.

2.2. Livro Didático Descaracterizado**2.2.1. Livro do Aluno****2.2.1.1. A primeira capa:**

Deve trazer única e exclusivamente os elementos a seguir denominados, não sendo permitida a inserção de ilustrações ou outros textos.

- Componente curricular (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia)
- Complemento (Livro do Aluno ou Manual do Professor)
- Série, ano, ciclo, ou volume

2.2.1.2. A segunda, terceira e quarta capas:

- Não devem conter textos ou ilustrações

2.2.1.3. A folha de rosto:

- Não deve possuir textos ou ilustrações

2.2.1.4. O miolo:

- Não deve conter texto ou elementos que identifiquem a editora, e/ou o(s) autor(es), e/ou colaborador (es), e/ou título da coleção ou do livro.

2.2.2. Manual do Professor

2.2.2.1. A primeira capa:

Deve trazer única e exclusivamente os elementos a seguir elencados, não sendo permitida a inserção de ilustrações ou outros textos:

- Componente (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia)
- Complemento (Livro do Aluno ou Manual do Professor)
- Série, ano, ciclo, ou volume

2.2.2.2. A segunda, terceira e quarta capas:

- Não devem conter textos ou ilustrações

2.2.2.3. A folha de rosto:

- Não devem possuir textos ou ilustrações

2.2.2.4. O miolo:

- Não deve conter texto ou elementos que identifiquem a editora, e/ou o(s) autor(es), e/ou colaborador(es), e/ou título da coleção ou do livro.

3. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

3.1. Nesta etapa serão excluídas as coleções didáticas que apresentarem as seguintes características:

3.1.1. livros consumíveis;

3.1.2. livros multidisciplinares;

3.1.3. livros multisseriados;

3.1.4. livros suplementares;

3.1.5. livros consumíveis convertidos em não-consumíveis;

3.1.6. livros apresentados em mais de um volume para uma única série, ano, ciclo, ou volume;

3.1.7. livro do aluno que adote sinal gráfico referencial ou textos que induzam à obrigatoriedade do uso do caderno de atividades ou outros materiais didáticos;

3.1.8. livros não acompanhados do manual do professor;

3.1.9 . livros que apresentem encartes e/ou cadernos de atividades que constituam volume em separado;

3.1.10 . livros com páginas faltantes e/ou com rasuras;

3.1.11 . toda a coleção quando um dos seus volumes for excluído nessa etapa de triagem;

3.1.12 . não atender ao **subitem 2.2** do Edital.

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro , sob as penas da Lei, que a coleção _____, do(s) autor(es) _____, apresentada em _____ edição, não é uma versão ou variante parcial ou total de outra(s) coleção (ões) inscrita(s) no PNLD/2005 para ser(em) avaliada(s) e selecionada(s) para integrar(em) o Guia de Livros Didáticos para os Anos Finais do Ensino Fundamental – PNLD/2008.

Brasília, de de 2006.

Assinatura do Autor

Nome legível

Assinatura do Titular de Direito Autoral ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRIMEIRA AVALIAÇÃO (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que a coleção _____, do(s) autor(es) _____ foi integralmente produzida sem tomar por base livros/coleções já avaliados em Programas anteriores, mesmo sob outro título ou outra autoria ou publicada por outra editora.

Brasília, de 2006.

Assinatura do Autor

Nome legível

(Firma reconhecida em cartório)

Assinatura do Titular de Direito Autoral ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REINSCRIÇÃO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que a coleção (ou qualquer de suas partes) intitulada _____, do(s) autor(es) _____ foi(foram) inscrita(s) no(s) processo(s) de avaliação em Programas anteriores com o(s) título(s) _____, do(s) autor(es) _____,

Brasília, de 2006.

Assinatura do Autor

Nome legível

(Firma reconhecida em cartório)

Assinatura do Titular de Direito Autoral ou seu procurador

Nome legível e cargo

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA OBRA
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que _____ (Nome do Titular

de Direito Autoral) procedeu à revisão e atualização da totalidade da coleção

_____, do(s) autor(es) _____, excluída em avaliação anterior, realizada pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC, no Programa Nacional do Livro Didático.

Brasília, de 2006.

Assinatura do Titular de Direito Autoral ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

ANEXO VII
MODELO DE FICHA DE CORREÇÃO DA OBRA
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Esta ficha deverá expressar de forma clara e precisa as correções feitas na coleção, pelo autor/editor, descrevendo os problemas e suas respectivas correções.

VERSÃO ANTERIOR – INSCRITA EM PROGRAMAS ANTERIORES

VERSÃO ATUALIZADA – INSCRITA NO PNLD/2008

PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS –

PNLD 2008

Além dos critérios comuns anteriormente relacionados, serão explicitados a seguir os critérios específicos das áreas de Ciências, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática.

ÁREA: CIÊNCIAS

INTRODUÇÃO

A avaliação dos livros didáticos de Ciências submetidos à inscrição no PNLD 2008 atende à política de incentivo à produção e qualificação de materiais didáticos no País. Além de determinar parâmetros para a produção, o PNLD cumpre também a função de estimular a discussão e a participação de professores e professoras na escolha dos materiais didáticos a serem utilizados na escola, contribuindo dessa forma para o exercício competente de sua profissão. Espera-se, sobretudo, que o debate sobre o livro didático contribua para o acesso de professores, alunos e famílias a fatos, conceitos, saberes, práticas, valores e possibilidades de compreender, transformar e ampliar o modo de ver e fazer ciência.

No âmbito da educação para a ciência, iniciativas editoriais que associem correção conceitual, adequação de procedimentos experimentais, atualização pedagógica e reflexão sobre as interações entre ciência, tecnologia e sociedade constituem importantes instrumentos de apoio e qualificação do ensino. Formar, mais que informar; enfatizar processos mais que resultados, conceitos, mais que conteúdos; apresentar a ciência mais como questionamento do que como resposta. Os interesses dos alunos devem estar centrados na ação, no diálogo, na confrontação de idéias, no trabalho em equipe, na experimentação, na reflexão conjunta, na busca de novos questionamentos e respostas. Os livros de Ciências devem transmitir o caráter de empresa vital, fascinante, indagadora, aberta, útil e criativa que tem a atividade científica.

Há muita mistificação da ciência e do cientista, tanto na escola como em toda a sociedade. Temas e práticas descontextualizadas e distantes da realidade, do dia-a-dia dos alunos, não contribuem para que eles tomem consciência da importância e presença da ciência e da tecnologia, de como elas são produzidas e afetam a sociedade. Isso contribui, apenas, para a reprodução de uma concepção errada de ciência e uma imagem totalmente equivocada de quem é e o que faz o cientista. Em um processo pouco dinâmico como o que se estabelece no sistema tradicional de ensino de Ciências, cria-se um círculo vicioso: o professor torna-se um reproduzidor desses mitos e imagens errôneas e passa, ele também, a acreditar neles. O resultado é que, para os alunos, a ciência ensinada na escola é rotineira, chata, pouco útil e muito difícil. O livro de Ciências deve contribuir para mostrar como a atividade científica na escola é empolgante, dinâmica, estimulante, que permite ao aluno explorar, conhecer e transformar seu mundo. Deve estimular o professor desafiar os alunos com diferentes demandas e questionamentos. O livro deve explorar aquilo que já é natural nos alunos: o desejo de conhecer, de agir, de dialogar, de confrontar idéias, de interagir em grupo e de experimentar. Sobretudo deve considerar que estudantes, especialmente as crianças, são bons cientistas, são curiosos, criativos e trabalhadores.

Não é a falta de recursos, de um laboratório ou de qualquer outra infraestrutura física que impede o desenvolvimento de um programa de iniciação científica na escola. Não que uma boa infraestrutura para o ensino de Ciências na escola não seja uma meta, mas o problema é de compreensão de que ensinar

ciência é fazer ciência. O livro didático deve possibilitar que os professores revejam e construam seus respectivos princípios e práticas pedagógicas. É esse amadurecimento e esse refletir constante que garantirão que ocorram as mudanças efetivas na prática pedagógica do ensino de Ciências do país. O professor deve valer-se da curiosidade (sua e de seus alunos), incentivar a exploração ativa, o envolvimento pessoal e o uso dos sentidos. Assim, o livro de Ciências deve também motivar a formulação de questões e o interesse pela busca do conhecimento utilizando materiais simples e acessíveis.

O livro de Ciências deve ser visto, por professores e alunos, como fonte de prazer. Além disso, deve permitir que os alunos discutam e vislumbrem a possibilidade de melhorarem a qualidade de suas vida e as relações entre as pessoas. As aulas de ciência são momentos privilegiados para se debater o impacto que o conhecimento gera na sociedade e para se alertar sobre os riscos, benefícios e repercussões sociais do fato científico. Ou seja, é importante que o livro propicie aos alunos oportunidade de observar, levantar hipóteses, experimentar, confrontar dados e desenvolver ativamente as habilidades envolvidas na atividade científica, mas é fundamental também que se vise à formação dos alunos enquanto cidadãos, que possam vir a estabelecer julgamentos, tomar decisões e atuar criticamente frente às questões que a ciência e a tecnologia tem colocado ao presente e, certamente, colocarão ao futuro.

Os critérios a seguir visam a atender às especificidades da área de Ciências nos últimos quatro anos do ensino fundamental.

CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS

1. Aspectos teórico-metodológicos

O livro didático de Ciências, no que se refere aos aspectos teórico-metodológicos, deverá:

- veicular informação correta, precisa, adequada e atualizada;
- evitar confusões terminológicas, tomando o cuidado de explicitar termos que têm diferentes significados e contextos;
- privilegiar a apresentação da terminologia científica, fazendo uso, quando necessário, de aproximações adequadas, sem, no entanto, ferir o princípio da correção conceitual;
- ser coerente com a proposta pedagógica expressa no manual do professor;
- estar em consonância com conceitos atuais do conhecimento científico e da teoria pedagógica;
- relacionar o conhecimento construído com o historicamente acumulado, considerando que a descoberta tem um ou mais autores e um contexto histórico que deve ser enfatizado e trabalhado;
- garantir o acesso a conceitos fundamentais para cada etapa de escolaridade, respeitando-se o princípio da progressão;
- veicular ilustrações adequadas, que induzam à construção de conceitos corretos;
- utilizar recursos (cores, escalas, etc.) que assegurem a formação correta do conceito na apresentação das ilustrações;

- assegurar que os experimentos descritos são factíveis, com resultados confiáveis e interpretação teórica correta;
- estimular a compreensão, exigindo operações intelectuais adicionais e habilidades de expressão, interpretação e extrapolação de resultados, a análise e a síntese.

2. Preceitos Éticos

No que se refere ao respeito à construção da cidadania, o livro de Ciências deverá:

- incentivar o respeito às diferenças sociais, étnicas, de gênero;
- apresentar situações que não firam leis, normas de segurança ou que desrespeitem os direitos do trabalhador e do cidadão;
- evitar estereótipos e associações que depreciem grupos étnicos ou raciais, ou que desvalorizem a contribuição que todos os diferentes segmentos da comunidade oferecem;
- contemplar as diversidades geográfica, social e política na exploração dos contextos locais ou específicos;
- incentivar uma postura de respeito, conservação e manejo correto do ambiente.

3. Garantia da integridade física de alunos e professores

No que se refere à integridade física de alunos e professores, as experiências presentes no livro didático de Ciências devem ser acompanhadas de orientações claras e precisas sobre os riscos reais ou potenciais. Além disso, os livros devem:

- evitar experimentos com fogo e, quando necessários, devem ser acompanhados de recomendações expressas de supervisão de adultos, com instruções precisas de como realizar montagens e de como lidar com os combustíveis envolvidos;
- evitar experimentos com substâncias químicas concentradas, em especial ácidos e bases, bem como substâncias tóxicas ou de elevada periculosidade, como metais pesados e substâncias de efeito neuro-tóxico.

Além desses cuidados, sugestões de experimentos ou demonstrações que envolvam a manipulação de sangue humano, tal como tipagem sanguínea e confecção de esfregaços a serem levados ao microscópio não podem ser apresentadas.

CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO

1. Aspectos teórico-metodológicos

Espera-se que o livro didático de Ciências, no que se refere aos aspectos teórico-metodológicos, observe os seguintes aspectos:

- na seleção de conceitos, textos e atividades, considerar que o desenvolvimento cognitivo dos alunos se caracteriza por estruturas diferenciadas de pensamento;
- valorizar a manifestação pelo aluno e a identificação pelo professor do conhecimento que o aluno detém sobre o que vai se ensinar;
- favorecer o reconhecimento, pelo aluno, de que a construção do conhecimento é um empreendimento laborioso e que envolve diferentes pessoas e instituições, às quais se deve dar o devido crédito;

- contemplar a iniciação às diferentes áreas do conhecimento científico, buscando um equilíbrio com a seleção de aspectos centrais em física, astronomia, química, geologia, ecologia e biologia (incluindo zoologia, botânica, saúde, higiene, fisiologia e corpo humano);
- evitar a segmentação entre os volumes da coleção, integrando o tratamento de fatos, conceitos, valores e procedimentos através de uma coerência de princípios;
- considerar que ensinar ciência é estimular o fazer ciência, utilizando o método científico como procedimento para a construção do conhecimento;
- propiciar situações, tanto coletivas como individuais, para observações, questionamentos, formulação de hipóteses e atividades de experimentação, de modo a estimular a utilização de procedimentos científicos para a construção do conhecimento;
- buscar a sistematização de conhecimentos através de textos, desenhos, figuras, tabelas e outros registros característicos das áreas de Ciências;
- estimular o emprego (construção e análise) de recursos de comunicação comumente utilizados em Ciências, como tabelas, diagramas e gráficos.
- estimular a leitura de textos complementares, revistas especializadas e livros paradidáticos;
- propor o uso de computadores para pesquisa na Internet, simulações, argumentação e registro;
- valorizar a comunicação da ciência, utilizando diferentes propostas (seminários, teatro, painéis, exposições, experimentos), linguagens e formatos apropriados para o público ao qual se dirige.

2. Abordagem de aspectos sócio-culturais

O livro didático de Ciências deverá:

- realizar o debate sobre a ética da ciência e as relações entre conhecimento e poder, abordando de forma sistemática as repercussões, relações e aplicações do conhecimento;
- promover situações que suscitem entre os alunos troca de opiniões, debates, trabalhos cooperativos; incentivem o convívio social e o respeito ao outro;
- considerar uma visão humanística da ciência;
- enfatizar temas atuais, objetos de debate na sociedade, estabelecendo relações entre conhecimento científico e exercício da cidadania.

2. Aspectos editoriais/visuais

Os aspectos editoriais são importantes para o trabalho do professor na medida em que contribuem para a melhor integração entre a ciência e o universo dos alunos, suas experiências e visão de mundo. Nesse sentido, é desejável que o livro didático:

- selecione adequadamente as ilustrações (fotos, esquemas, gráficos, tabelas, desenhos, molduras, pano de fundo, etc.) e apresente uma diagramação que encoraja a leitura;
- apresente citação de fontes, locais, datas e outras informações necessárias ao crédito das ilustrações (fotos, esquemas e desenhos).

3. Manual do Professor

O manual do professor é o instrumento com o qual o professor interage mais diretamente no processo de ensino-aprendizagem, portanto, sua qualidade é fundamental para a realização de um trabalho pedagógico adequado às condições exigidas pela sociedade moderna. Para tanto, espera-se que o manual do professor:

- valorize o papel do professor como um problematizador e não um simples facilitador ou monitor de atividades;
- proponha outras atividades e experimentos, além dos indicados no livro;
- observe e justifique devidamente as eventuais supressões de abordagem de qualquer área do conhecimento científico, indicando uma bibliografia que permita compensar tais lacunas;
- proponha a integração das linguagens, especialmente as midiáticas e o uso de computadores para pesquisa na Internet, simulações, argumentação e registro;
- apresente referências bibliográficas de qualidade e facilmente acessíveis, estimulando o professor para leituras complementares;
- apresente textos e/ou informações complementares sobre os conteúdos tratados.
- apresente propostas de avaliação condizentes com os pressupostos teórico-metodológicos que nortearam a proposição das atividades e seleção dos conteúdos do livro do aluno.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE COLEÇÕES DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD 2011

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Básica – SEB e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, faz saber aos titulares de direito autoral que se encontram abertas, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2011, as **inscrições para o processo de avaliação e seleção de coleções didáticas destinadas aos alunos dos anos finais do ensino fundamental**.

1. DO OBJETO

Este Edital tem por objeto a convocação de titulares de direito autoral para inscrição no processo de avaliação e seleção de **coleções didáticas destinadas aos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental** - matriculados nas escolas das redes federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, bem como nas escolas de educação especial públicas, comunitárias e filantrópicas, constantes no Censo Escolar, que prestem atendimento aos alunos com necessidades especiais.

2. DOS PRAZOS

As etapas de cadastramento de titulares de direito autoral, pré-inscrição e inscrição/entrega das coleções e da documentação serão realizadas nos seguintes períodos:

2.1. Cadastramento de titulares de direito autoral e pré-inscrição das coleções · Do dia 12/01/2009 até às 18h do dia 27/03/2009

2.2. Inscrição/entrega das coleções e da documentação· Do dia 13/04/2009 a 17/04/2009, nos dias úteis, no período de 08h30min às 16h30min.

2.2.1. A entrega da documentação e das coleções para os titulares de direito autoral que pré-inscreverem mais de 64 (sessenta e quatro) volumes será em até três etapas, conforme abaixo:

1ª Etapa: entrega de, no mínimo, 30% das coleções, no dia 13/04/2009, no horário das 8h às 16h30min;

2ª Etapa: entrega de até 60%, perfazendo, no mínimo, 50% das coleções, no período de 14/04 a 15/04/2009, no horário das 8h às 16h30min;

3ª Etapa: entrega do restante, perfazendo 100% das coleções, no dia 16/04/2009, no horário das 8h às 16h30min.

2.2.2. A entrega da documentação e das coleções para os titulares de direito autoral que pré-inscreverem até 64 (sessenta e quatro) volumes será em uma única etapa, no dia 17/04/2009, no horário das 8h às 16h30min.

3. DA CARACTERIZAÇÃO DAS COLEÇÕES DIDÁTICAS

3.1. Serão avaliadas e selecionadas coleções didáticas para os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e Língua Espanhola) destinadas aos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

3.2. Poderão ser inscritas coleções inéditas ou reapresentadas, elaboradas para serem utilizadas no processo de ensino e aprendizagem escolar.

3.2.1. Entende-se coleção inédita aquela cujos volumes foram produzidos sem tomar por base livros/coleções já avaliados nos PNLD anteriores, mesmo que apenas parcialmente, ou sob outro título ou autoria diversa.

3.2.2. Considera-se coleção reapresentada aquela já avaliada nos PNLD anteriores, reinscrita com ou sem reformulações.

3.3. Somente será aceita coleção completa e inscrita sob um mesmo título.

3.3.1. Entende-se por coleção o conjunto de volumes ordenados em torno de uma proposta pedagógica única e de uma progressão didática articulada aos anos ou ciclos desse segmento, organizada por componente curricular.

3.3.1.1. No caso da coleção ser ordenada em torno de uma progressão didática articulada e seqüencial em anos, a coleção deverá ser composta, obrigatoriamente, de 8 (oito) volumes.

3.3.2. A coleção é composta, obrigatoriamente, por livros do aluno e os correspondentes manuais do professor; e exclusivamente para a coleção de Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e de Língua Espanhola), deverá conter, também, o CD em áudio.

3.3.2.1. O Manual do Professor, não pode ser apenas, cópia do livro do aluno com os exercícios resolvidos. É necessário que ofereça orientação teórico-metodológica e de articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento; ofereça, também, discussão sobre a proposta de avaliação da aprendizagem, leituras e informações adicionais ao livro do aluno, bibliografia, bem como sugestões de leituras que contribuam para a formação e atualização do professor.

3.4. As coleções a que se refere o **subitem 3.1** serão, obrigatoriamente, compostas de livros não-consumíveis, exceção feita aos componentes curriculares de Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e Língua Espanhola).

3.4.1. As coleções de Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e Língua Espanhola) serão, obrigatoriamente, compostas de livros consumíveis.

3.5. As coleções de Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e Língua Espanhola) deverão ser acompanhadas, obrigatoriamente, de um CD de áudio e este será considerado parte integrante da obra.

3.5.1. Os CD de áudio deverão, obrigatoriamente, acompanhar tanto o livro do aluno como o manual do professor.

3.6. Não poderá ser inscrito caderno de atividades.

3.7. Somente serão aceitas inscrições de coleções cujo(s) autor(es) ou organizador(es) ou editor(es) responsável(is) seja(m) pessoa(s) física(s), claramente identificadas na primeira capa do livro.

3.8. Em caso da coleção conter anexos indispensáveis para a sua adequada utilização, esses materiais deverão, obrigatoriamente, fazer parte do corpo da coleção, não podendo constituir volume em separado.

3.9. As coleções deverão atender às normas do acordo ortográfico da Língua Portuguesa em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, à Resolução nº 17, de 7 de maio de 2008 e ao Decreto nº 6.583, de 30 de setembro de 2008.

3.10. O não cumprimento dos critérios estabelecidos nos **itens 3.1. a 3.9.** exclui automaticamente a coleção.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Os titulares de direito autoral e/ou seus representantes, cujas coleções inscritas no Sistema de Material Didático – SIMAD, forem selecionadas para compor o Guia do PNLD, deverão observar as condições de participação no Programa, regulamentada pela Portaria Ministerial nº 07, de 05/04/2007, ou em outra que vier a substituí-la.

4.1. Poderá participar do processo de seleção e avaliação toda e qualquer empresa legalmente estabelecida no País e que atenda todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

4.2. Poderá participar do processo de inscrição e seleção de que trata este Edital consórcio de empresas, desde que pelo menos uma de suas representantes seja brasileira.

4.2.1. No caso de participação em consórcio, a liderança caberá à empresa consorciada que detiver o maior capital social.

4.2.2. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá à empresa brasileira que detiver o maior capital social.

4.2.3. A empresa consorciada não poderá participar da inscrição no processo de avaliação e seleção em mais de um consórcio ou isoladamente.

4.3. Não poderá participar do presente processo de seleção e avaliação:

4.3.1. Empresa declarada inidônea ou suspensa de licitar em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou do Distrito Federal e municipal;

4.3.2. Empresa estrangeira que não funciona no país.

5. DOS PROCEDIMENTOS

5.1. Do Cadastramento de titulares de direito autoral

Os titulares de direito autoral formalizarão seu cadastramento, por meio de um responsável devidamente identificado no SIMAD, no Módulo de Inscrição disponível na página da *internet*: www.fnnde.gov.br no link “Inscrição PNLD 2011”.

5.1.1. Para evitar problemas na comunicação por meio de correio eletrônico, entre o FNDE e o(s) detentor(es) de direitos autorais, recomenda-se que se efetue no sistema de e-mail configurações de liberação de modo a permitir o recebimento de mensagens provenientes do domínio “@fnnde.gov.br”. Ou seja, caso possua recursos de anti-spam (ou filtros de segurança) ativos em seu sistema de e-mail,

estes recursos de anti-spam (ou filtros de segurança) deverão ser desbloqueados para o recebimento de mensagens cujo remetente tenha o domínio “@fnde.gov.br”.

5.1.2. Os titulares de direito autoral deverão manter seus dados permanentemente atualizados no FNDE por intermédio do endereço eletrônico preinscricao@fnde.gov.br.

5.1.3. O FNDE não se responsabilizará por **cadastramentos de titulares de direito autoral** não concretizados por motivos de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.2. Da pré-inscrição das coleções didáticas

A pré-inscrição é o prévio cadastramento das coleções didáticas e dos respectivos autores ou sucessores legais, que atendam às disposições deste Edital, e deverá ser realizada pelo responsável identificado no SIMAD, exclusivamente por meio da *internet*, no endereço eletrônico citado no **subitem 5.1.** deste Edital.

5.2.1. A pré-inscrição das coleções deverá ser realizada mantendo conformidade com os dados informados nas Declarações de Edição, **Anexo III**, de Originalidade, **Anexo IV**, no contrato de Edição bem como nas capas da obra. Caso haja inconsistência a coleção será excluída.

5.2.2 Estará automaticamente excluída do processo do PNLD 2011, a coleção didática se algum dos dados preenchidos no SIMAD, **no período da pré-inscrição das coleções didáticas**, estiver incorreto ou incompleto, ou ainda, apresentar inconsistência em relação a obra.

5.2.3. As coleções deverão ser pré-inscritas em edição finalizada, com todos os textos, imagens, diagramação, cores e número de páginas definitivas, inclusive com acabamento e matéria prima definitiva (papel, grampo, cola etc). e deverão manter conformidade com a obra a ser entregue por ocasião da pré-inscrição prevista no **subitem**

5.2. deste Edital. Todas as características do projeto gráfico e editorial deverão ser mantidas caso a coleção seja selecionada.

5.2.4 O FNDE não se responsabilizará pela **pré-inscrição de coleções** não concretizada por motivos de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.3. Da inscrição das obras

A inscrição compreenderá a entrega da documentação e das coleções pré-inscritas. No caso das coleções de Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e Língua Espanhola), a inscrição compreenderá também a entrega dos respectivos CD em áudio.

5.3.1. A inscrição deverá ser realizada pelo responsável identificado no SIMAD, que realizou o cadastramento do titular dos direitos autorais e a pré-inscrição das coleções, ou por procurador constituído.

5.3.1.1. Caso a inscrição seja realizada por um procurador constituído, deverá ser apresentada procuração com reconhecimento de firma e, caso o titular dos direitos autorais seja pessoa jurídica, a procuração deverá ser firmada em papel timbrado da empresa.

5.3.2. Somente serão recebidas/inscritas as coleções que forem pré-inscritas no Sistema SIMAD.

5.4. Da entrega da documentação

5.4.1. Todos os documentos referentes às coleções inscritas no PNLD 2011 deverão ser apresentados em Língua Portuguesa. No caso de documentos em língua estrangeira, esses deverão ser acompanhados de tradução juramentada.

5.4.2. Os documentos solicitados nos **subitens 5.4.3.1 a 5.4.3.8.** e entregues na inscrição não isentam ou substituem a entrega dos documentos que serão solicitados aos detentores de direitos autorais no Processo de Habilitação descrito **no item 8** deste Edital.

5.4.3. Os titulares de direito autoral que realizarem a pré-inscrição de coleções serão convocados pelo FNDE para entrega dos seguintes documentos em dia, horário e local previamente agendados:

5.4.3.1. Declaração de Edição, modelo no **Anexo III** do Edital.

5.4.3.2. Declaração de Originalidade, modelo no **Anexo IV** do Edital.

5.4.3.3. Declaração de Primeira Avaliação, modelo no **Anexo V** do Edital, para coleções inéditas.

5.4.3.4. Declaração de Reinscrição, modelo no **Anexo VI** do Edital, para coleções reapresentadas.

5.4.3.5. Declaração de Revisão e Atualização, modelo no **Anexo VII** do Edital, para coleções excluídas.

5.4.3.6. Ficha de Correção, modelo no **Anexo VIII** do Edital, para coleções excluídas.

5.4.3.7. Cópia do Contrato de Edição – instrumento mediante o qual o editor

obriga-se a reproduzir, divulgar e comercializar as coleções didáticas, ficando autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e explorá-la, pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor, com base no que preceitua a legislação que rege a matéria, em especial as Leis nº 9.610/98 e nº 5.988/73.

5.4.3.8. Cópia de diplomação e/ou titulação acadêmica - Cópia de diplomação e/ou titulação acadêmica - os titulares de direito autoral deverão entregar uma cópia autenticada do diploma, certificado ou declaração de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação, realizado pelo(s) autor(es), co-autor(es) e/ou colaborador(es), emitido pela instituição de ensino superior do(s) autor(es), co-autor(es), e/ou colaborador(es).

5.4. Da entrega das coleções

Os titulares de direito autoral que realizarem a pré-inscrição serão convocados pelo FNDE para entrega das coleções, em dia, horário e local previamente agendados.

5.5.1. Deverão ser entregues 10 (dez) exemplares do livro do aluno, acompanhados de 10 (dez) exemplares do respectivo manual do professor, sendo, obrigatoriamente, 06 (seis) exemplares do livro do aluno e do manual do professor caracterizados e 04 (quatro) exemplares do livro do aluno e do manual do professor descaracterizados, conforme definido no **Anexo II**. Os exemplares a serem entregues deverão corresponder a mais recente edição.

5.5.1.1. No caso das coleções de Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e de Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e de Língua Espanhola), além dos exemplares a serem entregues na forma do **subitem**.

5.5.1. deverão ser entregues 10 (dez) exemplares do CD em áudio, sendo, obrigatoriamente, 06 (seis) exemplares caracterizados e 04 (quatro) exemplares descaracterizados.

5.5.1.2. Todas as coleções a serem entregues deverão estar embaladas e identificadas externamente por componente curricular, por título, por ano ou ciclo.

5.5.1.3. Os exemplares das coleções deverão ser entregues em edição finalizada, com todos os textos, imagens, diagramação, cores e número de páginas definitivas, inclusive com acabamento e matéria prima definitiva (papel, grampo, cola etc), e deverão guardar consonância com as especificações informadas no SIMAD por ocasião da pré-inscrição das coleções, prevista no **subitem 5.2.** deste Edital. Todas as características do projeto gráfico e editorial deverão ser mantidas caso a coleção seja selecionada.

5.5.1.4. Exclusivamente para o processo de avaliação, além dos acabamentos definidos nas especificações técnicas, será aceito o acabamento espiralado.

5.5.1.5. O titular do direito autoral deverá disponibilizar, oportunamente, conforme orientação a ser fornecida pela SEB/MEC, a imagem da primeira capa de cada volume das coleções inscritas, com as seguintes especificações: CMYK; 300 DPI; Formato TIF.

5.6 Do local

A entrega da documentação e das coleções relativas ao objeto deste Edital será na cidade de São Paulo-SP, em local a ser informado posteriormente pelo FNDE aos titulares de direito autoral.

5.7. Da comprovação de inscrição

Para efeito de confirmação da inscrição será emitido **Comprovante de Entrega**, após serem conferidos os exemplares das coleções, CD em áudio e a documentação.

5.7.1. Somente será admitida a inscrição da coleção e emitido o respectivo comprovante, mediante entrega conjunta de toda a documentação exigida no **subitem**

5.4.3., dos volumes das coleções exigida no **subitem 5.5.**, do CD em áudio, na forma especificada contida no **subitem 5.5.1.1.**, sendo vedado o recebimento parcial da documentação, das coleções, do CD em áudio e do manual do professor.

6. DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS OBRAS

6.1. Da triagem

A triagem consiste na análise das coleções inscritas, de acordo com critérios estabelecidos no **Anexo II** deste Edital.

6.1.1. As coleções que não atenderem às exigências contidas no **Anexo II** deste Edital serão automaticamente excluídas.

6.1.2. Caso haja divergência entre a documentação e a coleção entregues na fase de inscrição, com os dados preenchidos no SIMAD na fase de pré-inscrição, a coleção será automaticamente excluída do processo do PNLD 2011.

6.2. Da pré-análise e da avaliação pedagógica

A Secretaria de Educação Básica – SEB realizará a pré-análise das coleções inscritas que se enquadrarem no **item 3** deste Edital, bem como procederá à avaliação do seu conteúdo pedagógico, obedecendo aos princípios e critérios estabelecidos no **Anexo X** deste Edital.

6.2.1. Da pré-análise

Na pré-análise serão sumariamente excluídas do PNLD, as coleções didáticas

que:

6.2.1.1. não atendam ao disposto no **item 1** deste Edital;

6.2.1.2. não atendam ao disposto no **subitem 5.4.** deste Edital;

6.2.1.3. tenham sido excluídas em avaliação pedagógica anterior e não apresentem documentação comprobatória de revisão, atualização e correção, conforme estabelecem os **subitens 5.4.3.5 e 5.4.3.6** deste Edital.

6.2.1.5. constituam variantes de outras obras inscritas no PNLD 2011.

6.2.1.5.1. Considera-se variante aquela obra que, apresentando – total ou parcialmente – os mesmos detentores de direito autoral, apresentar também o mesmo ou semelhante projeto didático, em termos de seleção de conteúdos, lógica de organização da coleção segundo metodologia de ensino e perspectivas teóricas adotadas com projetos gráfico-editorial diversos ou semelhantes.

6.2.2. Da avaliação pedagógica

Na avaliação pedagógica serão consideradas as especificações constantes nos **itens 1 e 3** deste Edital e os critérios estabelecidos no **Anexo X** deste Edital.

6.2.2.1. As coleções selecionadas farão parte do Guia de Livros Didáticos – PNLD 2011, destinado aos anos finais do Ensino Fundamental, a ser encaminhado às escolas atendidas pelo Programa em todo o País.

6.3. Do Guia de Livros Didáticos

Constarão no Guia de Livros Didáticos as resenhas das coleções selecionadas, os princípios e critérios que nortearam a avaliação pedagógica e os modelos das fichas de análise. O Guia de Livros Didáticos será encaminhado às escolas públicas de ensino fundamental e disponibilizado na *Internet* com o objetivo de auxiliar os professores na escolha das coleções didáticas, que serão utilizadas no período a ser estabelecido por resolução do Conselho Deliberativo do FNDE.

6.4. Da escolha das obras

Os professores, em consenso, com base nas resenhas contidas no Guia de Livros Didáticos, escolherão as coleções que serão utilizadas pelos alunos.

7. DA ACESSIBILIDADE

As obras adquiridas no âmbito do PNLD 2011 serão também requeridas pelo FNDE às editoras em meio digital, conforme padrão a ser especificado, podendo seu

conteúdo ser convertido e reproduzido nos formatos correspondentes para utilização com vistas à educação especial, para distribuição física ou disponibilização eletrônica às escolas, inclusive mediante contrato, convênio ou parceria com outras instituições, permanecendo os arquivos sob guarda e responsabilidade do Ministério da Educação.

7.1 As editoras ficam autorizadas a realizar a produção e a distribuição das suas obras aprovadas, com vistas à educação especial, no formato Libras, diretamente ou mediante contratação de instituição parceira, com aquisição assegurada pelo FNDE no âmbito do PNLD 2011, sujeita à regulação e contratação específicas.

8. DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO

Com base na escolha das coleções pelos professores, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE procederá à habilitação dos titulares de direito autoral.

8.1. Da habilitação

A habilitação do titular de direito autoral será realizada por Comissão Especial de Habilitação, instituída pelo FNDE, e consistirá na análise da documentação prevista na Lei nº 8.666/93, na IN/MARE nº 05/95, no Decreto nº 3.722/01, na Lei nº 9.610/98, na Lei nº 5.988/73 e respectivas alterações, bem como da documentação exigida no **subitem 8.2**, a ser apresentada pelo titular de direito autoral, quando convocado pelo FNDE.

8.1.1. Toda e qualquer documentação necessária à habilitação deverá ser apresentada datada e assinada pelo titular de direito autoral ou por seu procurador público;

8.1.2. Os documentos necessários à habilitação, em conformidade com o disposto no **subitem 8.2**, poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por cartório competente ou pela Comissão Especial de Habilitação, mediante a apresentação dos documentos originais;

8.1.3. Os titulares de direito autoral terão o prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da convocação do FNDE, para apresentação da documentação exigida no **subitem 8.2**., sob pena da coleção ser excluída.

8.1.4. A Comissão Especial de Habilitação, no curso do processo de análise da documentação, poderá promover diligências, solicitar esclarecimentos, estabelecer exigências a serem cumpridas, objetivando certificar-se da licitude, veracidade e eficácia da documentação e respectivos dados fornecidos.

8.1.4.1. As diligências e exigências requeridas pela Comissão Especial de Habilitação poderão ser realizadas pelo envio de e-mail ao endereço eletrônico constante de ficha cadastral a ser preenchida pelo titular de direito autoral quando da etapa de habilitação.

8.1.4.2. Nos casos em que a Comissão Especial de Habilitação expedir diligência para complementação de documentos, o habilitando terá 2 (dois) dias úteis para efetuar a entrega, sob pena da obra ser excluída.

8.1.4.3. A não habilitação do detentor de direitos autorais derroga o seu direito de prosseguir no processo previsto neste Edital.

8.2. Da documentação exigida no processo de habilitação

Por ocasião da etapa de habilitação, o titular de direito autoral das coleções selecionada(s) deverá apresentar ao FNDE os seguintes documentos:

8.2.1. Da documentação referente à coleção

O titular de direitos autorais estará habilitado quanto às coleções, se comprovado expressamente, na forma da lei, o direito patrimonial e o direito moral da coleção.

8.2.1.1. Contrato de Edição – instrumento mediante o qual o editor obriga-se a reproduzir, divulgar e comercializar as obras, ficando autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e explorá-la, pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor, com base no que preceitua a legislação que rege a matéria, em especial as Leis nº 9.610/98 e nº 5.988/73. O contrato de edição deverá ser firmado por quem for comprovadamente titular dos direitos autorais, inclusive pelo(s) co-autor(es), em caso de criação comum, e só será considerado como válido para habilitação do proponente se restar incontestado a plenitude dos direitos autorais e de edição nele envolvidos.

8.2.1.2. Adendo ao Contrato de Edição – instrumento legal vigente que possibilita a retificação e/ou complementação das cláusulas pactuadas, possibilitando a produção da coleção com as características e tiragens necessárias para atender ao Programa Nacional do Livro Didático, caso não esteja previsto no contrato original a venda governamental federal.

8.2.1.3. Contrato de Ilustração – instrumento firmado com o ilustrador da coleção, quando houver.

8.2.1.5. Documentos Comprobatórios da Titularidade de Direito Autoral – caso o Contrato de Edição ou Adendo Contratual seja assinado por sucessor ou representante legal do autor, deverão ser apresentados documentos que comprovem a titularidade de direito autoral sucessório, em conformidade com o disposto na legislação que rege o direito sucessório.

8.2.1.6. Contrato de Trabalho ou Prestação de Serviços, nos casos de coleções coletivas – Sendo a coleção coletiva produzida por funcionário da própria empresa deverá ser apresentado contrato de trabalho. Caso contrário, deverá ser apresentado contrato de prestação de serviços com especificação da participação das partes, o prazo para a entrega ou realização da coleção coletiva, a remuneração e demais condições de execução.

8.2.1.7. Declaração de Vigência – declaração, sob as penas da lei, com firma reconhecida em cartório, na qual o titular do direito autoral manifesta que o Contrato de Edição apresentado com prazo de vigência indeterminado ou não expresse encontra-se em plena vigência.

8.2.2. Da documentação comprobatória de habilitação jurídica e fiscal

O titular de direitos autorais estará habilitado quanto aos aspectos jurídico e fiscal, se comprovado expressamente, na forma da lei.

8.2.2.1. comprovação do representante legal da empresa investido dos poderes de administração, representação e concessão de poderes específicos de gestão, em que conste explicitamente quem pode assinar contratos e conceder procurações.

8.2.2.2. cédula de identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is) da empresa titular de direito autoral;

8.2.2.3. instrumento de procuração, quando a empresa titular de direito autoral se faça representar por procurador;

8.2.2.4. declaração de inexistência de fato impeditivo, ratificando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa titular de direito autoral de contratar com a Administração Pública Federal;

8.2.2.5. declaração de que a empresa titular de direito autoral não emprega menor, conforme dispõe o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9854/99;

8.2.2.6. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

8.2.2.7. O FNDE realizará consulta *on line* no Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF para certificar-se da habilitação da empresa quanto à qualificação econômico-financeira, fiscal e jurídica, conforme previsto na Lei nº 8.666/93 e na IN/MARE nº 05/95 e respectivas alterações, bem como no Decreto nº 3.722/2002.

8.2.2.8. O FNDE verificará a regularidade da Contribuição Social do Salário Educação, previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal e regulamentada pelos Decretos 9.424/96 e 9.766/98, bem assim pelo Decreto nº 3.142/99 e respectivas alterações.

8.2.3. Da documentação referente à situação financeira do titular de direito autoral

8.2.3.1. O FNDE verificará por meio de consulta *on line* ao SICAF, os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) do titular dos direitos autorais. Caso quaisquer desses índices estejam inferiores ou iguais a 01 (um), será exigida prestação de garantia em uma das modalidades previstas pelo § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, e modificações posteriores.

8.2.3.2. A modalidade de garantia a ser prestada corresponderá a três por cento do valor a ser contratado, devendo ser entregue ao FNDE até a data da assinatura do contrato.

8.2.3.2.1. A liberação e a restituição da garantia somente ocorrerá ao término da vigência do contrato e do cumprimento das obrigações contratuais, em especial a(s) cláusula(s) referente(s) ao controle de qualidade.

8.2.3.2.2. No caso de apresentação de garantia em título da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil.

8.2.3.3. No caso de consórcio, além da documentação exigida nos subitens anteriores, serão exigidos os itens I, II e III do art. 33 da Lei 8.666/93, bem como o registro do consórcio nos termos do parágrafo segundo do art. 33, da mesma Lei.

9. DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO, PRODUÇÃO E ENTREGA

Após o processo de habilitação formal dos titulares de direito autoral, e somente se habilitado, o FNDE procederá à execução das demais etapas do Programa.

9.1. Da aquisição

Com base na escolha informada pelas escolas e nas projeções do Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o FNDE/MEC convocará, por intermédio de Comissão Especial de Negociação instituída para esse fim, os titulares de direito autoral habilitados para proceder à negociação de preços.

9.1.1. O FNDE poderá solicitar, a seu critério, após a seleção das coleções, planilha de custos praticados por detentores de direito autoral, conforme diferentes níveis de tiragem, em formulário próprio a ser enviado pelo FNDE.

9.2. Da produção

Após a assinatura dos contratos, os titulares de direito autoral participantes do PNLD 2011 estarão aptos a iniciarem a produção das coleções a serem distribuídas aos alunos da rede pública do país, de acordo com as especificações técnicas contidas no **Anexo IX**. Não serão aceitas quaisquer alterações nas coleções avaliadas e selecionadas para o PNLD 2011, ou seja, os livros deverão ser impressos idênticos àqueles pré-inscritos no Programa, conforme **item 5.2.** deste Edital.

9.2.1. Do Controle de Qualidade

Por ocasião da produção das coleções, o FNDE, ou a instituição por ele contratada para esse fim, poderá realizar Controle de Qualidade, mediante amostragem definida na NBR 5426/1985 – ABNT, em nível de inspeção a ser definido em contrato, que

consistirá na análise dos itens de não conformidade constantes da Resolução n.º 3, de março de 2005, do Conselho Deliberativo do FNDE, publicada no Diário Oficial da União, ou outra que vier a substituí-la, com vistas à verificação da qualidade do produto a ser entregue.

9.3. Da entrega

As coleções serão entregues/postadas diretamente pelos titulares de direito autoral ao FNDE ou à instituição por ele indicada, conforme Instrução Operacional a ser fornecida no momento da negociação.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este edital não dispensa o atendimento das exigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei nº 8.666/93, quando da celebração dos futuros contratos administrativos.

10.2. A inscrição das coleções implica aceitação, pelo participante, de forma integral e irretratável, dos termos deste Edital, bem como da legislação aplicável, especialmente em matéria de direito autoral, não cabendo controvérsias posteriores.

10.3. O titular de direito autoral deve manter toda a documentação atualizada durante o período de execução do contrato, especialmente no que se refere às exigências de regularidade jurídica, econômico-financeira e fiscal no SICAF.

10.4. Constitui obrigação do titular de direito autoral informar ao FNDE, previamente ou imediatamente após ter ciência, a existência de qualquer discussão judicial que envolva as coleções selecionadas com base no presente Edital.

10.4.1. O FNDE poderá, a qualquer tempo, deixar de contratar o titular de direito autoral da coleção selecionada, quando tiver ciência de litígio sobre direito autoral ou edição da coleção.

10.5. O FNDE/MEC poderá, a qualquer tempo, por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, revogar, total ou parcialmente, o processo de aquisição das coleções.

10.6. A inscrição das coleções não implica na obrigatoriedade de assinatura de contrato de aquisição por parte do FNDE, tampouco confere direito a indenizações a título de reposição de despesas realizadas no cumprimento de etapas deste Edital ou na produção da coleção, bem como não confere direito a lucro cessante, em caso de não aprovação no processo de triagem e/ou avaliação pedagógica, escolha e negociação.

10.7 Não serão aceitas, após o período da pré-inscrição, solicitação de alteração nos dados cadastrados no Sistema SIMAD, bem como na obra entregue e documentos apresentados no ato da inscrição.

10.8. As etapas do processo referente ao PNLD 2011 estarão sob a integral responsabilidade:

10.8.1. do FNDE: pré-inscrição;

10.8.2. do FNDE e da instituição a ser contratada pelo FNDE: recepção das coleções, dos CD em áudio e da documentação, bem como da triagem efetiva dos títulos inscritos;

10.8.3. da Secretaria de Educação Básica/MEC: pré-análise, avaliação pedagógica das coleções e elaboração do Guia de Livros Didáticos;

10.8.4. dos Professores/Diretores de Escolas: escolha das coleções;

10.8.5. da Comissão Especial de Habilitação/FNDE: análise e deliberação quanto à documentação apresentada pelos titulares de direitos autorais;

10.8.6. da Comissão Especial de Negociação/FNDE: negociação dos preços das coleções;

10.8.7. do Titular de Direito Autoral: produção e postagem;

10.8.8. do FNDE e da instituição a ser contratada por ele: controle de qualidade;

10.8.9. da instituição a ser contratada pelo FNDE: distribuição;

10.8.10. do FNDE e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação: acompanhamento/monitoramento da execução do Programa.

10.9. De acordo com as responsabilidades, conforme definido no **subitem 10.8.** deste Edital, os pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao FNDE, por meio da Coordenação-Geral dos Programas do Livro, no Setor Bancário Sul – Quadra 02 – Bloco “F” – Edifício Áurea – Sala 1.401 – CEP: 70070-929 – Brasília/DF – telefones (61) 3966- 4915/3966-4919, FAX (61) 3966-4438, e à SEB, por meio da Coordenação-Geral de Materiais Didáticos no endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, 6º andar, sala 612 – Brasília/DF – CEP 70047-900, e pelo telefone (61) 2104-8636.

10.9.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser feitos por escrito, endereçados ao FNDE ou à SEB, conforme o caso.

10.10. Será de inteira responsabilidade dos titulares de direito autoral a veracidade das informações fornecidas ao FNDE.

10.11. Em nenhuma hipótese serão devolvidas aos titulares de direitos autorais a documentação e as coleções apresentadas para fins de cumprimento das etapas descritas neste Edital, independentemente do resultado da seleção.

10.12. Situações não previstas neste Edital serão analisadas pelo FNDE e pela SEB, de acordo com as suas competências e com a natureza do assunto.

10.13. Integram o presente Edital, como se transcritos fossem e como partes indissolúveis, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Definições
 - b) Anexo II – Estrutura Editorial e Triagem
 - c) Anexo III – Modelo de Declaração de Edição
 - d) Anexo IV – Modelo de Declaração de Originalidade
 - e) Anexo V – Modelo de Declaração de Primeira Avaliação
 - f) Anexo VI – Modelo de Declaração de Reinscrição
 - g) Anexo VII – Modelo de Declaração de Revisão e Atualização da coleção
 - h) Anexo VIII - Modelo de Ficha de Correção da coleção
 - i) Anexo IX - Especificações Técnicas para Produção das coleções
 - j) Anexo X - Princípios e Critérios para a Avaliação das coleções inscritas para atender ao PNLD 2011.
- Brasília, de de 2008.

ANEXO I

DEFINIÇÕES

1.1. Livros consumíveis – livros com lacunas ou espaços que possibilitem a realização das atividades e exercícios propostos ou que utilizem espaçamento entre as questões e textos que induzam o aluno a respondê-los no próprio livro, inviabilizando a sua reutilização.

1.2. Livros não-consumíveis – livros sem lacunas ou espaços para realização das atividades ou exercícios propostos, possibilitando a sua reutilização.

1.3. Livros multisseriados – livros que combinem, em um mesmo volume, conteúdos de mais de um ano.

1.4. Livros destinados a ciclos – livros que apresentam conteúdo e atividades, num único volume, com o propósito de atender dois ou mais anos que compõem um ciclo de ensino-aprendizagem.

1.5. Livros suplementares – livros auxiliares às matérias mínimas oficiais, tais como: livros de consulta, referência, literatura, exercícios, jogos e outros;

1.6. Coleção - Entende-se por coleção o conjunto de volumes ordenados em torno de uma proposta pedagógica única e de uma progressão didática articulada aos anos ou ciclos desse segmento, organizada por componente curricular.

1.6.1. No caso da coleção ser ordenada em torno de uma progressão didática articulada e seqüencial em anos, a coleção deverá ser composta, obrigatoriamente, de 8 (oito) volumes.

1.6.2. A coleção é composta, obrigatoriamente, por livros do aluno e os correspondentes manuais do professor; e exclusivamente para a coleção de Língua

Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e de Língua Espanhola), deverá conter, também, o CD em áudio.

1.9. Encarte – impressos consumíveis complementares a um livro didático apensos ao livro do aluno.

1.10. Livros Caracterizados – Livros que contenham todas as identificações essenciais à coleção, discriminadas no **Anexo II**.

1.11. Livros Descaracterizados – Livros que não contenham qualquer identificação de um ou mais elementos definidos no **Anexo II**.

1.12. Coleção inédita – Considera-se coleção inédita aquela cujos volumes foram produzidos sem tomar por base, mesmo que apenas parcialmente, livros/coleções já avaliados nos PNLD anteriores, ainda que inscrita sob título ou autoria diversos.

1.13. Coleção reapresentada – Considera-se coleção reapresentada aquela já avaliada nos PNLD anteriores, reinscrita com ou sem reformulações.

1.14. Colaborador – qualquer pessoa que tenha, a qualquer tempo, contribuído como assessor, consultor, prefaciador ou apresentador, na confecção de trechos da coleção submetida ao PNLD e que tenha seu nome citado como tal em qualquer parte da coleção.

1.15. Variante de coleção – Considera-se variante aquela coleção que, apresentando – total ou parcialmente – os mesmos detentores de direito autoral, apresentar também o mesmo ou semelhante projeto didático, em termos de seleção de conteúdos, lógica de organização da coleção segundo metodologia de ensino e perspectivas teóricas adotadas com projetos gráfico-editorial diversos ou semelhantes.

1.16. CD (Compact Disc) – Disco de leitura ótica destinado a armazenar informação em formato digital, que pode ser lida por um mecanismo ótico, tal como um laser.

1.17. Autor – É a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica.

1.18 Titular de direito intelectual – O autor, criador de obra intelectual do espírito, expressa por qualquer meio ou fixada em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, conhecido também como direito moral.

1.19. Detentor de direito autoral – O autor ou a quem ceder, expressamente, o direito de utilizar, fruir e dispor da obra.

ANEXO II

1. ESTRUTURA EDITORIAL

1.1. Livro do Aluno

1.1.1. Na primeira capa:

- a) Título da coleção e título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente.
- c) Nome do autor ou autores, ou pseudônimo, ou organizador ou editor responsável, claramente identificado como pessoa física
- d) Componente curricular
- e) Nome da Editora
- f) Selo PNLD
- g) Indicação de livro não-consumível nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia
- h) Indicação de livro consumível, nos componentes curriculares de Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e Língua Espanhola)

1.1.2. A segunda capa:

- a) Não devem conter textos ou ilustrações, podendo o MEC incluir mensagens institucionais relativas ao Programa por ocasião do processo de aquisição;

1.1.3. A terceira capa dos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia:

- a) Não devem conter textos ou ilustrações, podendo o MEC incluir mensagens institucionais relativas ao Programa por ocasião do processo de aquisição;

1.1.4. A terceira capa dos componentes curriculares de Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e Língua Espanhola) Embalagem contendo CD em áudio. Deverá ser impresso no rótulo do CD e na embalagem:

- a) Título da coleção e título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente.
- c) Nome do autor ou autores, ou pseudônimo, ou organizador ou editor responsável, claramente identificado como pessoa física
- d) Componente curricular
- e) Nome da Editora
- f) Selo PNLD
- g) Referência ao ISBN do livro do qual é parte integrante
- h) A expressão "CD ROM do Aluno", em local e tamanho de fácil identificação
- i) Volume

1.1.5. Na quarta capa:

- a) Hino Nacional
- b) Código de barras referente ao livro do aluno

c) Número do ISBN

1.1.6. Na folha de rosto:

Frente

- a) Título da coleção e título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente.
- c) Nome do autor ou autores, ou pseudônimo
- d) Dados sobre a formação e experiência profissional do(s) autor(es)
- e) Componente curricular
- f) Nome da Editora
- g) Número da edição, inclusive quando for a primeira, local e ano de publicação

Verso

- a) Ficha catalográfica
- b) Título original da obra com o respectivo copyright
- c) Nome e endereço completo da Editora

1.1.7. Na lombada:

Para livros com lombada quadrada:

- a) Título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente
- c) Componente curricular

1.2. Manual do Professor

1.2.1. Na primeira capa:

- a) Título da coleção e título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente
- c) Nome do autor ou autores, ou pseudônimo, ou organizador ou editor responsável, claramente identificado como pessoa física
- d) Componente curricular
- e) Nome da Editora
- f) A expressão *Manual do Professor*, em local e tamanho de fácil identificação
- g) Selo PNLD

1.2.2. A segunda capa:

- a) Não devem conter textos ou ilustrações, podendo o MEC incluir mensagens institucionais relativas ao Programa por ocasião do processo de aquisição;

1.2.3. A terceira capa dos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia:

- a) Não devem conter textos ou ilustrações, podendo o MEC incluir

mensagens institucionais relativas ao Programa por ocasião do processo de aquisição;

1.2.4. A terceira capa dos componentes curriculares de Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e Língua Espanhola) Embalagem contendo CD em áudio. Deverá ser impresso no rótulo do CD e na embalagem:

- a) Título da coleção e título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente.
- c) Nome do autor ou autores, ou pseudônimo, ou organizador ou editor responsável, claramente identificado como pessoa física
- d) Componente curricular
- e) Nome da Editora
- f) Selo do PNLD
- g) Referência ao ISBN do livro do qual é parte integrante
- h) A expressão “CD ROM do Professor”, em local e tamanho de fácil identificação
- i) Volume

1.2.5. Na quarta capa:

- a) Hino Nacional
- b) Código de barras referente ao Manual do Professor
- c) Número do ISBN

1.2.6. Na folha de rosto:

Frente

- a) Título da coleção e título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo bem como o número correspondente
- c) Nome do autor ou autores, ou pseudônimo
- d) Dados sobre a formação e experiência profissional do(s) autor(es)
- e) Componente curricular
- f) Nome da Editora
- g) Número da edição, inclusive quando for a primeira, local e ano de publicação
- h) A expressão *Manual do Professor*, em local e tamanho de fácil identificação

Verso

- a) Ficha catalográfica
- b) Título original da obra com o respectivo copyright
- c) Nome e endereço completo da Editora

1.2.7. O miolo:

- a) Deve conter instruções e orientações teórico-metodológicas ao professor, acompanhadas do livro do aluno de forma integral, com ou sem comentários adicionais.

1.2.8. Na lombada:

Para livros com lombada quadrada:

- a) Título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente
- c) Componente curricular

2 – TRIAGEM

2.1. Livro do Aluno Caracterizado

Na primeira capa:

- a) Título da coleção e título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo, bem como do número correspondente
- c) Nome do autor ou autores, ou pseudônimo, ou organizador ou editor responsável, claramente identificado como pessoa física
- d) Componente curricular
- e) Nome da Editora
- f) Indicação de livro consumível ou não-consumível

Na quarta capa:

- a) Número do ISBN

Na folha de rosto(verso):

- a) Ficha catalográfica
- b) Ano de edição

2.2.Manual do Professor Caracterizado

Na primeira capa:

- a) Título da coleção e título do livro
- b) Nome do autor ou autores, ou pseudônimo, ou organizador ou editor responsável, claramente identificado como pessoa física
- c) Componente curricular
- d) Nome da Editora
- e) A expressão *Manual do Professor*, em local e tamanho de fácil identificação

Na quarta capa

- a) Número do ISBN

Na folha de rosto (verso):

- b) Ficha catalográfica
- c) Ano de edição

2.3. Livro do Aluno Descaracterizado

2.3.1. A primeira capa:

Deve trazer única e exclusivamente os elementos a seguir denominados, não sendo permitida a inserção de ilustrações ou outros textos:

- a) Componente curricular (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa) e Língua Estrangeira Moderna (Língua Espanhola))
- b) Complemento (Livro do Aluno)
- c) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente

2.3.2. A segunda e quarta capas:

- a) Não devem conter textos ou ilustrações.

2.3.3. A terceira capa dos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia:

- a) Não devem conter textos ou ilustrações.

2.3.4. A terceira capa do componente Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e Língua Espanhola) Embalagem contendo CD em áudio.

Não deve conter impresso na embalagem e no rótulo e gravado no conteúdo do CD ROM textos ou elementos que identifiquem a editora, e/ou o(s) autor(es), e/ou colaborador (es), e/ou título da coleção ou do livro. Deverá ser impresso no rótulo do CD e na embalagem

- a) Componente curricular
- b) Complemento (CD ROM do Aluno)
- c) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente

2.3.5. A folha de rosto:

- a) Não deve possuir textos ou ilustrações

2.3.6. O miolo:

- a) Não deve conter texto ou elementos que identifiquem a editora, e/ou o(s) autor(es), e/ou colaborador (es), e/ou título da coleção ou do livro.

2.4. Manual do Professor Descaracterizado

2.4.1. A primeira capa:

Deve trazer única e exclusivamente os elementos a seguir elencados , não sendo permitida a inserção de ilustrações ou outros textos:

- a) Componente (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa ou Língua Espanhola)
- b) Complemento (Manual do Professor)

c) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente

2.4.2. A segunda e quarta capas:

a) Não devem conter textos ou ilustrações.

2.4.3. A terceira capa dos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia:

a) Não devem conter textos ou ilustrações.

2.4.4. A terceira capa dos componentes de Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e Língua Espanhola): Embalagem contendo CD em áudio.

Não deve conter impresso na embalagem e no rótulo e gravado no conteúdo do CD ROM textos ou elementos que identifiquem a editora, e/ou o(s) autor(es), e/ou colaborador (es), e/ou título da coleção ou do livro. Deverá ser impresso no rótulo do CD e na embalagem.

a) Componente curricular

b) Complemento (CD ROM do Professor)

c) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente

2.4.5. A folha de rosto:

a) Não devem possuir textos ou ilustrações

2.4.6. O miolo:

a) Não deve conter textos ou elementos que identifiquem a editora, e/ou o(s) autor(es), e/ou colaborador(es) , e/ou título da coleção ou do livro.

2. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

3.1. Nesta etapa serão excluídas as obras didáticas que apresentarem as seguintes características:

3.1.1. livros consumíveis nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia;

3.1.2. livros não-consumíveis no componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e Língua Espanhola);

3.1.3. livros suplementares;

3.1.4. livros apresentados em mais de um volume para uma única série ou ciclo

3.1.5. livros não acompanhados do manual do professor;

3.1.6. livros do componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e Língua Espanhola) não acompanhados do CD em áudio;

3.1.7. manuais do professor do componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa e Língua Espanhola) não acompanhados do CD em áudio;

3.1.8. livros que apresentem encartes e/ou cadernos de atividades que constituam volume em separado;

3.1.9 . livros com páginas faltantes, trocadas e/ou com rasuras;

3.1.10 . toda a coleção quando um dos seus volumes for excluído nessa etapa de triagem;

3.1.11. não atender as especificações constantes do **item 2** deste Anexo.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EDIÇÃO (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que os exemplares da coleção _____, do(s) autor(es) _____, apresentados por esta Editora no ato da inscrição no processo de seleção de coleções, poderão ser incluídos no Guia de Livros Didáticos de 6º ao 9º ano – PNLD 2011 do Programa Nacional do Livro Didático, e correspondem à _____ edição. (preencher com a última edição)

Brasília, de de 2000 .

Assinatura do Autor

Nome Legível

Assinatura do Titular de Direito Autoral ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que a coleção _____, do(s) autor(es) _____, apresentada em _____ edição, não é variante parcial ou total de outras coleções inscrita(s) no PNLD 2011 para ser(em) avaliada(s) e selecionada(s) para integrar(em) o Guia de Livros Didáticos de 6º ao 9º ano – PNLD 2011.

Brasília, de de 200 .

Assinatura do Autor

Nome legível

Assinatura do Titular de Direito Autoral ou seu procurador

(Firma reconhecida em cartório)**ANEXO V****MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRIMEIRA AVALIAÇÃO (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

Declaro, sob as penas da Lei, que a coleção _____, do(s) autor(es) _____ foi integralmente produzida sem tomar por base livros/coleções já avaliados em programas anteriores do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), mesmo sob outro título ou outra autoria ou publicada por outra editora.

Brasília, de de 200 .

Assinatura do Autor

Nome Legível

Assinatura do Titular de Direito Autoral ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)**ANEXO VI****MODELO DE DECLARAÇÃO DE REINSCRIÇÃO (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

Declaro, sob as penas da Lei, que a coleção(ou qualquer de suas partes) intitulada _____

do(s) autor(es) _____ foi(foram) inscrita(s) no(s) processo(s) de avaliação do:

PNLD/1999 () Menção* _____

PNLD/2002 () Menção* _____

PNLD/2005() Menção* _____

PNLD/2008() Menção* _____

com o(s) _____ título(s) _____,do(s) autor(es)_____. * Preencher com a menção RD, REC, RR ou EX; Aprovada,

Excluída.

Assinatura do Autor

Nome Legível

Assinatura do Titular de Direito Autoral ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA COLEÇÃO (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que _____
(Nome do Titular de Direito Autoral) procedeu à
revisão e atualização da totalidade da coleção _____, do(s)
autor(es) _____, excluída em avaliação anterior, realizada
pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC, no
âmbito do Programa Nacional do Livro Didático.

Brasília, de de 200 .

Assinatura do Autor

Nome Legível

Assinatura do Titular de Direito Autoral ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

ANEXO VIII

MODELO DE FICHA DE CORREÇÃO DA COLEÇÃO (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Esta ficha deverá expressar de forma clara e precisa as correções feitas na
coleção, pelo autor/editor, descrevendo os problemas e suas respectivas correções.

**VERSÃO ANTERIOR – INSCRITA NO PNLD 1999 e/ou PNLD 2002 e/ou PNLD
2005 e/ou PNLD 2008.**

VERSÃO ATUALIZADA – INSCRITA NO PNLD 2011

ANEXO IX

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA PRODUÇÃO DAS COLEÇÕES

1. LIVROS DIDÁTICOS CONSUMÍVEIS: Língua Inglesa e Língua Espanhola (Livro do Aluno e Manual do Professor):

1.1. Formato: 205 mm x 275 mm, com desvio de até mais ou até menos 3 mm.

1.2. CAPA: Papel "off set" branco, ou cartão branco, de gramatura entre 172,8 a 280 g/m² (180 a 250 g/m² nominais, com tolerância de até menos 4% na gramatura nominal inferior e de até mais 12% na gramatura nominal superior)

1.3. MIOLO: Papel "off set" branco, de gramatura entre 60,4 a 65,5 g/m² (63 g/m² nominais, com tolerância de até 4% nas gramaturas nominais). Alvura mínima de 58% (cinquenta e oito por cento) e opacidade mínima de 80% (oitenta por cento).

2. LIVROS DIDÁTICOS NÃO-CONSUMÍVEIS do 6º ao 9º ano (Livro do Aluno e Manual do Professor):

2.1. Formato: 205 mm x 275 mm, com desvio de até mais ou até menos 3 mm.

2.2. CAPA: Cartão branco de gramatura entre 240 e 336 g/m² (250 a 300 g/m² nominais, com tolerância de até menos 4% na gramatura nominal inferior e de até mais 12% na gramatura nominal superior), revestido na frente, plastificado ou envernizado com verniz UV.

2.3. MIOLO: Papel "off set" branco de gramatura entre 72 e 78 g/m² (75 g/m² nominais, com tolerância de até 4% nas gramaturas nominais). Alvura mínima de 80% (oitenta por cento) e opacidade mínima de 82% (oitenta e dois por cento).

3. ACABAMENTO:

3.1. Para livros com até 96 páginas de miolo:

- a) tipo de lombada: canoa;
- b) miolo e capa: grampeados com 2 (dois) grampos acavalados na lombada.
- c) características do grampo: galvanizado com bitola n.º 26 ou 25;
- d) grampeamento: distribuídos simetricamente em relação à extensão pé à cabeça do livro com variação de 2 cm, e tolerância máxima de desalinhamento de 0,5 mm em relação ao vinco da dobra;

3.2. Para livros com mais de 96 páginas e até 160 páginas de miolo:

- a) miolo costurado com linha, "falsa/termo costura", ou costura de cola, ou colagem PUR, ou grampeado com 2 (dois) grampos internos e colado à capa em toda a extensão da lombada;

- b) características do grampo: galvanizado com bitola n.º 26 ou 25;
- c) grampeamento: distribuídos simetricamente em relação à extensão pé à cabeça do livro, com variação de 2 cm, afastado 4 mm da lombada;

3.3. Para exemplares com mais de 160 até 848 páginas de miolo:

- a) miolo costurado com linha, ou “falsa/termo costura”, ou costura de cola, ou colagem PUR;

3.4. Para exemplares com mais de 848 páginas de miolo:

- a) miolo COSTURADO COM LINHA

3.5. Para os livros definidos nos subitens 3.2, 3.3, e 3.4:

- a) lombada quadrada
- b) a distância nominal entre a lombada e a mancha deve ser de 20 mm, com tolerância de variação de menos 2 mm;
- c) a distância nominal entre o corte trilateral e a mancha deve ser superior a 10 mm e inferior a 20 mm, respeitada a diagramação original do livro.
- d) capa com vinco de manuseio a 7 mm da lombada com tolerância de mais ou de menos 1 mm;
- e) colagem lateral de capa até o vinco de manuseio, com tolerância de até menos 1,5 mm;
- f) o miolo deve ser colado à capa, em toda extensão da lombada

3.6. Para todos os livros definidos nos subitens 3.1, 3.2, e 3.3, poderá ser utilizado também os seguintes tipos de acabamento:

- 3.6.1.** costura de linha
- 3.6.2.** falsa/termo costura
- 3.6.3.** costura de cola
- 3.6.4.** colagem PUR

- a) Para os livros costurados com linha, a linha deve ser de algodão, sintética ou mista, com resistência suficiente para garantir a integridade física do miolo;
- b) para os livros com acabamento “falsa/termo costura”, a linha deve ser mista, a base de polipropileno, com resistência suficiente para garantir a integridade física do miolo;
- c) para os livros costurados com cola o processo deverá ser “Burst”, “nottched” ou “slotted binding”, de forma a garantir a integridade física do miolo;
- d) para os livros com a lombada raspada e colada, ou raspada, frezada e colada, o processo de colagem deverá ser com a utilização de cola de poliuretano reativo (PUR);
- e) para os acabamentos previstos nos subitens 3.6.3, 3.6.4 e letra “g” abaixo, a eficiência da colagem do miolo deverá ser correspondente à exigência definida na Resolução CD/FNDE nº 3 de 23/03/2005.
- f) não será admitido miolo apenas colado, ou raspado e colado. A cola utilizada deverá ser flexível após secagem e, em nenhum caso, poderá conter breu ou amido;
- g) excepcionalmente poderá ser utilizado acabamento por processo de colagem utilizando *primer* catalisador combinado com o uso de cola especial e secagem com infravermelho (two shot), que garanta resultado de *page pull* (eficiência da colagem)

definido na Resolução CD/FNDE nº 3 de 23/03/2005, desde que solicitado formalmente pela **CONTRATADA** e autorizado previamente à produção pelo **CONTRATANTE**.

4. CD ROM EM ÁUDIO:

4.1. Do Rótulo e da Embalagem do CD-Rom .O rótulo e a embalagem do CD-Rom deverão manter identidade visual com a capa do livro.

a) Especificações da Embalagem

Cada CD-Rom deverá ser acondicionado em envelope com uma bolsa para CD, formato aberto 280 x 280 mm, formato fechado 120 x 120 mm, em cartão triplex 250 g/m2, 4x0 cor(es); entregue shirinkado. O acondicionamento do CD, no envelope, deverá ser embalado de forma a assegurar a sua integridade até o local de destino.

PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO DE COLEÇÕES DIDÁTICAS DESTINADAS AOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - PNLD 2011

1. PRINCÍPIOS GERAIS

O acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade é um dos direitos fundamentais do cidadão. A educação escolar, como instrumento de formação integral dos alunos, constitui requisito fundamental para a concretização desse direito. Para tanto, a educação deve organizar-se, de acordo com a legislação em vigor, de forma a respeitar o princípio de liberdade e os ideais de solidariedade humana, visando assim, ao pleno desenvolvimento do educando, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. De acordo com a Constituição Federal, o ensino escolar será ministrado tendo como base: (a) igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; (b) liberdade de aprender e ensinar; (c) pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; (d) gratuidade do ensino público; (e) gestão democrática; e (f) garantia de um padrão de qualidade. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei n.º 9.394, de 1996), ao mesmo tempo em que ratifica esses preceitos, os complementa, determinando que o desenvolvimento do ensino observe, ainda, os princípios de respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização da experiência extra-escolar e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. No âmbito da mesma LDB, o Art. 32 define que o ensino fundamental obrigatório no País terá, a partir de 2010, a duração de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade e tendo por objetivo a formação básica do cidadão. Nos termos da Lei, essa formação envolve:

_ o desenvolvimento da capacidade de aprender, por meio do pleno domínio tanto da leitura e da escrita quanto do cálculo;

- _ a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- _ a aquisição de conhecimentos e habilidades , assim como a formação de atitudes e valores essenciais ao adequado convívio social;
- _ o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e da tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A ampliação do ensino fundamental estabelecida pela LDB requer uma reorganização dos sistemas de ensino, do espaço escolar, da grade curricular, das práticas pedagógicas e dos materiais de ensino, de modo a garantir uma efetiva inclusão social, não só para o aluno ingressante, mas para todos os demais do ensino fundamental.

De outra parte, os progressos efetuados nas últimas décadas nos campos das teorias da aprendizagem e da psicologia cognitiva não podem ser esquecidos. Para formar cidadãos capazes de participar, de forma consciente, crítica e criativa, de uma sociedade cada vez mais complexa é preciso levar os alunos a desenvolverem múltiplas habilidades cognitivas.

A apresentação de conceitos e procedimentos sem motivação prévia, seguida de exemplos resolvidos como modelo para sua aplicação em exercícios repetitivos é danosa, pois não permite a construção, pelo aluno, de um conhecimento significativo e condena este aluno a ser um simples repetidor de procedimentos memorizados. Assim, o ensino que ignore a necessidade do desenvolvimento, por parte do aluno, das várias habilidades cognitivas e se dedica primordialmente à memorização de definições, procedimentos e à resolução de exercícios rotineiros de fixação não propicia uma formação adequada para as demandas da sociedade atual.

Nesse contexto, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem se aprimorado permanentemente em duas direções complementares. Por um lado, em atenção à particularidade do aluno ingressante, o PNLD foi ampliado com o objetivo de prover o primeiro ano do ensino fundamental com livros didáticos e materiais complementares voltados para essa etapa do ciclo de alfabetização e considerando a faixa etária em questão.

Por outro, ampliou o atendimento do Programa, incluindo livros didáticos de Língua Estrangeira Moderna (inglês e espanhol), para os quatro anos finais. A avaliação das coleções didáticas submetidas à inscrição no PNLD 2011 busca garantir a qualidade do material a ser encaminhado à escola, incentivando a produção de materiais cada vez mais adequados às necessidades da educação pública brasileira.

Para alcançar estes objetivos, o livro didático deve veicular informação correta, precisa, adequada e atualizada. O manual do professor, especialmente, deve valorizar os conhecimentos prévios do aluno e buscar a confrontação com o conhecimento científico, esclarecendo a relação entre o conhecimento historicamente construído e aquele construído em seu cotidiano. Dessa forma, estará favorecendo a interação da escola com as famílias e a comunidade. Isso significa reconhecer que a construção do conhecimento é um empreendimento laborioso e que envolve diferentes pessoas e instituições, às quais se deve dar o devido crédito. É esse amadurecimento e esse refletir constante que garantirão que

ocorram as mudanças efetivas na prática pedagógica do ensino fundamental do país.

É preciso que o livro didático contribua com o trabalho do professor no sentido de propiciar aos alunos oportunidades de desenvolver ativamente as habilidades envolvidas no processo de ensino e aprendizagem, e, além disso, buscar a formação dos alunos como cidadãos, de modo que possam estabelecer julgamentos, tomar decisões e atuar criticamente frente às questões que a sociedade, a ciência, a tecnologia, a cultura e a economia têm colocado ao presente e, certamente, colocarão ao futuro. Como parte integrante de suas propostas pedagógicas, as coleções devem contribuir efetivamente para a construção da cidadania. Nessa perspectiva, as obras didáticas devem representar a sociedade na qual se inserem, procurando:

- promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder;
- abordar a temática de gênero, da não-violência contra a mulher, visando à construção de uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homofobia;
- promover a imagem da mulher através do texto escrito, das ilustrações e das atividades das coleções, reforçando sua visibilidade;
- promover a educação e cultura em direitos humanos, afirmando o direito de crianças e adolescentes;
- incentivar a ação pedagógica voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e da cidadania ativa, apoiando práticas pedagógicas democráticas e o exercício do respeito e da tolerância;
- promover positivamente a imagem de afro-descendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder;
- promover positivamente a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sócio-científicos,

considerando seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcaram a construção do Brasil, valorizando as diferenças culturais em nossa sociedade multicultural;

- abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade anti-racista, solidária, justa e igualitária.

Por fim, a avaliação das coleções didáticas submetidas à inscrição no PNLD 2011 atende à política de incentivo à produção e qualificação de materiais didáticos no País. O PNLD cumpre a função, também, de estimular a discussão e participação de professores na escolha dos materiais didáticos a serem utilizados na escola,

contribuindo dessa forma para o exercício competente de sua profissão. Espera-se, sobretudo que o livro didático contribua para o acesso de professores, alunos e famílias a fatos, conceitos, saberes, práticas, valores e possibilidades de compreender, transformar e ampliar o modo de ver e fazer a ciência, a sociedade e a educação.

Assim, iniciativas editoriais que associem correção conceitual, adequação de atividades e procedimentos, atualização pedagógica e reflexão sobre as interações entre ciência, tecnologia e sociedade constituem importantes instrumentos de apoio e qualificação do ensino.

2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Considerando-se as características e as demandas da educação escolar, com destaque para a nova realidade do ensino fundamental de nove anos, são definidos critérios que representem um padrão consensual mínimo de qualidade para o ensino e, portanto, também, para as coleções didáticas. Com esse objetivo, a avaliação das coleções didáticas inscritas no PNLD 2011 se fará por meio da articulação entre **critérios comuns** a todos os componentes curriculares constantes deste edital e **critérios específicos** para cada um deles (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Língua Estrangeira Moderna). Os critérios eliminatórios — comuns ou específicos — referem-se a requisitos indispensáveis de qualidade didático-pedagógica. A não-observância desses requisitos implicará a exclusão da coleção do PNLD.

2.1 CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS COMUNS A TODAS AS ÁREAS

Os critérios eliminatórios comuns a serem observados na apreciação de todas as coleções submetidas ao PNLD 2011 são os seguintes:

- (i) respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental;**
- (ii) observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;**
- (iii) coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático pedagógica explicitada e aos objetivos visados;**
- (iv) correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;**
- (v) observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada;**
- (vi) adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção.**

O não-atendimento de qualquer um desses critérios, detalhados a seguir, resultará em uma proposta pedagógica incompatível com os objetivos estabelecidos

para os anos finais do ensino fundamental, o que justificará, *ipso facto*, sua exclusão do PNLD 2011. Tendo em vista a unidade e a articulação que devem caracterizar uma proposta didático pedagógica, para qualquer dos componentes curriculares em jogo, será eliminada toda a coleção que tiver um ou mais volumes reprovados no processo de avaliação.

2.1.1 Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino Fundamental

Considerando-se a legislação, as diretrizes e as normas oficiais que regulamentam o ensino fundamental, *serão excluídas as coleções que não obedecerem aos seguintes estatutos:*

- (i) Constituição da República Federativa do Brasil.
- (ii) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 10.639/2003, nº 11.274/2006, nº 11.525/2007 e nº 11.645/2008.
- (iii) Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (iv) Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- (v) Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, em especial, o Parecer CEB nº 15/2000, de 04/07/2000, o Parecer CNE/CP nº 003/2004, de 10/03/2004 e a Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004.

2.1.2 Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano

Serão excluídas do PNLD 2011 as coleções que:

- veicularem estereótipos e preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos;
- fizerem doutrinação religiosa ou política, desrespeitando o caráter laico e autônomo do ensino público;
- utilizarem o material escolar como veículo de publicidade ou de difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais.

2.1.3 Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados

Por mais diversificadas que sejam as concepções e as práticas de ensino envolvidas na educação escolar, propiciar ao aluno uma efetiva apropriação do conhecimento implica: a) escolher uma abordagem metodológica capaz de contribuir para a consecução dos objetivos educacionais em jogo; b) ser coerente com essa

escolha, do ponto de vista dos objetos e recursos propostos. Em consequência, *serão excluídas as coleções que não atenderem aos seguintes requisitos:*

- I. explicitar, no manual do professor, os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam sua proposta didático-pedagógica;
- II. apresentar coerência entre essa fundamentação e o conjunto de textos, atividades, exercícios etc. que configuram o livro do aluno; por isso mesmo, no caso de uma coleção recorrer a mais de um modelo teórico-metodológico, deve indicar claramente a articulação entre eles;
- III. organizar-se — tanto do ponto de vista dos volumes que as compõem quanto das unidades estruturadoras de cada um de seus volumes — de forma a garantir a progressão do processo de ensino-aprendizagem;
- IV. favorecer o desenvolvimento de capacidades básicas do pensamento autônomo e crítico, no que diz respeito aos objetos de ensino-aprendizagem propostos;
- V. contribuir para a apreensão das relações que se estabelecem entre os objetos de ensino-aprendizagem propostos e suas funções socioculturais.

2.1.4 Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos

Respeitando tanto as conquistas científicas das áreas de conhecimento representadas nos componentes curriculares quanto os princípios de uma adequada transposição didática, *serão excluídas as coleções que:*

- I. apresentar de modo equivocado ou desatualizado conceitos, informações e procedimentos propostos como objetos de ensino-aprendizagem;
- II. utilizar de modo equivocado ou desatualizado esses mesmos conceitos e informações, em exercícios, atividades, ilustrações ou imagens.

2.1.5 Observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada

O Manual do Professor deve visar, antes de mais nada, a orientar os docentes para um uso adequado da coleção, constituindo-se, ainda, num instrumento de complementação didático-pedagógica e atualização para o docente. Nesse sentido, o Manual deve organizar-se de modo a propiciar ao docente uma efetiva reflexão sobre sua prática.

Deve, ainda, colaborar para que o processo de ensino-aprendizagem acompanhe avanços recentes, tanto no campo de conhecimento do componente curricular da coleção, quanto no da pedagogia e da didática em geral.

Considerando-se esses princípios, *serão excluídas as coleções cujos Manuais não se caracterizarem por:*

1. explicitar os objetivos da proposta didático-pedagógica efetivada pela coleção e os pressupostos teórico-metodológicos por ela assumidos;
2. descrever a organização geral da coleção, tanto no conjunto dos volumes quanto na estruturação interna de cada um deles;
3. relacionar a proposta didático-pedagógica da coleção aos principais documentos públicos nacionais que orientam o ensino fundamental no que diz respeito ao componente curricular em questão;
4. discutir o uso adequado dos livros, inclusive no que se refere às estratégias e recursos de ensino a serem empregados;
5. indicar as possibilidades de trabalho interdisciplinar na escola, a partir do componente curricular abordado na coleção;
6. discutir diferentes formas, possibilidades, recursos e instrumentos de avaliação que o professor poderá utilizar ao longo do processo de ensino-aprendizagem;
7. propiciar a reflexão sobre a prática docente, favorecendo sua análise por parte do professor e sua interação com os demais profissionais da escola;
8. apresentar textos de aprofundamento e propostas de atividades complementares às do livro do aluno.

2.1.6 Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção

A proposta didático-pedagógica de uma coleção deve traduzir-se em um projeto gráfico-editorial compatível com suas opções teórico-metodológicas, considerando-se, dentre outros aspectos, a faixa etária e o nível de escolaridade a que se destina.

Desse modo, no que se refere ao projeto gráfico-editorial, *serão excluídas as coleções que não apresentarem:*

- I. organização clara, coerente e funcional, do ponto de vista da proposta didático-pedagógica;
- II. legibilidade gráfica adequada para o nível de escolaridade visado, do ponto de vista do desenho e do tamanho das letras; do espaçamento entre letras, palavras e linhas; do formato, dimensões e disposição dos textos na página;
- III. impressão em preto do texto principal;
- IV. títulos e subtítulos claramente hierarquizados por meio de recursos gráficos
- títulos e subtítulos claramente hierarquizados por meio de recursos gráficos compatíveis;
- V. isenção de erros de revisão e/ou impressão;
- VI. referências bibliográficas, indicação de leituras complementares e, facultativamente, glossário;
- VII. sumário que reflita claramente a organização dos conteúdos e atividades propostos, além de permitir a rápida localização das informações;
- VIII. impressão que não prejudique a legibilidade no verso da página.

Quanto às ilustrações, devem:

- I. ser adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas;
- II. quando o objetivo for informar, devem ser claras, precisas e de fácil compreensão;

- III. reproduzir adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país;
- IV. no caso de ilustrações de caráter científico, indicar a proporção dos objetos ou seres representados;
- V. estar acompanhadas dos respectivos créditos e da clara identificação dos locais de custódia (local onde estão acervos cuja imagem está sendo utilizada na publicação).
- VI. trazer títulos, fontes e datas, no caso de gráficos e tabelas;
- VII. no caso de mapas e imagens similares, apresentar legendas em conformidade com as convenções cartográficas.

3. CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS ESPECÍFICOS DAS ÁREAS

Além dos **critérios eliminatórios comuns** de avaliação já definidos neste Anexo, são apresentados a seguir os princípios e os **critérios eliminatórios específicos** a serem observados na apreciação das coleções submetidas ao PNLD 2011, em todas as áreas.

3.1 CIÊNCIAS

Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Ciências

O rápido crescimento da Ciência ocorrido nos últimos 100 anos foi acompanhado por uma educação formal focada cada vez mais na informação e na memorização. Além disso, temas e práticas descontextualizadas, muito distantes da realidade e do dia-a-dia dos alunos, têm dificultado a compreensão de como a ciência e a tecnologia são produzidas e afetam nossa sociedade. O livro didático de Ciências deve contribuir para romper com esse modelo de ensino e familiarizar o estudante com a pesquisa, orientando-o para a investigação de fenômenos e temas que evidenciem a utilidade da Ciência para o bem estar social e para a formação de cidadãos aptos a responder aos questionamentos que o século XXI nos coloca.

Promover a pesquisa durante o processo de ensino cria condições efetivas para um prazeroso e eficiente aprendizado. A pesquisa propicia situações, tanto coletivas como individuais, para observações, questionamentos, formulação de hipóteses, experimentação, análise e registro, estabelecendo um rico processo de troca entre professores e alunos para gerar novas indagações. A educação em Ciências passa então a ser empolgante, dinâmica e estimulante, permitindo ao aluno explorar, conhecer e transformar seu mundo. Torna-se um processo em que sempre há espaço para atividades lúdicas. É esse o conceito de ensino de Ciências que se espera ser trabalhado no livro didático: ensinar Ciências fazendo ciência.

O nosso ambiente de vida oferece variadas e atraentes possibilidades de estudo, permitindo ao aluno observar, levantar hipóteses, medir, experimentar, fazer contas, ler, escrever, desenhar e se envolver de forma a construir um conhecimento científico e uma visão crítica do mundo que o cerca. Ao invés de simplesmente informar, o livro didático deve estimular a busca de respostas. O livro didático é um

suporte de conhecimentos e de métodos para o ensino, e serve como orientação para as atividades de produção e reprodução de conhecimento.

Assim, é fundamental que o livro didático e, especialmente, o manual do professor, estimule outras leituras e apresente variadas referências bibliográficas, por meio de diferentes possibilidades: revistas especializadas, obras disponíveis em bibliotecas (da escola, da cidade, de instituições de ensino superior, dentre outras), além de obras e/ou textos obtidos por meio da rede mundial de computadores (internet).

Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Ciências

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Ciências *será observado se a coleção apresenta:*

- propostas de atividades que estimulem a investigação científica, por meio da observação, experimentação, interpretação, análise, discussões dos resultados, síntese, registros, comunicação e de outros procedimentos característicos da Ciência;
- temas de estudo, atividades, linguagem e terminologia científica adequadas ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos estudantes;
- iniciação às diferentes áreas do conhecimento científico, assegurando a abordagem de aspectos centrais em física, astronomia, química, geologia, ecologia e biologia (incluindo zoologia, botânica, saúde, higiene, fisiologia e corpo humano);
- articulação dos conteúdos de Ciências com outros campos disciplinares;
- produção do conhecimento científico como atividade que envolve diferentes pessoas e instituições às quais se deve dar os devidos créditos;
- textos e atividades que colaborem com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade, buscando uma formação para o pleno exercício da cidadania;
- orientação para o desenvolvimento de atividades experimentais factíveis, com resultados confiáveis e interpretação teórica correta;
- incentivo a uma postura de respeito ao ambiente, conservação e manejo corretos;
- orientações claras e precisas sobre os riscos na realização dos experimentos e atividades propostos visando garantir a integridade física de alunos, professores e demais pessoas envolvidas no processo educacional;
- propostas de atividades que estimulem a interação e participação da comunidade escolar, das famílias e da população em geral;
- propostas de visitas a espaços que favoreçam o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem (museus, centros de ciências, universidades, centros de pesquisa e outros);
- propostas de uso de tecnologias da informação e comunicação.

Manual do Professor

Na avaliação das coleções de Ciências, será *observado se o Manual do Professor*:

- valoriza o papel do professor como um problematizador, orientando-o para que apresente novas propostas atraentes de investigações científicas;
 - propõe outras atividades e experimentos, além dos indicados no livro do aluno;
 - propõe a integração das linguagens, especialmente as midiáticas e o uso de computadores para pesquisa na Internet, simulações, argumentação e registro;
 - apresenta referências bibliográficas de qualidade e facilmente acessíveis, estimulando o professor para leituras complementares;
 - apresenta propostas de avaliação condizentes com os pressupostos teóricometodológicos que nortearam a proposição das atividades e seleção dos conteúdos do livro do aluno.
-